



CIBEC/INEP



B0000357

MEC

SECRETARIA GERAL

**INEP**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

*Pesquisa participante  
muito e qualidade*

*Pedro Demo*

PESQUISA PARTICIPANTE

MITO E REALIDADE

Pedro Demo

Brasília, 1982

UnB/INEP

(Versão Preliminar)

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	p.
CAPÍTULO I: O QUE É PESQUISA .....	p.
1. Pesquisa Teórica .....	p.
2. Pesquisa Metodológica .....	p.
3. Pesquisa Empírica .....	p.
4. Pesquisa Prática .....	p.
5. Conclusões Preliminares .....	p.
CAPÍTULO II: A DECEPÇÃO DA PESQUISA TRADICIONAL .....	p.
1. A repulsa por parte da PP .....	p.
2. Crítica à pesquisa tradicional .....	p.
3. Inutilidade relativa das ciências sociais	p.
CAPÍTULO III: ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PP .....	p.
1. Teoria e Prática .....	p.
2. Postura dialética .....	p.
3. Como se entende a PP .....	p.
CAPÍTULO IV: USOS E ABUSOS DA PP .....	p.
1. Validade da PP .....	p.
2. Algumas críticas e autocríticas .....	p.
3. Precariedades teóricas e metodológicas ....	p.
4 . Alguns abusos .....	: p.
CONCLUSÃO .....	p.

## INTRODUÇÃO

No Brasil o interesse pela pesquisa participante esta com algum atraso, por razões históricas conhecidas. Desde pelo menos 1975 alastrou-se pelo mundo das ciências sociais uma dedicação por vêzes intensa em torno do assunto, o que motivou o surgimento de grupos mais ou menos organizados, destacando-se sobretudo o americano (principalmente latino-americano), o asiático e o africano(1). Ao mesmo tempo, foram levados a termo vários encontros internacionais, podendo-se talvez atribuir relevo maior ao de Cartagena (Colombia) em 1977, e ao da Iugoslávia em 1980.

Com a abertura democrática iniciada nos últimos anos da década passada começou a incrementar-se o interesse em torno de processos participativos da sociedade, seja na linha da organização da sociedade civil, do planejamento participativo, do processo eleitoral, bem como na linha da pesquisa participante. Como de praxe, a preocupação costuma nascer no âmbito da educação, mas é comum às ciências sociais. A uma educação fortemente reprodutora do sistema e das desigualdades sociais pretende -se responder com outra comprometida com os oprimidos(2).

(1) Cfr. Budd L. HALL, Participatory Research, popular Knowledge and power: a personal reflection. In: Convergence, XIV, nº 3, 1981, p. 6ss. Apresenta-se um pequeno histórico e a formação dos grupos principais da África, Ásia, Europa, America Latina e América do Norte. Ver também GAJARDO, Evolución, situación actual y perspectivas de las estrategias de investigación participativa en America Latina, FLACSO, Santiago, mimeo., s.d.

(2) No Brasil, a obra mais conhecida é certamente a de Carlos R. BRANDÃO (org.), Pesquisa participante, Ed. Brasiliense, 1982. "A participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classes, cultura ou histórica se quer conhecer porque se quer agir" (p. 12)'.

Num trajeto já relativamente longo é claro que ocorreram, ao lado do natural entusiasmo pelo tema, tam bem inúmeras críticas. Há os que nada vêem de aproveitável naqui\_ lo que chamamos de pesquisa participante, alem de um modismo va zio e de muita confusão metodológica. Somos da opinião de que a pesquisa participante é uma maneira válida de pesquisar e, se não fora por outra razão, o fato de ter colocado as ciências sociais em intenso debate do ponto de vista da prática política já basta ria para lhe garantir suficiente relevância. A 'prática é uma for ma de conhecimento, embora nao seja o conhecimento todo.

Todavia, existem os exageros e abusos, bem como grandes ingenuidades, que gostaríamos também de ressaltar, com vistas a chegarmos a uma posição que desejariamos e-quilibrada. O enriquecimento real que a pesquisa pode obter atra vés de posturas participativas não pode obscurecer mediocridades metodológicas. Atendo-nos especificamente aos termos "pesquisa participante", é preciso indagar até que ponto trata-se de pesquisa e até que ponto trata-se de participação.

- Este trabalho nao reivindica de forma al guma, uma visão exaustiva da questão, mesmo porque não foi possível o acesso a produção já elaborada na sua extensão geral. As\_ sim, nao lemos tudo o que seria bom ler, embora tenhamos tido con\_ tato com obras de/Veras fundamentais e conheçamos vários experimentos concretos que, pelo menos na intenção, se querem participantes. como, porém,, a produção vigente é bastante repetitiva, cremos que nossos exercício de reflexão crítica sobre a pesquisa participante pode ser iniciado, conservando sempre abertas as por tas para retomadas e revisões.

De modo geral, o contexto concreto de realização da pesquisa participante se apresenta desfavorável. Dentro de instituições governamentais certamente prefere-se ã pes quisa clássica, não somente por formação acadêmica, mas igualmen te por temor a tudo que se chame participação. Dentro da universidade predomina geralmente a teoria sem prática. As comunidades, que seriam assumidas como co-sujeitos da pesquisa, carecem geral. mente de nível organizativo explícito. Ao mesmo tempo, qualquer processo participativo demanda muito tempo para amadurecer e solidificar-se, sem falarmos em que o pesquisador identifica-se com

grande, dificuldade com o oprimido(3).

Olhando assim, não deixa de impressionar a persistência com que se manteve a bandeira da pesquisa participante até hoje. Tal persistência é uma prova concreta de participação, também porque vem sendo mantida sem maiores coberturas institucionais. Realiza-se, de certo modo, o traço fundamental do fenômeno participativo, que é a conquista de si mesmo.

Poderá certamente arrefecer e banlizar-se. No encontro da Yugoslavia, admitia-se: "we still do not know how to participate" (não sabemos ainda como participar). Há muito menos participação do que boa vontade de fazê-la, bem como há muito mais sofisticações da opressão através de processos pretensamente participativos do que efeitos reais participativos. Todavia, este reconhecimento é muito mais sinal de bom nível e de realismo científico, do que recuo(4).

Embora não seja nenhuma panacéia, a pesquisa participante não pode morrer, nem desacreditar de suas possibilidades. Criticá-la é essencial, mesmo porque a consciência crítica é um de seus móveis fundamentais. Mas o objetivo é reforçá-la, porque no mínimo é um vento criativo que passa pelas ciências sociais, hoje de modo geral apagadas e acomodadas.

Por outro lado, é preciso regar esta plantinha frágil que é a participação. Não banalizá-la, não escamoteá-la, não deturpá-la, são condições de seu possível êxito. É o cerne da democracia, cuja importância está muito acima dos abusos. E talvez uma saída, dentro de sistemas hoje já sem saída, o capitalismo e o socialismo. Cuidar que exista democracia, também naquilo que chamamos de ciência, é tão relevante como superar a pobreza material. Ao mesmo tempo, aperfeiçoar as possibilidades da democracia, superando as enganosas e irreais, é tão central quanto sobreviver.

(3) De certo modo, trata-se da mesma dificuldade que cerca o "planejamento participativo"; cfr. Pedro DEMO, Participação é conquista - noções de política social participativa, UnB/INEP, Brasília, 1982, mimeo., 140 pp. Juan D. BORDENAVE & Horacio M. de CARVALHO, Comunicação e Planejamento, Paz e Terra, 1980. Horacio M. de CARVALHO, A ideologia do planejamento participativo, CETREDE ; UFCE, Fortaleza, mimeo., 1982.

(4) Cfr. REPORT OF THE INTERNATIONAL SEMINAR ON POPULAR PARTICIPATION, Ljubljana, Yugoslavia, 17-25 May 1980, United Nations, Department of Technical Cooperation for Development, June 1980, N. York, p. 6.

Já é importante o brado de alerta contra o excesso de opressão. Se a desigualdade social é inevitável - parece -, é certamente evitável que seja tão exasperada. Inventar a democracia viável,, para que cheguemos a uma sociedade, senão desejável, pelo menos tolerável, é tão essencial, quanto inventar suficiente comida.

Nosso esforço aqui deverá caracterizar-se pelo rigor metodológico, dentro da ótica das ciências sociais. Sem descuidar do aspecto participativo, precisamos ainda -gar, na devida profundidade, pelo aspecto de investigação científica. Assim, acompanhemos sempre a pergunta, até que ponto o tratamento teórico e prático da realidade social está sendo levado em frente pela pesquisa participante. Já estamos cansados de modismos. Nenhum entusiasmo pode substituir sua devida fundamentação. Por outro lado, a ciência nem de longe dá o que promete. Mais que venerá-la, é mister desmascará-la(5).

É importante lembrar que o progresso em ciências sociais vive do ambiente aberto de crítica livre e fundamentada. Não há metodologia única ou obrigatória. Por isto mesmo, não fazemos mais que oferecer um esquema possível de discussão fecunda. Nem vamos camuflar ideologias, mas delas partir. São tão inevitáveis, quanto podem ser uma bela inspiração, ou também uma deturpação grosseira.

De modo geral, tocaremos os seguintes pontos básicos: o que é pesquisa; a crítica à pesquisa tradicional; inutilidade relativa das ciências sociais para a população; teoria e prática; visão metodológica da pesquisa participante; usos e abusos dela; mito e realidade.

- (5) Usaremos como referência nosso livro: Pedro DEMO, Metodologia científica em Ciências Sociais, Atlas, 1980. Cfr. também F.. DEMO, Introdução à Metodologia da Ciência - Construindo Ciências Sociais, a sair pela Atlas, S. Paulo.

## CAPÍTULO I: O QUE É PESQUISA

"A atividade básica da ciência é a pesquisa.

Esta afirmação pode estranhar, porque temos muitas vezes a idéia de que a ciência se concentra na atividade de transmitir conhecimento (docência), e de absorvê-lo (discência). Na verdade, tal atividade é subsequente. Antes, existe o fenômeno fundamental da geração do conhecimento"(1).

Infelizmente, o termo pesquisa está profundamente estereotipado por vezes consolidados academicamente. De um lado, predomina a postura americana, segundo a qual pesquisa significa o manejo de técnicas de coleta e tratamento de dados empíricos. Em muitos círculos universitários, pesquisa é somente isto, valendo como paradigma praticamente indiscutível. Sem podermos negar excelências reconhecidas nas ciências sociais norte-americanas, sobretudo no terreno da economia, em outras é claramente medíocre.

De outro lado, a muitos ocorre que a geração de conhecimento seja um ato intrinsecamente teórico, de qualidade apenas lógica, distante de qualquer ilação ideológica e prática. Ou seja, não se alia a teoria à prática, mesmo porque entre as regras metodológicas mais cultivadas aparece sempre o distanciamento para com envolvimento subjetivos(2).

Embora sejam muito intrincadas tais questões, é mister revê-las brevemente, a fim de obtermos um quadro de referência fundamentado para nossas análises e reflexões. Antes de mais nada, são nossos pressupostos metodológicos:

a) Ao lado de coisas comuns, as ciências sociais possuem paradigmas metodológicos próprios frente às ciências naturais. Não defendemos a impermeabilidade dos dois campos, mas uma relativa autonomia, o que permite, tanto propostas metodológicas próprias, quanto a comunicabilidade salutar.

(1) Pedro DEMO, Introdução a Metodologia da Ciência - Construindo Ciências Sociais, a sair pela Atlas, S. Paulo. Cfr. Capítulo Pesquisa. P. DEMO, Metodologia científica em Ciências Sociais, Atlas, 1930, p. 13.

(2) Hilton JAPIASSU, O Mito de Neutralidade científica, Imago, 1975. Hans ALBERT, Tratado da Razão crítica, Tempo Brasileiro, 1977.



Certamente não é fácil montar a idéia de que as ciências sociais lidam com uma realidade relativamente autônoma, contra a suposição oposta (e dominante) de que a realidade, no fundo, é uma só, devendo ser tratada de modo unitário (conforme os parâmetros válidos para as ciências naturais). Simplificando muito as coisas, diríamos que o divisor de águas poderia ser detectado ao nível da ideologia, no sentido de que as ciências sociais são intrinsecamente, e as ciências naturais extrinsecamente ideológicas. Intrinsecamente ideológico significa que a ideologia existe na própria realidade, por ser inevitavelmente histórica e política; extrinsecamente ideológico significa que a ideologia não aparece na própria realidade, mas no tratamento dado a ela, ou no uso que dela se faz. Assim, a realidade natural não é ideológica, como não seria possível descobrir ideologia na matemática, mas pode ser ideológico o uso que dela se faz.

b) Ideologia é consequência necessária do fenômeno do poder. Por isto a definimos como "um sistema teórico-prático de justificação política das posições sociais"(3), acentuando seu traço político justificador, ao contrário da ciência que teria como objetivo básico descobrir e manipular a realidade. O movimento de legitimação, manutenção e maximização das estruturas de poder provoca a necessidade da ideologia, que aparece como instrumento essencial a serviço dos dominantes. Destina-se a motivar a obediência por parte dos dominados, a criar a convicção social de que a situação não deve ser contestada, a montar a expectativa de que os dominantes o são por mérito, sem usurpação, a camuflar as relações conflituosas da sociedade, a tornar as desigualdades sociais aceitas como produto incontestável da realidade, e assim por diante. Para chegar a tanto, a ideologia lança mão da ciência, que é seu disfarce maior, aleançando, quando quer, altas sofisticações teóricas, através das quais provoca sobretudo a atmosfera de irretorquível; pode também buscar, com explicitação maior ou menor, a deturpação da realidade, e até mesmo a mentira, se isto for considerado apto a justificar privilégios ameaçados. Também serve para gerar coesão grupal, na medida que fornece crenças comuns em destinos po-

(3) P. DEM, Introdução à Metodologia da Ciência, op. cit., capítulo sobre Ideologia.

líticos comuns (4).

Na altura dos dominados, a ideologia pode ter outra face, que é central tomar em conta. De um lado, aparece como instrumento de opressão de cima para baixo. De outro, pode ser arma dos oprimidos contra os opressores, se houver condições históricas de gerar a contra-ideologia com vistas à transformação social da realidade. Neste contexto, é importante não somente o aspecto objetivo da realidade (por exemplo, o acirramento dos conflitos, a crescente pobreza material etc), mas igualmente o aspecto da mobilização política, para a qual concorrem também a figura do intelectual.

Ideologia não é qualquer sistema de crenças, ou uma simples mundivisão, ou um mundo povoado de idéias, mas designa um campo específico das idéias, ou seja, aquelas carregadas de justificação política no quadro da dominação vigente.

c) Ao lado do caráter ideológico, podemos acrescentar outras conotações que levariam a fundar a diferença entre ciências sociais e naturais. A realidade social é histórica, o que significa principalmente que não somente acontece, está dada e feita, mas que pode ser feita e pelo menos em parte conduzida; nunca é completa, mas está em constante devir; é intrinsecamente conflituosa, o que a faz sempre carente de superação histórica. Entre os conflitos básicos estão a desigualdade social e a dominação, que são estruturas fundamentais da dinâmica histórica(5).

A realidade social está marcada pela consciência histórica, ainda que predominem fenômenos inconscientes. De todos os modos, imaginamos poder planejar a história, o que acarreta a crença de que, ao lado de condições objetivas, podemos também influir com nossas iniciativas próprias.

(4) CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES (org.), Da Ideologia -  
giã, Zahar, 1980. R. BLACKBURN (org.), Ideologia na  
Ciência Social, Paz e Terra, 1982.

(5) Sobre a visão histórico-estrutural da dominação e da desigual-  
dade cfr. P. DEMO, Sociologia, uma introdução crí-  
tica a sair pela Atlas, S. Paulo, 1983. Hans FREYER,  
Sociologia ciência de la realidad, Buenos Aires ,  
1944.

Na realidade social há, no fundo, identidade entre sujeito e objeto, porque, estudando a sociedade, estudamos a nós mesmos. No mínimo, reclama-se entre sujeito e objeto interação dialética dinâmica, o que já eliminaria a possibilidade de mera descrição, ou de mero retrato, ou de mera estática lógica.

Enfim, as realidades sociais se manifestam sob formas mais qualitativas do que quantitativas, dificultando procedimentos de manipulação exata ou as usuais mensurações. Por exemplo, o fenômeno ideológico dificilmente se submete a mensurações, mas nem por isto é menos importante. De modo geral, pode-se mesmo dizer que em ciências sociais o mais relevante raramente coincide com o mais mensurável.

d) Não há ciências sociais sem imiscuição ideológica. Ao realizarmos a demarcação científica, é vão pretendermos isentá-la da ideologia, já que isto seria apenas a próxima ideologia, porque um dos expedientes mais corriqueiros da ideologia é montar um quadro de pretensa isenção ideológica.

As ciências sociais não são objetivas e neutras, embora devam distinguir, na medida do possível, entre o que a realidade é e o que gostaríamos que fosse. Claro, interessa a realidade, não sua deturpação. Como, porém, a deturpação é inevitável, pelo menos até certo ponto, a questão não é simplesmente como não deturpar, mas como reduzir ao mínimo possível a deturpação.

É importante esta colocação, para não recairmos na ideologia solta, como se fosse a finalidade primeira da ciência. É inevitável e consequência necessária, mas nem por isto sempre desejável. Embora as ciências sociais contenham também justificações políticas, deve predominar nelas a argumentação, ou seja, a teoria e a prática metodologicamente fundamentadas. Não conseguem ser uma expressão pura de lógica formal, mas é importante que se atenham a parâmetros da lógica, que sejam coerentes, consistentes, originais, objetivantes, rigorosas etc. O controle da ideologia (não sua eliminação) está entre os compromissos metodológicos mais fundamentais das ciências sociais.

Ademais, a ciência não é a única maneira de conhecer. Existem outros saberes, que não aqueles gerados na universidade ou nas instituições de pesquisa. Para aclararmos esta postura, partimos de certas definições básicas:

Assumimos as ciências sociais como o tratamento teórico e prático da realidade social. A conjunção entre teoria e prática é essencial em ciências sociais, ainda que predomine a crença da necessidade de isenção de envolvimento práticos. Se, porém, aceitamos que a realidade social é intrinsecamente ideológica, não há como fabricar tal isenção. Ao contrário, a própria falta de prática possui significado ideológico, ou seja é uma das práticas e favorece a alguém. Assim, não há sentido só na teoria, nem só na prática, mas na sua interação dinâmica, embora sem confundi-las.

Pesquisa aparece no contexto da ciência como seu movimento fundamental de descoberta da realidade. Partimos da idéia de que a realidade não pode ser totalmente descoberta e esgotada, o que nos remete a um conceito processual de ciência; intrinsecamente dialético, sempre superável, discutível e histórico.

É possível descobrir a realidade de muitas maneiras. Só pode ser uma ideologia obtusa aquela que quer um modo único de pesquisa. Também o que chamamos ciência não passa de um dos modos possíveis de tratar a realidade social. A expectativa de que o modo dito científico seja o preferencial e talvez "superior", precisa ser demonstrada, não suposta. Ainda, nossa maneira de fazer ciência deveria ser chamada de "modo ocidental de produzir ciência", reconhecendo-se que poderiam existir outros, que valorizem mais, por exemplo, a intuição, a sensibilidade, comunicações de estilo religioso ou místico, o contato ecológico simples, a identificação com pretensas realidades extraterrenas etc. (6) .

Nesta linha, procuramos distinguir pelo menos quatro gêneros de pesquisa: a teórica, a metodológica, a empírica e a prática.

(6) Sobre o problema da demarcação científica, veja P. DEMO, Metodologia Científica em Ciências Sociais, op. cit., p. 13 ss. G. BACHELARD, O Novo Espírito Científico, Tempo Brasileiro, 1968. G. CAN-GUILLOLVÍ, Sobre uma Epistemologia concordatária, in: Epistemologia, Tempo Brasileiro, N° 28, p. 47 ss.

## 1. Pesquisa Teórica

Admitimos que não há ciência sem o adequado movimento teórico, que significa a ordenação da realidade ao nível mental. Não há pesquisa apenas teórica, porque já seria pura especulação. A ciência sempre é também uma forma de pensar a realidade, de a elaborar em categorias mentais.

Pode surpreender que consideremos a possibilidade e mesmo a necessidade da pesquisa teórica, porque muitas vezes confundimos teoria com especulação. Todavia, mesmo a especulação pode ser criativa, e somente é condenável quando passa a substituir a realidade. Ou seja, quando desanda num movimento subjetivista e alienado, de tal sorte que a realidade se reduza a mero jogo de idéias.

É mister evitar os extremos. Existe a indigestão teórica, a exacerbação reflexiva, a crítica pela crítica. Há disciplinas que recaem facilmente nesta tendência, como talvez fosse o caso da sociologia e da filosofia. Não é difícil encontrarmos sociólogos que possuem quase que somente conhecimentos teóricos. Podem dominar teorias sobre a realidade, mas não saberiam manipular a realidade e até mesmo devotam certo desprezo por aqueles que gostariam de sujar as mãos com práticas concretas.

. Aspectos deste extremo são, por exemplo, as discussões intermináveis em torno de problemas que, por isto mesmo, não chegam a ser resolvidos; ou o começo fatal de tudo por "Adão e Eva", no sentido de que, antes de qualquer ação, se colocam tantas questões teóricas prévias e precedentes, que sempre é possível mostrar que ainda não é tempo para entrar nas vias de fato; ou a tendência a simples crítica das propostas alheias, sem apresentar contraproposta; ou a fuga teórica, como expediente para se evitar o encurralamento na prática, já que toda prática limita e compromete, enquanto que a teoria produz a sensação de superioridade de quem nasceu para julgar, não para fazer; ou a veneração dos clássicos, geralmente estrangeiros, à sombra dos quais se parasita tranquilamente, desprezando-se por vezes olímpicamente a realidade concreta que nos cerca; e assim por diante.

O outro extremo seria a negação teórica, ou, como diria Bachelard, a "demissão teórica"-. é preciso reconhecer uma contradição básica nesta postura, porque é mis -ter teoria para negar a teoria(7). Qualquer dado já é um produto teórico, se admitimos que a realidade não se dá, pura e simplesmente, mas precisa ser interpretada. Não-existe a evidência empírica, que, aliás, seria a própria morte da pesquisa, como acreditava Marx, quando dizia que, se o fenômeno coincidissem com a essência da realidade, não seria necessária a ciência. Talvez seja possível afirmar que a forma mais comum de mediocridade científica é a falta de base teórica. Sem teoria, somos apenas crédulos(8).

Entre estes dois extremos, podemos vislumbrar a teoria como nosso diálogo científico interminável com a realidade que não conseguimos nunca dominar de todo. Embora a teoria tenha sempre uma estrutura sistemática, é importante insistirmos na idéia do diálogo, para fazermos justiça a seu conteúdo histórico. Ao mesmo tempo, toda teoria torna-se clássica, ou seja, não tem condições de perenidade explicativa. O fato de que usamos depois de muito tempo teorias passadas, significa geralmente que seu autor foi genial, ou seja, conseguiu atingir aprofundamentos estruturais da realidade, e não somente facetas circunstanciais. Todavia, ninguém escapa em ciências sociais da validade histórica, quer dizer, contextualizada no espaço e no tempo.

Assim, o trabalho teórico é fundamental ao processo científico, desde que direcionado à descoberta e discussão da realidade. Alguns momentos centrais dele seriam:

a) A elaboração de quadros de referência toca a questão vital da sistematização da realidade em nossa mente. No fundo, é uma das medidas da nossa capacidade de compreensão do que se passa na realidade. uma análise teórica -mente bem fundamentada seria aquela que apresenta uma estruturação "amarrada", sólida, coerente, consistente, onde os enunciados se desdobram de forma concatenada, criativa e profunda.

(7) Cfr. G. CANGUILHEM, op. cit.: "Não é, pois, surpreendente que nenhum realismo, e sobretudo o realismo empírico, encontre graças, como teoria do conhecimento, aos olhos de Bachelard. Não há real antes da ciência ou fora dela" - p. 51-52.

(8) Mesmo Popper reconheceria que todo enunciado observável já é uma "interpretação à luz de teorias" - K. R. POPPER, The Logic of scientific discovery, Hutchinson of London, 1965, p. 107.

O quadro teórico de referencia decide nossa capacidade explicativa, no sentido de apontar, para os efeitos, as causas reais, de descobrir a dinamica dos processos nísticos, de superar a superfície para atingir dobras mais profundas da realidade. Sem quadro de referência, ficamos na descrição, na acumulação de fatos e dados, na complexidade desconhecida.

Significa, ao mesmo tempo, o trajeto de amadurecimento do cientista, através do qual adquire solidez própria e apresenta-se como capaz de produção original. Quando se aceita alguém como "teórico" de certa disciplina, significa isto que construiu seu próprio lugar, tem mensagens próprias. No lado oposto, emerge o repetidor, a estilo do discípulo que nada mais faz do que redizer, de forma geralmente empobrecida, quando não deturpada, o que o mestre já disse.

Assim, elaborar quadro próprio teórico de referência é o desafio substancial da formação teórica, que se resolve no tirocínio árduo e profundo da pesquisa teórica. A partir dele, o cientista não somente sabe explicar a realidade, mas, mais que isto, tem sua forma própria de explicação, criativa, e talvez até alternativa. Não se contenta em constatar como as coisas acontecem, mas quer saber por que acontecem. Consegue discordar e contrapor. Corrige e se corrige.

b) A compreensão dos clássicos é outro campo importante da pesquisa teórica, através da qual podemos nos armar com alternativas explicativas, algumas ainda pelo menos parcialmente válidas. Os clássicos significam a referência histórica básica de cada disciplina, marcando profundamente seu trajeto temporal. Traduzem a acumulação já elaborada de conhecimento, circunscrevem as principais polêmicas havidas e ainda vigentes, cristalizam maneiras típicas de ver a realidade, de investigar e sistematizar, e assim por diante.

O problema maior neste terreno é o modo como se estudam os clássicos. Predomina certamente o estudo passivo, na qualidade de receptor ou de discípulo. Por vezes, accentua-se demais o respeito aos clássicos. No entanto, poucos fenômenos são mais negativos dentro do processo científico, do que o do discípulo fiel. Diríamos que respeitar os clássicos é principalmente revidar sua criatividade, e não reduzi-los a mera transmissão ou repetição. Porquanto, o melhor discípulo é aquele

que supera o mestre, tal qual aconteceu com o próprio mestre, que a tanto chegou porque não aceitou ser apenas discípulo.

A demasiada aceitação dos clássicos significa, de modo geral, um tratamento subserviente, no qual a fidelidade ideológica é preferida à construção de identidade teórica própria. O bom clássico é aquele que continua provocando boas discussões, não aquele que as paraliza. Assim, a leitura assídua dos clássicos não tem como finalidade emperrar as alternativas explicativas, dividindo os cientistas entre hereges e asseclas, mas, ao contrário, manter viva a luz da criatividade, na qualidade de convite perene à indagação incansável.

c) O domínio relativo da produção vigente, pelo menos na especialidade própria, é construído na atividade constante de pesquisa teórica, através da qual questionamos, aceitamos, rejeitamos e propomos alternativas. O padrão teórico de discussão é, neste sentido, indicativo da vitalidade de determinada disciplina. Caso contrário, chega-se facilmente ao marasmo ou às igrejinhas fechadas.

A produção vigente tem principalmente a finalidade de recompor interminavelmente o contexto da criatividade científica sobre uma realidade entendida como inextinguível. Esta nos desafia constantemente a novas idéias, a revisões de quadros já cristalizados de referência, a polémicas inventivas em torno de aspectos relevantes, de tal sorte que a vida continua, conflituosa e atraente.

d) A reflexão teórica elaborada é um exercício fundamental da formação teórica, através da qual aprofundamos conceitos, visões teóricas, categorias básicas de autores, inventamos outras e assim por diante. Infelizmente, a formação acadêmica não privilegia este procedimento na graduação e, por vezes, sequer na pós-graduação.

Ao aceitarmos que a atividade básica da ciência é a pesquisa, estamos sugerindo que o cientista deveria ser fundamentalmente uma instância criativa. O processo de criação não é, como sempre, espontâneo. Precisa ser cultivado. Uma das maneiras mais profícuas de tal cultivo, é a elaboração constante da reflexão teórica, na qual o autor é convidado a dominar a literatura circundante, a debater-se com.



propostas divergentes, a formular posição própria etc.

Muitas vezes, não vamos além da ficha bibliográfica, que nada mais seria do que controle de leitura. Isto é pouco. No fundo, nada tem a ver com procedimento universitário, porquanto ler um autor é uma característica prévia. É preciso saber interpretar um autor, discordar dele, apresentar alternativas explicativas, dialogar com ele de igual para igual, reinventá-lo.

Saber elaborar um trabalho teórico já é grande virtude, porque leva a ordenar idéias, a sistematizar pressupostos teóricos, a estruturar explicações. Colabora em superar o ambiente frouxo das discussões marcadas pela falta de leitura prévia, pelo "achismo" ou pelo preconceito ideológico.

• Neste sentido, é essencial trabalharmos indagações teóricas com profundidade e rigor, desde que não nos refugiemos na mera especulação.

e) A crítica teórica sempre corre o risco da alienação prática, mas, adequadamente conduzida, pode ser mesmo a alma da ciência, porque é ela que mantém sua processualidade imorredoura. Neste sentido, dificilmente poderia ser supervalorizada. É também questão de coerência: se a realidade é crítica (conflituosa e dinâmica), precisa ser tratada criticamente.

Qualquer proposta alternativa alimenta-se da vigilância crítica, que não nos permite degenerarmos em fósseis acadêmicos. A teoria crítica traduz a envergadura com a capacidade de produção teórica e significa o grito de alerta contra dogmatismos, monolitismos e maniqueísmos. A realidade é mais importante que nossas classificações e sistematizações. Os quadros de referência devem levar-nos à criatividade, não ao cárcere das próprias idéias. A capacidade crítica, que precisa ser complementada com a capacidade prática, é o oxigênio da sobrevivência científica(9).

(9) "A má vontade crítica não é uma penosa necessidade da qual o sábio poderia desejar se ver dispensado, porque ela não é uma consequência da ciência, mas sua essência. A ruptura com o passado dos conceitos, a polêmica, a dialética é tudo o que nós encontramos ao fim da análise dos meios do saber. Sem exagero, mas não sem paradoxo, Bachelard coloca na recusa a mola propulsora do conhecimento" - G. CANGUILHEM, op-cit., p. 51.

A pesquisa teorica nao é somente pos\_sível, mas necessaria. Nao se trata de recompor o extremo da especulação vazia ou de reimplantar a discussão teórica interminável, mas de cultivar a formação de quadros criativos de referencia e o espírito crítico. A falta disto traduz o traço típico da mediocridade científica que não possui material de discussao, seja retirado de outros autores, seja produzido originalmente. Descreve-se, repete-se, acumula-se, mas não se explica.

A teoria provoca efeitos negativos somente quando se encerra em si mesma, imaginando substituir a própria realidade. Assim, nao é necessário atribuir sentido pejorativo a um trabalho teórico, se realizar a condição de instrumento de descoberta da realidade. O abuso teórico não tolhe seu uso. Muitas teorias são dispersas, difusas e prolixas. Dizem numa infinidade de páginas, o que poderiam dizer em menos. São concêntricas, porque voltam sempre sobre si mesmas. São monótonas. Aí está um vício comum e lamentável.

Mas certamente existe a boa teoria, concisa e criativa, inspirada e provocante, capaz de levar o conhecimento para frente e de desobstruir veredas emperradas da ciência. Não há somente falta de pesquisadores que saibam arrumar e interpretar dados, mas igualmente de cientistas capazes de montar explicações teóricas sólidas. um não substitui o outro; antes, se complementam, muito embora um possa sentir-se mais vocacionado teoricamente e o outro mais empiricamente.

## 2. Pesquisa Metodológica

Também pode surpreender a tentativa de considerar válida a pesquisa metodológica, porque geralmente temos da metodologia a idéia vaga e superficial de aprender instrumentos de pesquisa, nao de criá-los. A metodologia não diz respeito diretamente à realidade, mas aos instrumentais de captação e manipulação dela. Exceto para o metodólogo, é uma disciplina instrumental. Talvez se possa dizer que é mais importante chegar ao "o que fazer", do que perder-se apenas no "como fazer". Todavia, a cientificidade é sobretudo questão de método.

A problemática instrumental é em si conséqüente. Não se coloca o problema de captar e manipular a realidade, se não tivermos já uma noção previa do que é a realidade. Por isto, aplicamos a uma realidade que cremos dialética, precisamente o método dialético. É dentro de uma idéia que temos da realidade, que imaginamos poder explicá-la.

A metodologia não é propriamente a teoria, porque enquanto esta é a estruturação explicativa da realidade, aquela é o modo de estruturação. Todavia, é certo afirmar que a metodologia é tendencialmente uma indagação de estilo teórico e varia de acordo com a visão teórica respectiva. De todos os modos, não há amadurecimento científico adequado sem amadurecimento metodológico. Para isto insiste-se na pesquisa metodológica, que há de significar a descoberta criativa e crítica de modos alternativos de dialogar com a realidade social.

Cremos que a realidade social é suficientemente específica para merecer método próprio, sem com isto deixar de se aproveitar também dos métodos das ciências naturais. A uma realidade entendida como intrinsecamente conflituosa, que é dinâmica precisamente por causa de suas infundáveis contradições históricas, cabe uma metodologia inspirada nesta visão e que é a dialética. Não existe, por outra, apenas uma dialética; há mesmo contraditórias. Em todas há virtudes e defeitos, também na marxista(10).

Todavia, pode-se entender a dialética como a metodologia própria das ciências sociais, que não pretende por isto mesmo explicar as ciências naturais, nem deixa de conviver frutuosamente com as metodologias outras, sobretudo com a lógica, que, na verdade, perpassa todas as metodologias da ciência ocidental. A lógica formal e a lógica dialética, antes de se diferenciarem no adjetivo, identificam-se no substantivo, ou seja, são lógicas. Embora isto pudesse em tese ser objetado como vício da ciência ocidental, acontece que dentro da ciência por nós praticada concebemos a realidade, também a social, como logicamente tratável. Isto depende de um tipo especí-

(10) Cfr. P. DEMO, Introdução a Metodologia da Ciência, op.cit., cap.: "Elementos da metodologia dialética".

fico de visão do mundo, que o entende no fundo ordenado, causado, condicionado. A própria mudança não se dá ao léu, de qual -quer maneira, ou apenas de forma voluntarista, mas condicionada. Até para a história vale: tudo o que acontece na história é historicamente explicável, mesmo a maior transformação imaginável(11).

Seja como for, é fácil vermos que toda esta discussão é complexa e no fundo frágil, porque seria impossível fecharmos-la num resultado final, já para todos evidente. Isto somente seria possível no dogmatismo, que substitui o argumento pela autoridade. Nas ciências sociais conhecemos uma certa profusão de metodologias, o que já atestaria a influência ideológica na origem, ou seja, na concepção de realidade que subjaz a cada uma. O positivismo e o estruturalismo se encontram na postura de unificação metodológica da ciência, porque parte-se da visão de uma realidade única, dentro da qual diferenças de caráter histórico, ideológico, qualitativo etc são secundárias. Para as ciências sociais, o repto é curvar-se ao paradigma das ciências naturais.

O funcionalismo e o sistemismo assemelham-se na ótica institucionalizante que emprestam às análises, porque privilegiam a persistência histórica, ainda que dinâmica, sobre as superações. Sobretudo o sistemismo defende também a unicidade do método, à base do conceito de sistema que se aplicaria a toda a realidade, natural e social(12).

Alguns momentos da pesquisa metodológica poderiam ser:

a) A discussão das alternativas metodológicas favorece a visão ampla do processo de formação da ciência, permitindo o posicionamento aprofundado e a opção metodológica com conhecimento de causa. Se aceitamos que nenhuma metodologia é completa e final, não faz sentido optar por uma, sem comparar com as outras. Ademais, a discussão constante sobretudo com as metodologias adversárias é um expediente salutar para não se transformar questões de método em camisa de força, como se fora delas não existisse salvação.

(11) Cfr. polêmica de Lévi-Strauss com Sartre- C. LEVI-STRAUSS, O Pensamento Selvagem, EDUSP, 1970, capítulo IX.

(12) Sobre positivismo, empirismo, estruturalismo, sistemismo, funcionalismo e dialética, cfr. P. DEMO, Metodologia científica em Ciências Sociais, op. cit.

Ainda que possamos discordar, um dos traços europeus importantes da formação científica é a discussão metodológica e o ambiente de criatividade infundável nesta parte. Outra é a situação, onde existe fidelidade excessiva a certas posturas, como seria talvez o caso de ciências sociais • na maioria dos países socialistas, e mesmo nos Estados Unidos, que cultivam em excesso a monotonia empírica.

A falta de preocupação metodológica causa a mesma mediocridade da falta de base teórica. Resta a credulidade. Não se consegue ver nada além da própria ótica e imagina-se explicar tudo, porque se reduz tudo ao tamanho da própria visão. Onde impera a evidência, não se cria mais nada. A ciência por pacote facilita o término do curso, mas não constrói o pesquisador. Talvez se chegue ao idiota especializado, não ao criador original, ao cientista como artista.

b) A formação do espírito crítico é principalmente uma perspectiva metodológica, através da qual se exerce a vigilância crítica sobre o que fazemos e acreditamos . é a luta constante contra nossas tendências à credulidade, contra o "argumento" de autoridade, contra a superficialidade, contra o comodismo das leituras fáceis, contra os dogmatismos e fechamentos ideológicos etc.

A formação do espírito crítico, contudo, não pode esquecer que a coerência da crítica está na autocrítica. Ou seja, mais importante que criticar os outros, é colocar-se como objeto da crítica. Não é façanha criticar adversários. Duro é criticar as "vacas sagradas", aquilo que mais achamos evidente e principalmente a nós mesmos. É por demais comum o vício da crítica unidirecionada, a saber, contra o objeto da crítica, até ao ponto de considerar ideologia simplesmente a opinião do adversário.

É preciso sobretudo não fugir a propostas alternativas, mesmo que sempre criticáveis. A crítica meramente teórica é o refúgio de quem teme a prática. Mas a crítica autocrítica é fonte de criatividade e abriga a condição fundamental da originalidade científica. É também a inspiração primeira do pesquisador, porquanto pesquisamos porque temos dúvidas, não conhecemos tudo, precisamos reformular nossas explicações. Quem não padece de dúvidas, não tem o que pesquisar.

Nisto a ciência é diferente do senso comum (embora nem sempre por isto superior: não crê em conhecimento imediato, direto, fácil. A realidade precisa ser escavada, contornada de todos os lados, virada pelo avesso, sob pena de não passarmos de simples descrições e de fotografias passageiras. O erro é companheiro solidário do caminho científico, porque, em bora deva ser superado sempre que possível, e por ele que passa a chance de alternativa. As teorias são sempre superáveis, porque contêm sempre erros.

c) O controle da ideologia é um passo fundamental do processo de pesquisa. Reconhecer a ideologia como inevitável e mesmo necessária não significa subverter a pretensão científica, porque deve predominar a argumentação sobre a justificação. De um lado, não se coloca mais a idéia ingênua e irreal de eliminação da ideologia. De outro, busca-se então seu controle, no sentido de conseguir detectar nossos apegos ideológicos e de conviver criativamente com eles. Dentro da perspectiva do controle, a ideologia pode mesmo ser uma inspiração.

A ideologia aparece de formas mais ou menos explícitas, de acordo com o cientista e com o momento histórico. Há cientistas que colocam sua ideologia mais ao alcance dos outros, até mesmo porque acreditam que o debate aberto é preferível. Outros esparramam-nas entrelinhas ou chegam mesmo a ser subliminares. E ainda há os que não se dão conta, seja porque acham que somente os outros são ideológicos, seja porque não chegam a preocupar-se com isto. Em determinado momento histórico, um tipo de ideologia pode ser colocado sem protestos, enquanto outros causam estranheza ou são coibidos.

Para chegarmos ao controle da ideologia, que será sempre apenas relativo, o ponto de partida será o de se reconhecer ideológico." Assim, a primeira ideologia a ser detectada não será a dos outros ou dos adversários, mas a própria. Se a credulidade dos outros é um problema, muito maior problema é a nossa. É simplesmente coerente para quem julga serem as ciências sociais intrinsecamente ideológicas, admitir-se ideológico.

Partindo daí, é possível a situação de presença controlada da ideologia, o que permitiria o fenômeno fundamental metodológico, que é a predominância do argumento sobre a justificação. Por isto diríamos que, deste ponto de vista, a

pesquisa metodológica é algo vital. É decisivo armarmos o quadro metodológico que nos leve à desinstabilização constante, à quebra de rotinas explicativas, ao protesto contra nossa própria mediocridade.

Muito mais do que imaginamos, as ciências sociais são justificativa política da sociedade em que se vive. Mais do que descobrir a realidade e de a manipular, o cientista vê na ciência a maneira de montar uma forma privilegiada de vida. Não é produzida pelo povo, embora talvez às custas do povo. É muito mais instrumento da desigualdade social, do que de sua redução. Justifica muito mais facilmente os poderosos, à sombra dos quais é geralmente produzida, do que assume o risco da prática do oprimido.

Do ponto de vista ideológico, a ciência é uma história muito mal contada. Insiste na objetividade e na neutralidade sobretudo por temor que a desmascarem. É profundamente um projeto pequeno-burguês, lavrado sobre a distinção excludente entre trabalho intelectual e manual, e muito mais tentado a identificar-se com os poderosos, do que com os humildes.

Principalmente para os cientistas que desejam a aproximação com os oprimidos, até a própria identificação ideológica totalizante, esta preocupação metodológica é vital. A participação pode ser real, mas é muito mais fácil ser uma farsa.

d) O cultivo da originalidade científica é uma promessa metodológica fundamental, principalmente se tomarmos em conta o relativo marasmo atual das ciências sociais. Pouca coisa acontece, e entre as que acontecem talvez esteja a pesquisa participante. De modo geral não há grandes autores, não há novas teorias que abalem os fundamentos da ciência, não há alternativas perceptíveis. Estamos muito mais repetindo, transmitindo, resumindo e recompondo.

Transparece aqui também o lado socializador da formação científica, como qualquer processo pedagógico: mais domestica, do que educa. São instâncias de aprendizagem, de absorção de ensinamentos, de instrução programada. Não são instâncias de criação de alternativas científicas. Em tudo há pouco de arte criativa. Impera a máquina de moldagem.

Se olharmos também para o cansaço das ciências sociais, perdidas num patamar de relativa inutilidade, quanto à capacidade de resolver os problemas angustiantes do homem, urge inventar coisas novas, recompor a esperança em nossa potencialidade, descobrir novos rumos. como adequar o desejável dentro do viável, para termos o possível, é o que esperamos da pesquisa, na qualidade de instrumento de descoberta contante de uma realidade infindável. Apesquisa participante, por mais que possa exagerar sua promessa, representa a sofreguidão pela alternativa, num contexto de realidade tida por intolerável.

### 3. Pesquisa empírica

é a pesquisa mais usual. Em ciências sociais passou praticamente a monopolizar o sentido de pesquisa, como se fosse a única maneira de descobrir a realidade. Sua influência deve-se também ao fato de ter sido adotada como paradigma central das ciências sociais nos Estados Unidos.

Caracteriza-se pela experimentação da realidade, lançando mão de todas as técnicas de coleta, mensuração e manipulação de dados e fatos. Participa da visão, segundo a qual a demarcação científica passa pelo teste da realidade empírica observável. Privilegia processos de quantificação e de mensuração, o que acarretaria não somente o traço de uma proposta testada, mas igualmente a capacidade de ser mais útil, porque operacionalmente traduzida.

Em absoluto é possível negar os méritos da pesquisa empírica. De certa forma, foi um "santo remédio" contra a tendência especulativa de ciências sociais muito dadas a teorias mirabolantes e subjetivistas. O que se estuda empiricamente, está pelo menos dentro da realidade observável, ainda que possa ser irrelevante do ponto de vista social. Produzir dados, interpretar fatos, manipular estatísticas é uma virtude fundamental do cientista social, que pode encontrar nisto instrumentos de grande valor para suas análises.

Ao mesmo tempo, construíram-se infindáveis técnicas de coleta e tratamento de dados, constituindo-se hoje um legado importante. O uso da estatística alargou muito o campo de trabalho, enquanto que também ofereceu base mais consis



tente para as afirmações e generalizações. O trato da realidade empírica enriqueceu imensamente o repertório das análises, desde comportamentos mais formais da observação seca e distanciadamente, até a observação participante. De qualquer forma, trouxe a necessidade do contato direto entre sujeito e objeto, sem esconder a crítica contra análises feitas longe da realidade ou demasiadamente subjetivas.

O uso do computador permitiu grandes sofisticacões, bem como a formacão de bancos de dados, que viabilizam o acompanhamento de fenômenos ao longo do tempo sob forma bastante controlada. Hoje temos já indicadores consagrados em cada disciplina, que, embora sempre frágeis e mutáveis, traduzem o esforço de produçãocientífica testada e replicável facilmente. São muito conhecidos indicadores de certas faces da realidade, como indicadores econômicos (renda per capita, índice de Gini etc), psicológicos (quociente de inteligência, testes psicotécnicos etc), educacionais (taxas de escolarização, de analfabetismo etc), sanitários (mortalidade infantil, esperança de vida etc) e assim por diante.

O grande valor da pesquisa empírica é a produçãode análises empiricamente testadas. A quantificacão pode ser muito útil e tem sempre a vantagem de poder ser refeita por outros, o que permite também o teste intersubjetivo.

Todavia, a idéia válida do teste empírico foi freqüentemente abusada como forma única de conhecimento da realidade. Muitas críticas hoje feitas aquilo que se chama pesquisa clássica ou tradicional são certamente corretas. Outras, porém, confundem pesquisa empírica com pesquisa empirista. A pesquisa empírica somente é condenável quando acometida do vício empirista, que veremos adiante.

uma análise das funções da universidade na sociedade, por exemplo, não precisa ser funcionalista. Assim, a aplicacão adequada da mensuracão, da quantificacão, da experimentacão, do teste etc só faz bem. No mínimo traz a teoria ao terra à terra, reduzindo-a à devida modéstia das afirmações fundamentadas.

Muitas vezes exigimos demais da quantificação. O exemplo do uso da renda per capita para medir o desenvolvimento dos países é ilustrativo, uma vez foi usual fazer este tipo de comparação. A partir de certo momento, impugnou-se a validade desta medida e passou-se a ver nela alguma "perversidade" intrínseca, como se existisse apenas para camuflar a realidade. Em si, porém, o que aconteceu foi muito mais um abuso da medida, ou seja, uma falha dos intérpretes, mas não uma falha da própria medida. Renda per capita significa tão somente uma relação entre o produto econômico gerado e a população existente, o que daria uma média de renda por habitante. Esta relação mede apenas o crescimento do produto econômico relacionado com os habitantes, mas não pode medir sua distribuição interna. Exigir que esta medida reflita a distribuição do produto, é erro do analista, não da medida, primeiro porque uma média não revela bem os extremos e, segundo, porque revela crescimento, não desenvolvimento (= crescimento participativamente distribuído).

Assim, não há nenhum demérito em formar uma medida, como a renda per capita. O problema é como se interpreta. Em ciências sociais é assim que, raramente o mais mensurável coincide com o mais relevante. E é isto que trouxe grande descrédito à pesquisa empírica. Quando unilateralizada, torna-se ridícula, porque é uma grosseria amarrotar dimensões qualitativas em padrões rígidos quantitativos. Com razão a pesquisa participante se insurge contra isto, porque a realidade social é incrivelmente mais rica e exuberante do que as mensurações que possamos inventar(13).

A atração da pesquisa empírica está principalmente na característica de permitir com facilidade a descoberta da realidade, ainda que em doses pequenas e muitas vezes forçadas. Para quem vive na sala de aulas, perdido numa extrema indigestão teórica, cercado por intermináveis questões metodológicas, especulando sem parar, a empiria significa uma oportunidade para se testar até que ponto o que se pensa bate com a realidade. Certamente, no contato com a realidade descobrem-se coisas que a teoria sequer havia suspeitado. Assim,

(13) p. DEMO, Notas gerais sobre Indicadores Sociais, in: Indicadores educacionais no contexto do desenvolvimento social, Série Planejamento 2, Secretaria Geral, MEC, Brasília, 1980, p. 13, ss,

uma coisa é estudar os índios nos livros; outra é ir vê-los de perto e, se possível, até conviver com eles. A isto deu-se o nome de observação participante, que, todavia, nada tem a ver com a pesquisa participante.

O contato com a realidade concreta facilmente cura o vedetismo teórico, a crítica desenfreada, a exasperação ideológica. Descobre-se que o mundo teórico é por vezes muito ordenado, porque irreal. No concreto, a coisa é outra." Em termos de planejamento, uma coisa é imaginar o desejável, outra é propor o viável. Quando se mexe com a realidade concreta, cai a máscara da empáfia teórica. Por vezes, uma simples pessoa do povo opera melhor soluções viáveis, do que incríveis teóricos.

A pesquisa empírica também serve como controle da ideologia, embora possa facilmente recair no extremo oposto, da ilusão da isenção ideológica.

#### 4. Pesquisa prática

A pesquisa prática contém elementos da empírica, pelo menos no sentido do teste da realidade concreta, mas a ultrapassa de longe com referência ao conceito de prática, que é sempre político-ideológico. Sem avançar outros componentes que serão posteriormente tratados, é preciso acentuar que a prática é também uma forma de descobrir a realidade e de a manipular.

Não se trata de qualquer prática, por que uma generalização excessiva retiraria sua especificidade. Trata-se da prática político-ideológica, que assume compromisso com opções de realização histórica. Ademais, não se trata da prática do senso comum, que poderia ser simples ativismo ou mero condicionamento externo e objetivo de nossas pretensões teóricas. Trata-se de prática cientificamente contextualizada, ou seja, que contenha o elemento da descoberta científica, para lhe poder caber a marca de pesquisa.

A pesquisa prática não substitui as outras. Mais que isto, convive com as outras e pode ser unilateralizada como as outras. O cuidado teórico, metodológico e empírico não lhe faz nenhum mal.

Assumindo-se que as ciencias sociais sejam intrinsecamente ideológicas, isto quer também significar que sao necessariamente práticas, mesmo quando, ou sobretudo quando, ne -guem isto. A omissão da prática passa a ser também uma espécie de pratica, porque esconde ou revela um tipo de opção política e o favorecimento de alguém.

As ciências sociais são necessariamente um fenômeno político. Carregam a função fortemente legitimado ra dos grupos dominantes, à medida que motivam a formação de uma elite intelectual capaz de produzir e manipular ideologias a ser viço dos poderosos. como expressão social, que também são, ao la do dos traços epistemológicos, sao marcadas pela problemática so cial em que são geradas e cultivadas. Dentro da problemática social emerge, entre outras coisas, a questão do poder, da desigual dade e de outros conflitos estruturais. As ciências sociais são produzidas por homens de carne e osso, historicamente condiciona dos, alocados concretamente na estrutura de poder. Geralmente os cientistas são pequeno-burgueses; nem burgueses, nem proletários. Mas isto basta para incutir nas ciências sociais o gosto típico de proposta conservadora, porque, mais que as intenções, valem os condicionamentos objetivos, condensados na posição geralmente privilegiada dentro do sistema de produção e de poder(14).

Por isto, tendencialmente as ciências sociais escondem ou revelam uma proposta de estilo conservador , o que transparece já com suficiente clareza na predominância das metodologias positivista, estruturalista, funcionalista e sistêmica, sobre a dialética. Mas mesmo a dialética conhece versões amansadas, sobretudo na postura "não antagônica", quando também passa a pintar estruturas vigentes de. poder como intocáveis e me ritocráticas.

A postura prática assume uma opção teó rica e por isto coloca a questão ideológica de modo explícito . Não é necessário perder o senso do controle ideológico, embora isto facilmente aconteça. O controle ê feito de outra maneira, não através do distanciamento cultivado como acontece nos outros tipos de pesquisa, mas através do engajamento declarado. A

(14) P. DEMO, Intelectuais e Vivaldinos, Aimed, S. Paulo, 1982..

ciência coloca-se ostensivamente a serviço de uma ideologia. No caso geral, esta característica existe, seja inconscientemente, nos cientistas que se iludem com a objetividade e com a naturalidade, seja conscientemente, mas de modo contido.

Para ser pesquisa e não mera ideologização política, é mister que predomine o cuidado científico, no sentido pelo menos de ser uma ideologia cientificamente conduzida e fundamentada. Assim não se pode chamar de pesquisa prática a qualquer ato político. Cabe isto somente aos atos políticos fundamentados na postura da pesquisa científica, ou seja, capazes de descobrir e manipular a realidade.

Sem este cuidado, surgem as distorções usuais: deturpações grosseiras da realidade, massacre do espírito crítico em nome de uma ideologia obtusa, cultivo do dogmatismo e do "argumento" de autoridade, condenação apressada de ou -tras posturas possíveis, unilateralização da pesquisa como se somente valesse a prática, e assim por diante.

Ao mesmo tempo, há diversos níveis da prática. É extremamente ingênuo imaginar que somente seja prática a postura revolucionária. A reacionária não é menos prática; apenas está na direção ideológica contrária. Prática significa opção política e ideológica, mas não grante a direção da política e da ideologia. Neste sentido, é erro primário supor que a pesquisa prática tenha vocação natural a defender os oprimidos. Ao contrário, do ponto de vista de uma produção pequeno-burguesa a tendência é a contrária. Predomina a prática conservadora; pode facilmente haver, prática reformista e também reacionária; e é muito rara a prática revolucionária, embora na teoria o pesquisador aprecie fantasiar-se de transformador do mundo.

Assim, a ciência comprometida não precisa necessariamente comprometer-se com os oprimidos. Muito mais naturalmente compromete-se com os opressores. Mesmo quando se assume explicitamente a ideologia, a tendência é de predominar a postura conservadora. Se usarmos a figura do "intelectual orgânico", ela quer conotar em si o intelectual que colabora na justificação do acesso ao poder, tanto no sentido de manter nele os poderosos vigentes, quanto no sentido de mudar a estrutura de poder em favor dos "dominados. Predomina geralmente o primeiro tipo.

A pesquisa prática serve a incontáveis farsas, mas que não subtraem seu valor. um dos vícios mais comuns é a banalização do fenômeno político-participativo, seja no sentido de não atentar para sua dificuldade real dentro dos conflitos concretos da sociedade, seja no sentido de esquecer o lado da pesquisa e fazer-se somente participação, recaindo no ativismo sem reflexão crítica.

A pesquisa participante pode ser alocada dentro do espaço da pesquisa prática, como corrente específica, embora prefira-mos colocar ambas como sinônimas. A pesquisa participante busca a identificação totalizante entre sujeito e objeto, de tal sorte a eliminar a característica de objeto. A população pesquisada é motivada a participar da pesquisa como agente ativo, produzindo conhecimento, e intervindo na realidade própria. A pesquisa torna-se instrumento no sentido de possibilitar à comunidade assumir seu próprio destino. Ao pesquisador que vem de fora cabe identificar-se ideologicamente com a comunidade, assumindo sua proposta política, a serviço da qual se coloca a pesquisa.

Nesta linha, mistifica-se pelo menos em parte a questão da prática, porque se exclusiviza apenas um nível da prática, ou seja, aquela de propensão transformadora, a partir de baixo para cima. Não é menos participante a pesquisa ideologicamente identificada com os dominadores. A pesquisa participante caracteriza-se pelo compromisso ideológico ostensivo, mas não garante que seja de esquerda ou direita. Ademais, o compromisso admite gradações importantes, desde o pesquisador que gostaria de se identificar com a comunidade de forma constante e definitiva, até aquele que faz este tipo de pesquisa intermitentemente. Aliás, se tomarmos a sério a questão das diferenças de classes e considerarmos o pesquisador como pertencente geralmente à pequena burguesia, a identificação ideológica é muito complexa e penosa; ainda, se o problema não é a promoção, mas a autopromoção, talvez fosse muito mais desejável que o pesquisador, a partir de certo momento, quando a comunidade anda pelas próprias pernas, saia de cena. Mesmo porque não há condições reais, de modo geral, de um pesquisador, que tem formação superior, pertence à elite intelectual, não ganha apenas para reproduzir sua força de trabalho nem faz parte do exército de reserva, ser proletário típico.

Por tais razões, tendemos a considerar como pesquisa participante aquela que privilegia a relação prática com a realidade social, buscando nisto uma via de descoberta e de manipulação da realidade. Caracteriza-se pelo compromisso ostensivo ideológico-político com o objeto da pesquisa, em função do qual se desfaz a condição de objeto, passando a instrumento importante na realização da proposta política do grupo estudado.

Alguns passos iniciais sobre a pesquisa participante (PP) poderiam ser:

a) A PP é um gênero de pesquisa; como tal não substitui os outros, por mais que possa apontar defeitos neles e que certamente existem.

b) Os outros gêneros de pesquisa, pesquisa teórica (PT), pesquisa metodológica (PM) e pesquisa (PE) têm sua razão de ser; de modo geral são complementares, distinguindo-se por alguma acentuação específica no plano do conhecimento e da intervenção na realidade; é incorreto considerá-los excludentes ou inferiores.

c) A PP acentua o lado da prática, mas só tem a perder se não ostentar base teórica, amadurecimento metodológico e uso conveniente de testes experimentais. Também tem seus defeitos, no sentido de recair facilmente no ativismo, no dogmatismo, no partidarismo, e assim por diante.

d) Não obstante, é uma forma válida de descobrir e manipular a realidade. O compromisso ostensivo com determinada ideologia pode também ser uma via de controle ideológico, pelo menos no sentido de que é mais fácil controlar o jogo aberto. Assim, é possível preservar o lado da pesquisa, não só porque a prática é componente constituinte do processo de conhecimento, mas igualmente porque o processo participativo admite, sem dúvida, fundamentação científica.

e) Todavia, não é qualquer processo participativo que merece o nome de PP. A pesquisa pode ser um instrumento relevante de processos participativos, mas não é condição absoluta. Mesmo que pudéssemos mostrar que todo processo

participativo traz alguma descoberta da realidade, pesquisa é muito mais que isto. E vale o reverso: nem, tôda pesquisa precisa acarretar participação, no sentido ideológico-político. Há momentos em que o distanciamento ideológico (nao sua eliminação), até por razões políticas, seja desejável, com vistas a uma intervenção mais fundamentada na realidade.

f) Não se há de responder a um erro, com o erro oposto. Assim, aos excessos da PE, que facilmente : . conota medíocre e superficial, não responderemos com a banalização da PP, muitas vezes um péssimo subterfúgio para pesquisadores mal formados, sem base teórica e metodológica, e sem condições de conduzir o mínimo teste empírico.

g) O mérito da PP não está só em recolocar o âmbito da prática, mas também de trazer os ventos da alternativa na esfera das ciências sociais. Isto já vale muito a pena.

## 5. Conclusões preliminares

A organização proposta do espaço da pesquisa é certamente tentativa. Tem como finalidade principal mostrar que é incorreto prender a pesquisa ao espaço empírico. Quando o científico é reduzido ao observável e mensurável, recai quase sempre na superficialidade e na irrelevância. Em ciências sociais, as dimensões qualitativas são essenciais; critérios quantitativos podem ajudar muito, mas estão longe de serem decisivos. Nisto a FT trouxe uma colaboração inestimável, desde que não se conceba exclusiva e substitutiva dos outros gêneros de pesquisa.

A título de ilustração, propomos o seguinte esquema instrumental, que tenta contrapor os quatro erros através de algumas características da pesquisa:



Quanto a	PT	PM	PE	PP
Preduto científico	quadro de refe -rência; sistematização teórica.	opção metodoló gica; instru -mentos teor.	experimentação ; instrumentos quantitativos.	opção política ci entificamente fun dada ; qualitativa
Ideologi a	inerente, mas contida			ostensiva
Controle ideologi co.	através da criti ca teórica.	através da cri tica metodol.	através da ex-perimentação.	através da opção clara.
•	predominância teórica		predominância prática	
Teoria e Pra tica	explicação teórica.	instrumental de explic. teó rica.	experimentação e teste.	política
Relação Sujei-	identidade relativa (objetivação)			identidade totalizante
to/Objeto	dialogal		distanciamento	fusão
Descoberta Realidade	indireta - siste matização categorial.	indireta - sistematização instrumental.	direta - teste experrimen tal.	direta - pratica política.
Demarcação científica predomi -nante	coerência e ob-jetivação	adequação ins-trumental à realidade	lógico-experi-mental	critério da prática

É sempre possível inventar outros es quemas. Não insistimos em tais categorizações, para além de servi\_ rem de esclarecimento explicativo. Oquist, por exemplo, baseando-se em Guttman, propõe a distinção entre pesquisa descritiva, mono lógica, de formulação de políticas, e de ação(15). A descritiva a-tém-se ao registro, geralmente quantitativo, da realidade. A mono lógica dirige-se ao estabelecimento de relações necessárias entre os fenômenos, no sentido nomotético, e é por isto de teor analíti co. A de formulação de políticas conota a pesquisa no contexto do planejamento político. E a pesquisa/ação coincide com a partici - pante, no sentido aqui atribuído.

(15) Paul OQUIST, La Epistemología de la investigación-acción, Naciones Unidas, Quito, 1978, p. 5-6.

Voltando ao esquema proposto acima, no que se refere ao produto científico, a PT organiza quadros teóricos de referência e amarra sistematizações teóricas, que são importantes para qualquer intento explicativo; a PM leva a amadurecer opções metodológicas e a fundamentar por que cremos que aquilo que fazemos deva ser reconhecido como científico, levando à elaboração de instrumentos teóricos de explicação da realidade; a PE produz a experimentação, obtida geralmente através de instrumentos quantitativos; a PP funda cientificamente uma opção política e trabalha com pertinência componentes qualitativos da realidade.

No que se refere à ideologia, é entendida como fenômeno inerente nas PT, PM e PE., embora se insista em controlá-la, a fim de que predomine o argumento sobre a justificação; no caso da PP, a ideologia é ostensiva e assumida. Quanto ao controle ideológico, é obtido, na PT através da crítica teórica vigilante; na PM, através da crítica metodológica a ser viço da processualidade científica, contra dogmatismos e relativismos; na PE, através da experimentação, quantitativamente controlada; na PP, através da opção clara.

No que se refere à relação entre teoria e prática, as PT e PM são predominantemente teóricas, enquanto que as PE e PP são predominantemente práticas. A PT volta-se a explicações de base teórica, a PM a produção de instrumental de explicação teórica, a PE à constituição de condições experimentais e de teste, e a PP ao compromisso político.

No que tange a relação sujeito/objeto, a PT propende à identidade totalizante, enquanto que as outras à identidade relativa, no sentido da objetivação. A PT e a PM trabalham um relacionamento dialógico, a PE geralmente insiste mais na necessidade do distanciamento, enquanto que a PP tende à fusão.

A descoberta de realidade é indireta nas PT e PM, e é direta nas outras duas. A PT persegue a realidade através da sistematização categorial, a PM através da sistematização instrumental, a PE através do teste experimental, e a PP através da prática política.

No plano da demarcação científica pre dominante, a PT age com base na coerência lógica e no esforço de objetivação ao construir seu objeto; a PM busca a adequação entre instrumentos de captação e manipulação, e a realidade a ser captada e manipulada; a PE atém-se ao padrão lógico-experi mental; e a PP funda-se no criterio da pratica.

## CAPÍTULO II: A DECEPÇÃO DA PESQUISA TRADICIONAL

Não será incorreto afirmar que a PP, em parte, nasce e se sustenta sob o signo da decepção com respeito à pesquisa tradicional. Por pesquisa tradicional podemos entender todos os gêneros, que não a própria PP, mas refere-se principalmente à PE. Ao mesmo tempo, esta decepção estende-se às ciências sociais como tais, no sentido: que são em grande parte inúteis para resolver os grandes problemas da sociedade.

Se debulhássemos algumas iniciativas típicas dos últimos tempos, talvez ficasse patente, o quanto a pesquisa está a serviço do próprio pesquisador e do grupo social a que pertence ou ao qual se subordina. É o caso do tema do mercado informal, das necessidades básicas, das estratégias de sobrevivência, da pobreza crítica, da política social em geral: são chances renovadas de pesquisa, certamente; mas que tenham realmente diminuído a pobreza dos marginalizados, isto é muito difícil de mostrar.

Pobreza tornou-se um objeto interessante e promissor de estudo. Muitas vezes foi vasculhada sem trépo em todos os ângulos imagináveis. Mas não saiu de objeto. Por outro lado, muitos pesquisadores enfeitam-se com um discurso progressista sobre a pobreza, mas seriam incapazes de assumir a prática coerente. Aí revela-se marca fundamental da pertença de classe: o privilegiado, propende a justificar seus privilégios e usa para tanto, se preciso for, a própria linguagem contra os privilégios(1)..

A alienação da universidade faz eco a esta mesma decepção, porque nela se cultiva um grupo ensimesmado, tendente a desprezar os que a ela não têm acesso, profundamente elitista e capaz de justificar qualquer ideologia, desde que bem paga. Não se enfrenta a realidade e ensaia-se na sala de aulas um teatro artificial, que enquadra o mundo dentro das quatro paredes. Embora o diapasão do discurso possa vibrar desde a máxima

(1) Pedro DEMO, *Intelectuais e Vivaldinos*, Ained, 1982. Id, *A pobreza também te chama*, in: *Pobreza sócio-econômica e política*, Edit. da Univ. Feder. de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

esquerda até à máxima direita, praticamente todos se encontram no mesmo clube de conservadores da pequena burguesia iluminada. Deba te-se a miséria até cansar. Mas nao se consegue assumir uma prati ca de redução efetiva.

Estão *cansadas* nossas ciências sociais. Nao há a mínima proporcionalidade adequada entre, por exemplo, a monta -nha de estudos econômicos e a efetiva realização do desenvolvimen to, entre a avalanche de teorias sociológicas sobre a desigualdade social e a diminuição das discriminações classistas, entre a massa de discussões psicológicas e a efetivação da felicidade humana, entre a profusão de recomendações pedagógicas e a implantação da educação, etc. Ao mesmo tempo, as instituições internacionais, em si dedicadas ao fomento destes objetivos caros à socieda de, como a UNESCO, a CEPAL, a OIT etc, chegaram talvez ao fim de suas potencialidades, porque a questão não é propriamente técnica, mas política. E força política elas não têm. São dispensáveis? Tal vez.

#### 1. A repulsa por parte da PP

Na literatura sobre PP, esta talvez seja a cantilena mais repetida, Budd Hall, já em 1975, apontava quatro principais defeitos da pesquisa tradicional, imputando-lhes o tra ço pejorativo frequente de "receitas culinárias"(2):

- (2) Budd L. HALL, Participatory Research: an approach for change, in: Convergence, VIII, 1975, p. 24: "Like most of us, my trai-ning in educational research was based on what might be called a classical approach to social science research; such 'orthodox social science research methodology is based on the attempts . of sociologists and psychologists to develop an approach to understanding human behavior as much as possible like. the methods natural scientists use to study plant, animal, chemical and physical properties. The essentials of most research courses cover such subjects as hypothesis construction; sampling strategies; instrument design (almost always some form of questionnaire) ; data analysis (aggregation of individual data into group statistics); and interpretation. There are many thorough textbooks, written rather as cookbooks, to guide the novice through this process and into the work of 'science'".

- a) a PE simplifica em excesso a realidade., tornando-se imprecisa; os Instrumentos contêm arbitrariedades, extraem informação de indivíduos isolados, forçar, as pessoas a selecionar respostas, e produzem meras descrições estáticas; mais que descobrir a realidade, enquadra-a em sistematizações artificiais; deturpam a dialética da vida social real;
- b) a PE muitas vezes se apresenta alienante, dominadora ou opressiva, porque, ao buscar isenção ideológica, pratica uma ideologia subreptícia e favorável ss discriminações sociais vigentes; o controle dela é unilateral e é vedado o acesso por parte do pesquisado;
- c) a PE não facilita a ligação com a ação subsequente, principalmente por causa do distanciamento intencional com relação ao objeto;
- d) a PE usa métodos inconsistentes com certas características da população estudada, porque esta pode de fato colaborar como sujeito.

em 1978 acentuava Hall, ao lado das precariedades acima levantadas, três inspirações básicas do movimento da PP:

- a) os métodos quantitativos não estão oferecendo compreensão adequada da realidade;
- b) o desejo de uma pesquisa que leve a práticas alternativas, capazes de sedimentar o desenvolvimento, a justiça social e a autopromoção;

c) a vontade de repor o humanismo no terreno da ciência(3).

É preciso desmascarar ou "desindotrar" a influência ideológica opressora das pesquisas tradicionais, por que acabam produzindo um efeito conservador com respeito à ordem vigente. Quanto mais se apresentam objetivas, neutras, rigorosas, mais são capazes de exercer o papel de reprodução do sistema(4). A tendência quantitativa é preciso opor a valorização das dimensões qualitativas da realidade(5).

Segundo Tandon, duas foram as idéias-força que motivaram o surgimento da PP. "A primeira diz respeito ao desconforto de alguns pesquisadores profissionais, que acharam o paradigma da pesquisa clássica insuficiente, bem como opressivo. O paradigma clássico põe ênfase na neutralidade axiológica do pesquisador; faz da objetividade a marca do processo de pesquisa; sugere completo controle unilateral pelo pesquisador sobre os processos inteiros de pesquisa; trata a população como objeto, do qual se espera apenas que responda às questões do pesquisador; e pretende estudar a população e os fenômenos sociais como o fazem as ciências naturais. Muito tem sido escrito sobre estes aspectos e as limitações do paradigma clássico de pesquisa. O ponto importante aqui é que a PP é uma expressão, pelo menos em parte, contra as limitações do paradigma dominante"(6).

(3) Budd HALL, La Creación de Conocimiento: la ruptura del monopolio, métodos de investigación, participación y desarrollo, in: Crítica y Política en Ciencias Sociales, Simposio Mundial de Cartagena, Ed. Punta de Lanza, Bogotá, vol. I, 1978, p. 1.

(4) Budd L. HALL, Participatory Research, Popular Knowledge and Power: a personal reflection, in: Convergence, XIV, Nº 3, 1981, p. 13.

(5) M. PILSWORTH & R. RUDDOCK, Some Criticisms of Survey Research Methods in Adult Education, in: Convergence, VIII, 1975, p. 37.

(6) Rajesh TANDON, Participatory Research in the Empowerment of People, in: Convergence, XIV, Nº 3, 1981, p. 21.

A segunda idéia-força, a PP participante a retira da crescente marginalização da população majoritária, apoiada pelo acesso ao saber, que é "uma fonte de poder" (7). O paradigma clássico produz uma socialização conservadora dos pesquisadores profissionais, através da qual emergem como baluartes ideológicos da ordem vigente. A inculcação de premissas valorativas da neutralidade e da objetividade leva o pesquisador a "considerar-se acima da ideologia e, de fato, faz tentativas na maioria das vezes sem êxito - de remover a ideologia da pesquisa. O pesquisador mostra 'o que é', 'como é', mas raramente mostra 'por que é', porque isto poderia revelar a ideologia do pesquisador"(8). Ao mesmo tempo, monta-se a idéia de que a pesquisa é coisa de perito profissional; como tais peritos provêm da parte privilegiada da sociedade, as pesquisas tendem a servir à manutenção dos privilegiados e de seus privilégios. "A essência do nosso argumento é que a PP é uma tentativa de instituir uma alternativa ao paradigma dominante de pesquisa, bem como de providenciar acesso ao saber por parte dos marginalizados. É esta dupla ênfase na PP que a distingue de outras modas e a torna algo mais que um conjunto de novas técnicas"(9).

'(7) Id. , ib. : "The second motive force for Participatory Research has emanated from the continued and ever-increasing exploitation and oppression of a large majority of people. In many ways, the power of the oppressors is derived from their superior knowledge about legal rights of a sharecropper or land-holding patterns to a landless labourer or the balance sheet of a corporation to a contract labourer are some of the common place illustrations of the same.. Knowledge has been and will continue to be a source of power. Participatory research has been an attempt to shift this balance of power in favour of the have-nots" (p. 21).

(8) Id., ib.

(9) Id., ib., p. 22.



Para Salinas, a pesquisa clássica no máximo informa a população pesquisada dos resultados da pesquisa, desconhecendo-a na maioria das vezes, o que a reduz a mero objeto; possíveis propostas são lançadas de cima para baixo, o que a torna fator de dominação e de alienação, tendendo a uma postura conservadora e a uma percepção segmentada; não democratiza o saber, que passa a peculiaridade da elite; o pesquisador executa de forma autônoma, numa atitude distanciada de estudo, separando-o de qualquer ação; acaba disfarçando sua ideologia, ao insistir na neutralidade(10). Le Broterf também estigmatiza a pesquisa clássica como passiva, estática; não leva a população a responder ativamente; encerra a questão no âmbito fechado dos especialistas; e os resultados acabam interessando somente aos pesquisadores e contratantes(11).

Korten faz interessante distinção entre conhecimento científico e conhecimento social. Falando do conhecimento científico (que se aproxima do que se está chamando paradigma tradicional), diz que "os métodos da moderna ciência ocidental têm sido baseados num processo de reducionismo analítico que procede pela redução de problemas complexos em partes componentes para estudo individual, isolando a causalidade através de métodos experimentais e quasi-experimentais, colocando o pesquisador no papel de observador objetivo, e limitando a investigação àqueles efeitos observáveis e mensuráveis(12). Todas estas precariedades levariam a motivar traços negativos da manipulação comportamental, da visão mecânica e determinista, da postura coercitiva e alienante.

O "conhecimento social", por sua vez, baseia-se em processo organizacional, não em métodos analíticos; não busca isolar variáveis e controlar o saber a partir do centro; quer o envolvimento participativo na produção do conhecimento coletivo. O "conhecimento científico" marca-se pela ordem,

(10) Willy E. SALINAS, La Encuesta-Participación, Asociación de Asistentes Sociales del Peru, Lima, 1977, mimeo., p.3-5.

(31) Guy Le BROTEKF, Descripción del Metodo de "Encuesta-Participativa" utilizada, Una Investigación sobre Necesidades Educativas Básicas de la población de seis comunidades rurales en el área centroamericana, Proyecto PNUD/UNESCO, Brasília, 1979, p. 6.

(12) David C. KOITEN, The Management of Social Transformation, in: Public Administration Review, Nov./Dec, 1981, p. 613.

precisão, manipulação externa e controle; esconde um planejamento prévio, imposto de fora. O "conhecimento social" aproxima-se do caótico, convive com o erro e é imprevisível, pelo menos em parte. "Os métodos de promoção do aprendizado social devem enfatizar a tolerância central sobre o controle central, o desempenho acompanhado e autocorrigido sobre o planejamento prévio, e refletir a tolerância pela ambigüidade e incerteza inerentes no processo de aprendizagem social. Semelhantemente, deveriam encorajar a iniciativa local e o autocontrole, sugerindo ênfase substancial no reforço a sistemas de informação que provêem realimentação do nível de desempenho local"(13).

•

Para Oquist, três posturas epistemológicas são contrárias à PP: o empirismo, para quem a observação é a medida do conhecimento, tornando-se a interpretação humana fonte de erro; o positivismo lógico, que não aceita confundir teoria científica com prática científica, dentro do modelo lógico-formal; o estruturalismo, para o qual a ciência tem sua própria prática teórica, independente da prática política. Em contraposição, duas outras aceitam a PP: o pragmatismo, que constrói o conhecimento através de operações ativas, dentro da concepção de que o único fim do conhecimento é a solução de problemas; e o materialismo dialético, que estabelece a interação necessária entre teoria e prática(14).

É muito conhecida também, a posição de Fals Borda, grande propulsor na Colômbia da PP. Insiste no valor do saber popular, mesmo no sentido comum, e chega à idéia discutível de ciência, do proletariado. E é claro que por baixo de tudo isto lateja forte crítica aos métodos tradicionais, ideologicamente comprometidos com a ordem vigente, alienantes, deturpantes e, no fundo, opressores(15).

(13) Id., ib.

(14) Paul OQUIST, La Epistemología de la Investigación-Acción, Naciones Unidas, Quito, 1978, p. 7-16.

(15) Orlando FALS BORDA, Por la Praxis: el problema de como investigar la realidad para transformarla, in: Crítica y Política en Ciencias Sociales, Simposio Mundial de Cartagena, Bogotá, Ed. Punta de Lanza, Vol.1, 1978, p. 13 ss. Id., Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular, in: Carlos Rodrigues Brandão (org.), Pesquisa Participante, Brasília, 1982, p. 42 ss.

Kramer e outros acentuam igualmente a busca de alternativa em ciências sociais, questionando o modelo tradicional de pesquisa e conhecimento. Colocam a pesquisa tradicional como um trabalho em colaboração com os poderosos ou a seu pedido; satisfaz-se com resultados tidos por científicos, sem comprometer-se com mudanças sociais; insiste na distância entre pesquisador e pesquisado e na comunicação estereotipada; no fundo é uma "ciência oculta", porque seu acesso é reservado e vem elaborada numa linguagem inteligível somente a iniciados; ilude-se com "a objetividade, mascarando compromissos muito claros(16).

Moser retoma a idéia conhecida de Kuhn, sobre os paradigmas da produção científica, e vê na PP um novo paradigma, divergente do enfoque empírico usual, cujos resultados são insatisfatórios(17). Ou, como aponta Marcela Gajardo, a atividade acadêmica tradicional não assume nem explicita suas opções frente à sociedade e aos grupos que beneficia, nem aceita o conhecimento como gerador de consciência crítica; falta a ligação entre teoria e prática, e, assim, compreende pouco a realidade(18).

"As temáticas que são objeto de estudo variam segundo cada contexto sócio-político mas, por toda parte, um mesmo padrão de comportamento é adotado pelo pesquisador em relação ao objeto de sua pesquisa: são sempre os oprimidos e os contestários que são identificados, analisados, quantificados e programados de fora pelo opressor ou por aqueles que o representam. São sempre aqueles que detêm o saber e o poder social que, com o auxílio dos instrumentos científicos, determinam unilateralmente o que, como e quando deve ser pesquisado e que decidem sobre o destino a ser dado ou o uso a ser feito dos resultados da pesquisa. Os grupos 'observados' não têm nenhum poder sobre uma pesquisa que é feita sobre eles e nunca com.

- (16) D. KRAMER, H. KRAMER, S. LEHMANN Y H. ORNAUER, Investigación-Acción y Realidad, in: Crítica y Política en Ciencias Sociales, Siiriposio Mundial de Cartagena, Ed. Punta de Lanza, Bogotá, vol. 1, 1978, p. 146-148.
- (17) Heinz MOSER, La Investigación-Acción como nuevo paradigma en las Ciencias Sociales, in: ib., p. 117 ss. T.S. KUHN, A estrutura das revoluções científicas, Perspectiva, 1975.
- (18) Marcela GAJARDO, Evolución, Situación actual y Perspectivas de las estrategias de investigación participativa en America Latina, FLACSO Santiago, p. 3.

eles. Fara o pesquisador, tais grupos sao simples objetos de estudo e pouco se lhe importa que os dados e respostas colhidos durante a pesquisa possam ser utilizados pelos que financiam o seu trabalho para melhor controlar os grupos que ameaçam a coesão social. Na verdade, os problemas estudados nao são nunca os problemas vividos e sentidos pela população pesquisada. É esta população em si mesma que é percebida e estudada como um problema social do ponto de vista dos que estão no poder.. As ciências trans formam-se, assim, em meros instrumentos de controle social"(19).

Nesta visão, a crítica estende-se também ao próprio modelo vigente de ciência social, entendido como profundamente comprometido com os poderosos, a revelia da pretensa objetividade, ou precisamente por causa dela. É sobretudo uma técnica de controle social, através da qual um conhecimento inocentemente neutro serve à manipulação dos dominados por parte dos que detêm as rédeas da sociedade. A ciência social que nega suas vinculações ideológicas ou com elas nao se preocupa, as mascara e não tem condições de as controlar. Ao rejeitar envolvimento políticos, não só os mistifica, como sobretudo envolve-se com a possibilidade sempre aberta de manipulação por parte dos poderosos. "Na verdade, esta ciência que se queria neutra, apolitica e descomprometida acabou sendo utilizada cada vez mais como uma ferramenta de engenharia social. Empregados por agências governamentais, os cientistas sociais contribuíram para a implantação gradual de tōda uma série de instituições de controle social - desde a escola e o hospital até o asilo psiquiátrico e a prisão cuja finalidade ê modelar o comportamento de todos pelos padrões de normalidade definidos pelos donos do poder. Por outro lado, e da própria essência de uma sociedade de massas domesticadas e uniformizadas a produção de seus 'marginais'. Ao modelo do bom cidadão vai se contrapor o do marginal, aquele que sai da norma: o delinquente, o louco, o grevista, o subversivo, o agitador. Em defesa do conformismo social ameaçado por estes comportamentos anômalos, as ciências sociais têm sido mobilizadas para identificar, individualizar e anatamatizar o 'marginal'<sup>1</sup>. Exposto à execração pública, ele cumpre o seu papel de assustar os bons cidadãos.

(19) Rosiska D. de OLIVEIRA & Miguel D. de OLIVEIRA, Pesquisa Social e Ação Educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la, in: Carlos Rodrigues Brandão (org.), Pesquisa Participante, Brasiliense, 1982, p. 18-19.

Rejeitado pelos 'normais', o 'marginal\*' entra no circuito destas instituições que vão curá-lo de sua marginalidade de modo a eliminar a causa da desordem e restabelecer a paz social"(20).

Num trabalho de grande densidade sobre avaliação participativa no contexto de projetos e programas , Werthein e outros falam da "crise na metodologia "quantitativa"(21) A redução da realidade às manifestações de ordem quantitativa já é um problema, e muito mais ainda o controle das variáveis componentes. só pode ser seletivo e fragmentário. O recurso à estatística proporciona um domínio maior do campo das varia veis, mas não vai alem da associação delas. Associação, porém, não é causação. O que quer precisamente dizer: são descrições, não explicações. Mesmo a análise de regressão múltipla, que busca medir impactos causais, é no fundo inviável, porque so mente funciona naquela situação idealizada - e impossível - na qual todas as variáveis componentes estariam especificadas. E xatamente por causa disto, e sempre interminável a discussão era torno do que causa o que, do que vem antes ou depois, do que determina ou é determinado, se é causa, determinação ou mero condicionamento etc(22).

Em vista disto, ê preciso recompor a potencialidade e a possibilidade dos métodos qualitativos, que podem compensar a imprecisão estatística e o envolvimento sub jetivo com aprofundamentos muito mais reais.

Sem buscar aqui uma revisão exaustiva da literatura em torno da PP, este excurso basta para caracte rizar a marca típica de crítica ao modelo chamado tradicional ou clássico de pesquisa e de ciências sociais. O conhecimento aí gerado é insatisfatório, pequeno, fragmentário, além de não levar a mudanças sociais importantes. De modo geral, sobra a impressão de que, se é somente isto que as ciências sociais produzem, nao valem a pena. E mai?. que isto: mascaram a ideo-logia mais banal de sustentação da ordem vigente.

(20)Id., ib., p. 23. Cfr. também Paulo FREIRE, Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação, in: ib., p.34 ss

(21) J.WERTHEIN, S. KLEES & P. ESMANHOTO, Educational Evaluation: trends towards more participatory approaches, in: A proposal for research on participatory evaluation strategies for rural education systems in Brazil, IICA, Brasília, Setembro de 1982, p. 7.

(22) Id., ib., p. 8-11.

## 2. Crítica a pesquisa tradicional

A repulsa manifestada pela PP é característica, embora contenha claros excessos, distorções, além de autovalorizações exageradas. É importante compor um quadro pelo menos inicial da crítica possível à pesquisa tradicional, que tem produzido muito menos do que prometia e se esperava.

Para começo de discussão, é mister reconhecer que a crítica oriunda do campo da PP contém muitas vezes a tendenciosidade de ver a pesquisa tradicional sob o ângulo de seus vícios metodológicos. Qualquer gênero de pesquisa pode ser proposto e praticado sob forma viciada, e disto não está isenta inclusive a PP. Uma coisa é a pesquisa empírica, outra é a empirista. Pode-se fazer uma análise funcional sem ser funcionalista. A pesquisa teórica não precisa ser mera especulação, nem a metodológica moralismo instrumental barato.

Se não fizermos tais distinções recaímos em posturas que já vêm empirismo na mera feitura de uma tabela, ou no simples uso de dados. Assim como seria absurdo imaginar que a dialética seja adversária da lógica, é uma visão alucinada aquela que imagina a PP como incompatível com a experimentação operacional. O dado empírico não tem "culpa". Como o dado empírico não fala por si, mas através de um quadro teórico de referência, o problema está aqui, não na simples estatística.

Ver na montagem estatística algum demônio escondido, como se fosse de antemão fadada a mistificar a realidade e a fundar uma postura política conservadora, é incrível falta de espírito crítico e, em última instância, a substituição de um possível dogmatismo pelo oposto. Assim, a PE não precisa ferir nenhum princípio da dialética; ao contrário, pode ser um instrumento fecundo.

Geralmente, o problema não se encontra ao nível dos meros instrumentos, mas na altura do intérprete quando reduz tudo a um gênero só de pesquisa, como se a única maneira de descobrir e manipular a realidade fosse a empírica; ou quando cultiva os vícios metodológicos de cada gênero, dando a impressão que tratamento empírico e empirista devesse ser a mesma coisa.

O aspecto mais correto da crítica oriunda da PP parece-nos ser a idéia de que a pesquisa tradicional não pode ser considerada como a forma exclusiva de pesquisar. Tal vez não seja a mais criativa e não oferece, nem de longe, os resultados imaginados no aspecto específico do domínio da realidade. Todavia, Cónchelos e Kassam, em trabalho de 1981, reconstroem os excessos da crítica, porque os efeitos apontados na pesquisa tradicional não são inerentes e necessários, mas vícios metodológicos, que podem aparecer em qualquer gênero de pesquisa. "Deve-se admitir que as formulações primeiras da PP estavam, talvez, preocupadas em demasia em atacar a fraqueza do levantamento empírico e de outros métodos específicos da pesquisa tradicional. Se estas ou outras críticas da pesquisa tradicional se sustentam ou não, dependerá de alguma clarificação dos termos. É verdade que a pesquisa tradicional não pode ser impugnada pela sua produção e uso de métodos que sucedem ser, por vezes, tecnicamente inapropriados ou inefectivos. Todavia, o que pode ser perseguido em estudos posteriores é a prevalência geral das falhas" (23). Todavia, cremos, de novo, que a possível prevalência geral das falhas está mais nos abusos, do que em qualquer vício inato. Muitas vezes usa-se o instrumento inadequado para a finalidade prevista. Por exemplo, se o interesse está na descoberta e manipulação de dimensões qualitativas da realidade social, os métodos empíricos quantitativos não serão os mais indicados. Exigir isto deles, não é defeito deles, mas do analista. Quando, porém, se busca uma análise quantitativa, dentro de seu âmbito próprio, sem subvalorizar ou supervalorizar, a PE pode ser muito adequada e produzir o que se espera. Uma análise de regressão dá somente possíveis associações entre variáveis. Não é defeito, o fato de não dar causas, porque isto não está dentro de suas propriedades. Se alguém procurar estabelecer causas sociais através da análise de regressão, comete um abuso da técnica, do qual a técnica não tem "culpa".

Trata-se, pois, de criticar possíveis vícios da pesquisa tradicional, no que a PP pode estar com inteira razão e trazer importantes contribuições ao processo científico. Alguns vícios que merecem a preocupação crítica poderiam ser:

- (23) G. CÓNCELOS & Y. KASSAM, A brief Review of critical opinions and responses on issues facing participatory research, in: *convergence*, XIV, nº 3, 1981, p. 53.

a) A ciência não trabalha diretamente com a realidade, mas com uma construção dela, o que significa dizer que a ciência é um modo de interpretar a realidade. Ao afirmarmos que a ciência manipula um objeto construído, não quer dizer que o invente, nem que a realidade exista por causa da ciência. A realidade, para existir, não depende em nada de que seja pensada; pesquise ou manipulada. Mas para existir como produção científica, precisa ser construída. Destarte, a pesquisa é uma forma de construirmos a realidade, assim como imaginamos que realmente seja(24).

Mesmo na PP, que busca a intervenção na realidade, a realidade que se manipula é aquela cientificamente elaborada, que a ciência propõe como real. A idéia do objeto construído, que não precisa ferir a pretensão de tornar a população estudada sujeito da pesquisa, no sentido da construção coletiva, pode explicar, não somente que existem saberes fora da ciência, mas igualmente que dentro da ciência proliferam variedades por vezes até contraditórias de se construir a explicação da realidade.

Esta postura vai de encontro à visão empirista, segundo a qual a realidade se impõe ao sujeito. Qualquer tipo de envolvimento por parte do sujeito acarretaria deturpações do conhecimento. A realidade não se interpreta, mas se descreve, se levanta, se analisa. O dado empírico é visto como algo que fala por si, no sentido de possuir nele mesmo informação objetiva e prévia. O que importa não são as teorias, as idéias, as intenções, mas os fatos.

Dizemos que o vício principal, talvez, do empirismo seja a demissão teórica, porque, ao imaginar-se uma fórmula teoricamente não interpretativa da realidade, mascara sua própria interpretação. Esta interpretação, porém, é péssima, por que sequer sabe disto. O dado não fala por si. uma estatística diz somente uma relação numérica: por exemplo, 30% diz apenas que estamos a 70 pontos de 100 e a 30 de zero. Todavia, o que quer isto dizer, não está no número 30, mas no quadro de referência em que é colhido.

(24) Sobre estas questões, cfr. P. DEMO, Metodologia científica em ciências sociais, Atlas, 1980, parte introdutória.



Por isto, o mesmo dado pode ser utilizado para explicações até mesmo contraditórias. Os altos índices de Gini no Brasil mostrariam para os adversários do sistema sua inviabilidade, no sentido de que o crescimento não seria capaz de alcançar seu desenvolvimento, por causa da discriminação crescente social; para os adeptos do sistema são acidentes de percurso, talvez até necessários na fase de acumulação, para depois atingirmos os patamares da distribuição mais equitativa. Se o dado fosse evidente em si e se impusesse ao sujeito, teria-mos a mesma análise em todos os analistas.

Quando montamos um questionário, o aspecto da construção interpretativa aparece em inúmeros momentos : na seleção das perguntas, porque elas não existem por aí já dadas; na exclusão de coisas que não achamos importante saber; no número de perguntas, porque julgamos não poder perguntar de mais, nem de menos; nas definições operacionais do que vamos medir, que podem sempre variar; na atitude preconizada para o pesquisador, que vai optar entre fazer perguntas secas, ou abertas, ou livres etc, e assim por diante. Os dados que obtivermos através do questionário são, pois, construídos e alguns até inventados. Ademais, sobra o problema da análise posterior, que dependerá de seu quadro teórico de referência.

O caso dos dados sobre inflação pode ser ilustrativo. A inflação é um fenômeno real, que existe com ou sem economia. Mas na economia temos dela uma visão construída, e tanto é assim que sua determinação teórica e empírica é sempre questionável. A inflação como o Governo a mede, está marcada pela maneira oficial de a construir; por isto diz-se inflação segundo os dados oficiais. Se os operários organizarem sua medida da inflação, dificilmente há de coincidir com a oficial; nem será a puramente real, mas outra maneira de a construir, possivelmente mais real.

A própria formação de um índice de inflação escancara a problemática teórico-interpretativa de fundo : que componentes são colocados para agregar a medida, quantos, como são coletados, como são mensurados, e assim por diante. Seria extrema ingenuidade assumir que o índice traduz a realidade exatamente assim como ela é. Na verdade, não passa de uma proposta de interpretação do fenômeno.

Muitas vezes temos a sensação de evidência gritante de dados e fatos, e mal podemos acreditar que possam existir outras pessoas que não percebam tal evidência. Todavia, tamanha evidência não é do dado e do fato, mas do quadro teórico explicativo que usamos.

Por conseguinte, é um erro metodológico fazer tal imaginar o envolvimento teórico-interpretativo como espúreo em ciência. Não faz sentido discutir sua eliminação. Trata-se, na verdade, de sua qualidade. A questão, pois, não é não interpretar, mas como interpretar. Não existe a mera descrição, a mera acumulação inocente de dados, o mero levantamento estatístico. Em tudo já existem produtos teóricos prévios, concomitantes e consequentes. A empiria não substitui a interpretação teórica; ao contrário, é instrumento de melhoria de sua qualidade.

b) A sombra desta problemática, o empirismo tropeça precisamente naquilo que gostaria de superar, ou seja, a ingenuidade crédula, porque é extremamente simplório acreditar em evidências empíricas dadas. Nisto o empirismo vai de encontro a uma tradição salutar da ciência, e que é a desconfiança entranhada contra análises superficiais. \*A realidade não se dá à primeira vista. Não interessa propriamente o fenômeno, quer dizer, como a realidade aparece, mas o que ela de fato é. Por tanto, para explicarmos a realidade é mister irmos além da crosta externa e penetrarmos no seu interior.

É uma balela pretender que a experimentação elimine a incerteza de nossas explicações da realidade. Considerando-se esta como inesgotável em si, mesmo as explicações mais profundas deixam a desejar; quanto mais aquelas análises de superfície, e neste sentido que é possível afirmar que o empirismo é a versão metodológica mais miserável, porque pode não passar de uma edição mais sofisticada do senso comum. São inúmeros os casos em que o esforço de levantamento de dados não ultrapassa aquilo que se considera "óbvio", ou seja, que se poderia saber sem a pesquisa.

Não será injusto constatar que em muitas pesquisas experimentais a descoberta nova da realidade e a possibilidade de a usar para a intervenção prática são muito menores que toda a parafernália utilizada para sua construção. Há mais irrelevância bem tratada, bem codificada, bem ordenada, crue

conhecimento realmente novo e útil.

O processo científico alimenta-se muito mais da dúvida, da incerteza, da indagação incessante. Onde impera a evidencia, já não se pesquisa. É preciso duvidar, não daquilo que nos parece duvidoso, mas principalmente daquilo que mais nos parece evidente. Se acreditamos piamente nos fatos e nos dados, apenas constatamos, acumulamos e descrevemos, mas não questionamos, nem explicamos a realidade. Esta se esconde atrás das aparências, o que faz do esforço científico muito mais uma busca desafiante do que um achado.

c) Possui conseqüências também fatais a tendência a reduzir a realidade e sua face quantificável. Em termos antropomórficos, poderíamos dizer que é a maior "in - justiça" que se faz contra a realidade, pois o tratamento que se lhe reserva não é compatível com aquilo que imaginamos ser sua natureza real.

Ao mesmo tempo, não podemos afirmar que a quantificação seja em si um equívoco. A realidade social possui dimensões quantificáveis e é acessível à experimentação empírica. O uso que as ciências sociais fazem disto pode ser fecundo, no que estabelecem um diálogo importante com as ciências naturais. O mal está na imitação empobrecida, como se a única maneira de ser científica fosse vestir a carapuça empírica.

A quantificação, quando visualizada já como vício metodológico, corresponde às pretensões sobretudo de posturas tais como o empirismo, o positivismo e o estruturalismo. Para estas, a demarcação científica é de tendência lógico-experimental, dentro do modelo das ciências naturais. Não se reconhecem especificidades próprias da realidade social, que recomendassem tratamentos também específicos, como, por exemplo, abordagens de teor mais qualitativo. Defende-se a unicidade do método, logicamente formalizado e empiricamente testado, no sentido da objetividade e da neutralidade. A questão ideológica e valorativa é considerada espúrea em ciência, procurando-se encurralar qualquer envolvimento humano na análise da realidade como fator de influência negativa.

De fato, se o modelo for a realidade natural, ela não parece intrinsecamente ideológica. Dificilmente se poderia ver alguma identidade, pelo menos relativa, entre sujeito e objeto. Quando um cientista manipula uma molécula de água e descobre sua constituição interna, certamente pode não estar fazendo política. Somente no uso que se faz dos conhecimentos adquiridos aparece a ideologia. Assim, a física não é em si ideológica, mas faz-se um uso extremamente ideológico dela, na medida, por exemplo, que seus conhecimentos são usados preferencialmente para fins destrutivos e dominadores.

O cientista aparece como observador, munido de todo um processo de treinamento metodológico, destinado a controlar o experimento e a si mesmo, para não haver influências estranhas nos resultados. Não se concebe interventor. Na realidade, ou, pelo menos, não precisa ser. Certamente, a ciência de modo geral, incluída a natural, corresponde também a um projeto social de dominação da natureza para fins igualmente ideológicos. A ciência pura, absolutamente inocente, é tão rara quanto a sociedade pura, absolutamente inocente. Num espaço desde o início polarizado, como é uma sociedade de desiguais, a manipulação ideológica é inevitável. Assim, a tecnologia, por exemplo, é em si, na teoria, neutra. Na realidade, porém, não a encontramos em si, mas utilizada concretamente por determinada sociedade. Se esta utilização propende visivelmente a um uso preferencial, a manipulação ideológica fica ainda mais visível, como seria o caso da tecnologia, usada preferentemente para fins de dominação e destruição.

Mesmo assim, a distinção faz sentido. Não há por que ver ideologia em fórmulas matemáticas ou ensacá-las em dialéticas holistas. A questão, assim colocada, permite tanto que se faça a distinção necessária, quanto o mútuo aproveitamento de figuras metodológicas. É neste sentido que podemos afirmar que as ciências sociais podem de fato beneficiar-se dos métodos quantitativos, embora dificilmente sejam os mais criativos, porque neles geralmente há mais imitação que potencialidade.

Ao mesmo tempo, isto funda uma diferença importante na linha da síntese qualitativa, face à análise quantitativa. A análise significa o processo de decomposição da realidade em suas partes componentes. Não se pode negar que este é um

roteiro dos mais clássicos de obtenção de conhecimento. Para se conhecer uma realidade, é mister decompô-la nas partes, onde apa\_ rece mais simples e manipulável. Este foi o caminho de todas as ciências naturais. Enquanto a física não encontrou seus elementos fundamentais da matéria, não conseguiu sair da síntese embaralhada superficial. Geralmente é assim que a primeira visão das coisas traduz um panorama complexo. Quando olhamos para a natureza, mal podemos imaginar que é composta dos elementos básicos que a física acabou descobrindo. O estruturalismo francês insis, tiu muito nesta propriedade metodológica, exarando a necessidade da explicação pela subjacência, na qual se supera a complexi\_ dade superficial e através da qual podemos montar nossos modelos explicativos.

Na linha da análise, não vemos o todo, mas as partes. Decompondo a matéria orgânica cerebral, não vemos i-deologias, nem intenções, mas um substrato material decomponível Um grupo, humano, decomposto em seus indivíduos, só aparece como quantidade isolada; em nenhum lugar se perceberia algo diferente, a que se atribuiria a propriedade grupai. Tais considerações permitem aproximar a análise da quantificação, no sentido de que propende a pinçar na realidade aquilo que se traduz mais facilmente em dimensões mensuráveis e testáveis. só é diretamente tes\_ tável, o que aparece empiricamente.

Por outra, a síntese faz o jogo inverso , porque acredita ser algo mais que a soma das partes. Facilmente chega as dimensões qualitativas. Por isto é a metodologia prefe\_ rencial das ciências sociais, porquanto estão eivadas de fenôme nos qualitativos. Cremos que a idéia de que todo fenômeno quali\_ tativo se reduz, em última instância, a uma base material física, é materialismo crasso, tendo em vista que uma coisa é aceitar o condicionamento material, outra é reduzir a realidade a ele. Certamente, para o índio produzir seus mitos, precisava co mer; mas nem por isto mito é feijão. O fato de que, analisando o cérebro de um índio em observação microscópica, não encontremos mito, mas apenas massa orgânica, quer apenas dizer que o mé todo de pesquisa não capta a dimensão qualitativa, mas jamais quer dizer que não exista.

Aí está uma "deturpação monumental possível: reduzir a realidade social às suas dimensões possivelmente quantificáveis. Muitas vezes confundimos as duas coisas: de um lado; lançar mão da quantificação, quando possível; de outro, considerar conhecimento válido somente aquele extraído da quantificação.

Raramente o mensurável coincide com o relevante em ciências sociais. O que conseguimos quantificar é geralmente superficial, externo e secundário. O behaviorismo cometeu precisamente este equívoco. O que mais conseguimos controlar empiricamente na pessoa é seu comportamento externo, ou seja, seus hábitos, sua aparência, sua manifestação visível, etc. Todavia, seria enorme superficialidade reduzir a pessoa aquilo que podemos observar. Por trás desta casca há muita realidade outra, mais exuberante, complexa e difusa. Para entendermos uma pessoa, é preciso descermos à profundidade de seu ser, chegarmos às dobras íntimas da personalidade, deixarmos o consciente para penetrarmos o inconsciente, e assim por diante. Na verdade, a afirmação que ainda se faz muito de que o inconsciente é somente uma suposição ou um constructo, corresponde a este simplismo: negamos a existência daquilo que não conseguimos captar empiricamente.

Fazemos, pois, "injustiça" à realidade social, quando lhe negamos a dimensão qualitativa, sacrificando - a no altar do método. A falha está. no método, não na realidade. uma realidade dialética precisa ser tratada dialeticamente, embora possa aproveitar-se com êxito das quantificações. Na verdade, em ciências sociais o mais interessante está naquilo que não se vê. O que aparece à primeira vista é geralmente superficial. com ele não vamos além de descrições. Explicar significa buscar a profundidade complexa, a revelia das aparências, porque, como já dizia Marx, se o fenômeno e a essência coincidissem, não era necessária a ciência.

Não precisamos também opor síntese e análise, simplesmente; porque não se trata de reduzir uma à outra, mas de preservar a especificidade de cada uma. No fundo, não há análise sem visão de conjunto, e não há síntese sem noção de partes constituintes. Apenas, uma tende a privilegiar dimensões quantitativas, outra qualitativas.

Se partimos da idéia de que a realidade so-

cial é inesgotável, teremos dela sempre apenas uma explicação seletiva. Não é possível dominarmos todas as variáveis componentes. Assim sendo, lançamos mão da expectativa de manipular pelo menos as variáveis principais. No fundo, não vamos além disto, ou seja, de privilegiar certas dimensões que julgamos as principais. Embora na explicação simplifiquemos a realidade, achamos um procedimento válido, porque a simplificação recolhe a relevância maior. Se esta problemática já determina deturpações em nossas explicações, porque não explicamos tudo, mas seletivamente, quanto mais isto não acontece, quando selecionamos somente aspectos empíricos. É neste sentido, que podemos dizer que as análises empíricas são, de modo geral, muito parciais e, no fundo, insatisfatórias, se nelas somente ficarmos. Podem servir como aproximação inicial, como exploração primeira, como tentativa estratégica, mas não há realidade social que se esgote na face mensurável.

É claro que, quando entramos na esfera qualitativa, entramos num pantanal praticamente indevassável. Choca mo-nos com subjetivismos, com ideologias, com expectativas, com intenções, com conflitos e outras "filosofias". É muito difícil captar todas estas dimensões. Contudo, se alguma falha existiria nisto tudo, está no método de captação, inadequado à realidade, não nelas. Nem por isto o homem deixará de filosofar, de produzir suas ideologias justificadoras, de intervir na história subjetivamente. Que não consigamos descobrir esta realidade estonteante de modo satisfatório, é problema do pesquisador, não da realidade.

Assim, a redução da realidade à sua face mensurável é uma deturpação grosseira, em que pese o cuidado possível - e em grande parte inútil - com objetividade, com quantificação, com teste etc. Não é assim que a dialética não deturpe, porque ela também explica seletivamente. Mas deturpa menos.'

d) A pesquisa tradicional não é composta somente da PE, mas também da PT e da PM. À luz da PP, pode-se apresentar insatisfações várias com respeito a elas também. A principal talvez seja o distanciamento excessivo entre teoria e prática que aparece com frequência na PT e na PH.

Trata-se, como já repisávamos, de estigmatizar os vícios e as limitações, porquanto, em si, são gêneros válidos de pesquisa. Não há aprofundamento adequado da explicação,

sem cuidado teórico e metodológico. Isto faz parte indispensável da construção científica do objeto.

Todavia, no extremo, não temos um objeto construído, mas já inventado, especulado, demasiadamente manipulado em termos subjetivos. Historicamente, esta tendência foi conhecida como hegeliana, porque Marx assim interpretava, na pista de Feuerbach, o vício de Hegel: substituir o mundo real pelo mundo das idéias, trocar a análise dos condicionamentos objetivos, pela visão subjetiva pessoal, preferir a arrumação mental ao confronto com os problemas concretos.

Assim, a PP aponta sobretudo dois caminhos de crítica à pesquisa tradicional: com respeito à PE, sua possível futilidade; com respeito à PT e à PM, sua possível alienação da prática. Todavia, a verve teórica das ciências sociais não precisa em absoluto ser um vício. De certa maneira, é até uma necessidade do ponto de vista da captação das dimensões qualitativas. Sem reflexão crítica, sem quadros teóricos rigorosos de referência, sem discussão das opções metodológicas e sua adequação à realidade, temos ciências sociais muito cratizadas, porque crédulas, miméticas, superficiais. No fundo, precisamos defender a idéia de que a ciência, mais do que técnica de descoberta e manipulação da realidade, é uma arte, onde a criatividade conta muito mais que a especialização.

A arte tem como característica a insubmissão a esquemas rígidos, porque acredita que a potencialidade se desdobra em ambiente de liberdade de criação. É por isto talvez que a excessiva formalização em ciências sociais as torna um esquema empobrecido de captação da realidade. Em si, o rigor lógico não faz mal a ninguém. Mas é instrumento, não finalidade da ciência.

### 3. Inutilidade relativa das ciências sociais

É sempre um risco colocar a utilidade prática de algo como critério de sua vigência. O critério da utilidade instrumentaliza as coisas e pode distorcer profundamente a questão das finalidades. A ciência é, ao mesmo tempo, instrumento fim. No extremo, mesmo que a ciência não tivesse utilidade alguma, alguém poderia querer conhecer pelo conhecer. Poderíamos talvez apelar para um exemplo: a formação superior na universi-



dade é muitas vezes julgada através da inserção no mercado de trabalho dos egressos. Esta ótica se coloca como instrumento de ascensão social através da conquista de um emprego, o que de fato ela também é. Mas, não resta dúvida que a formação superior é igualmente finalidade em si, na qualidade de reprodução de uma elite específica da sociedade. O mesmo vale para a educação como tal. Qual é a função precípua da educação: inserir no mercado de trabalho ou formar o cidadão? Sem desmerecer a função de instrumentalizar a inserção no mercado de trabalho, a função de formação à cidadania é mais importante.

Seja como for, existe também o aspecto instrumental, principalmente quando falamos de populações marginalizadas. Do ponto de vista destas, que dificilmente têm acesso à ciência, faz pouco sentido imaginar uma finalidade em si. O que faz mais sentido é esperar que tenham utilidade prática. Aí a pergunta: as ciências sociais têm utilidade prática para os dominados?

\* Insistentemente a PP se coloca esta pergunta. A utilidade prática das ciências naturais é, de modo geral, muito maior. Aparece no domínio da natureza, na agricultura, na medicina, na comunicação, no transporte etc. Mas, se, por hipótese, apagássemos a presença da sociologia, por exemplo, o que aconteceria ao mundo? Provavelmente nada, a não ser os problemas típicos para os sociólogos, que perderiam seus empregos e sua pose.

Embora tal postura seja certamente exagerada, há muita verdade aí. Uma das perplexidades importantes é a dicotomia fácil entre conhecer a realidade e nela intervir. Voltando ao exemplo da educação, o fato de termos ainda uma realidade social incrivelmente distanciada da realização das expectativas educacionais da sociedade<sup>(25)</sup>, não se resolve pela pesquisa clássica, a nível de aumentar os conhecimentos. Universalizar a educação básica, ou seja, colocar todas as crianças em idade escolar na escola, não é nenhum enigma técnico, que somente poderia ser resolvido após grandes investimentos em pesquisa. Ao contrário, o fato de não termos resolvido isto relativamente, não é uma questão tão científica, quanto política.

(25) Segundo o Censo de 1980, a taxa de escolarização obrigatória atingia somente 67%; analfabetos de 15 anos e mais de idade eram mais de 25%; a taxa de rendimento do 19 grau era de somente 20% na oitava série; e assim por diante. Havia Estados em que mais da metade da população escolarizável estava fora das escolas.

Diante da pobreza, a consideração é semelhante. Não é pela pesquisa comum que obteremos possíveis soluções, no sentido de a reduzir substancialmente. A pesquisa ajuda, e é necessária, pelo próprio fato de que a realidade nunca está esgotada. Não defendemos, pois, a inutilidade pura e simples, mas somente uma inutilidade relativa da pesquisa. Porquanto, sabemos muito mais da realidade, do que a conseguimos resolver.

Apenas acumular pesquisas tradicionais, aumentando a dose de conhecimento, certamente traz benefícios claros ao pesquisador, mas, além de pouco ou nada resolver, pode ter o impacto de mascaramento dos problemas reais, que não devem apenas ser estudados, mas resolvidos. É por isto que podemos dizer que as ciências sociais, na situação em que se encontram, são extremamente passivas e ineficientes, porque não há a mínima proporcionalidade entre o que já conhecemos dos problemas e a capacidade de os enfrentar na prática.

A desilusão é imensa. Ao lado de tanta produção econômica acadêmica, que envolve milhares de inteligências privilegiadas, é difícil de entender a falta de soluções mínimas para problemas corriqueiros como a inflação, a concentração da renda, a dependência externa etc. Ao lado de tanta sabedoria sociológica, é difícil entender nossa incapacidade histórica de instaurar pelo menos os primórdios da democracia e do controle do poder.

Há os que dizem ser a desilusão um engano, porque não é competência da ciência solucionar problemas sociais. Todavia, se podemos constatar que os problemas existem e talvez se deteriorem e a ciência nada pode fazer, estão no mínimo se mascaram as coisas. Já não é questão de isenção ideológica, mas mistificação dos comprometimentos concretos. A própria idéia de que a ciência nada tem a ver com a solução dos problemas revela que esta postura serve a alguém: aqueles que não têm os problemas e os solucionam às custas dos outros. A negação de utilidade prática é a própria utilidade dela. "uma ciência que se limita à previsão e elaboração de resultados utilizáveis se presta facilmente a todo tipo de manipulação por parte dos que controlam os centros de decisão e de poder. Sua tendência será sempre

reduzir a complexidade do real a uma visão simplista e superficial, bem como congelar o dinamismo social numa fotografia estática. A redução do complexo ao simples e do dinâmico ao estático são típicas do pensamento conservador : sob esta ótica, o que existe hoje é o único real possível. Se a sociedade é desigual, hierarquizada e autoritária, pouco importa. "Isto são problemas que escapam da esfera própria da ciência e que devem ser tratados por quem de direito, isto é, os políticos. Não se deve misturar ciência com política, estudo sério com jornalismo impressionista, objetividade com emoção, racionalidade com impulsos éticos. A missão do cientista é constatar o que existe, sem se aventurar pelo terreno arriscado e imprevisível dos julgamentos de valor que podem, de repente, nos colocar em oposição ao que é, hoje, a realidade. Para não cair em armadilhas deste tipo, mais vale, então, estudar o que é imediatamente visível e quantificável, sem querer remexer ou desenterrar sonhos, esperanças e ilusões que podem revelar o desejo reprimido de mudança e desvelar um outro real possível" (26) .

Mas há também os que dizem ser a desilusão ingênua, porque era esparada, se nos conscientizarmos que as ciências sociais são um produto social geralmente de origem pequeno-burguesa. Isto é verdade. Mas não apaga a decepção diante de resultados miseráveis. A insistência sobre a objetividade e o distanciamento é, no fundo, uma bela autodefesa. Desfaz-se a necessidade do compromisso político.

A realidade social não é algo neutro . É uma polarização constante e processual. Não há como ser mero expectador, a não ser por. opressão, ou como privilegiado. A dimensão política é parte componente inevitável. Assim, as ciências sociais não são um fenômeno inocente, mas carregado historicamente com as cores próprias de um projeto de sociedade. Não são jamais inúteis, porque servem a alguém. São inúteis apenas à solução dos problemas dos dominados. Para os dominadores são pelo menos técnica de controle social.

(26) Rosiska D. de OLIVEIRA & Miguel D. de OLIVEIRA, op. cit., p. 23-

Assim, sem unilateralizar o sentido prático das ciências sociais, é mister exigí-lo, para a própria sobrevivência delas. Se o estudo dos problemas sociais leva sistematicamente a não resolvê-los, a não-solução faz parte deste projeto de estudo.

Não é sem razão que paira intensa dúvida sobre a conveniência dos gastos em instituições de estudo e planejamento, porque não há correspondência entre o que se investe e o que se produz. Particularmente os estudos sobre a pobreza, a formulação de programas que a querem enfrentar, o planejamento social que os propõe, acompanha, avalia, estão gerando resultados muito menores do que se poderia imaginar. Em certos casos, se o dinheiro fosse dado ao pobre diretamente, teria "sido melhor.

Persistentemente a pobreza aparece como objeto de estudo, não como compromisso de solução relativa. • A própria formação do pesquisador e do técnico leva ao distanciamento entre teoria e prática. E isto provoca o vazio árido típico de instituições de pesquisa e planejamento, que se sentem inúteis. Porque o estudo da pobreza que não se compromete com sua redução, está próximo da chacota ou do sarcasmo.

Poderíamos aduzir o exemplo da superação da fome. Cientificamente estamos aparelhados para produzir qualquer quantidade de alimentos, até com excesso de produção. Se a fome persiste, não será por falta de pesquisa. Mas certamente por questões políticas. Toda esta fome interessa, pelo menos inconscientemente, a alguém. Quando a ciência se isenta do problema político, faz política, por vezes macabra.

### CAPÍTULO III: ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PP

Tentaremos fazer uma aproximação metodológica da PP, no sentido de elaborar algumas referências fundamentais para se constituir como genero de pesquisa. Preocupa na PP, entre outras coisas., até que ponto é mais participação do que pesquisa e em que medida participação pode ser uma maneira de descobrir a realidade e de a manipular.

A critica feita aos métodos tradicionais de pesquisa deve vir acompanhada de uma contraproposta. Diríamos que, pelo menos sob forma latente, existe na PP uma contraproposta. Nas existem igualmente serias fragilidades metodológicas,des de a pretensão vã de se constituir na unica forma válida de pesquisa, até posturas meramente ativistas que banalizam, não só a idéia de pesquisa, mas também a idéia de participação.

A PP tem tudo para ser apenas a próxima farsa. Em vez de superar a decepção histórica com respeito à utilidade das ciências sociais para os dominados, pode refinar os controles sociais vigentes e, num pacote bonito, esconder um "presente grego". A farsa não seria, de modo algum, peculiaridade de instituições oficiais ou governamentais, sempre muito comprometidas com a ordem vigente. Ela não é menos possível entre os pesquisadores que se querem de "esquerda", quando, por exemplo, não problematizam sua identidade com os dominados. Ao mesmo tempo, banqueteam-se na PP, por vêzes, precisamente aqueles pesquisadores mal formados e medíocres, que alimentam a esperança de serem reconhecidos pela fumaça que levantam, porque na verdade não possuem fogo.

Ademais, a PP ainda vive, de modo geral, mais do entusiasmo, do que da fundamentação teórica. Alguns simplesmente se refugiam no materialismo histórico, transformando-o numa "receita culinária", ou seja, precisamente naquilo que se rejeitava na pesquisa tradicional. Outros manipulam a idéia vaga de que as estruturas de poder precisam ser superadas, tendo em vista a presença maciça de marginalizados, mas nao refletem sobre a questão vital, de que nenhuma sociedade sobrevive e se organiza sem estruturas de poder. A participação nao elimina o poder, mas busca uma alternativa democrática dele.

As questões são inúmeras. Não podemos pretender exauri-las, mas tão somente levantar alguns elementos metodológicos, para aclarar a problemática.

### 1. Teoria e Prática

"Para as ciências sociais uma teoria desligada da prática não chega sequer a ser uma teoria. E é neste sentido que muitos diriam ser a prática o critério da verdade teórica"(1).

No entanto, não se pode dizer que a prática seja o critério da verdade, pura e simplesmente, é um critério da verdade, porque o simples fato de uma teoria chegar à prática não a faz necessariamente verdadeira. Porquanto, de uma mesma teoria podemos deduzir várias práticas opcionais, inclusive contraditórias. Assim, da teoria marxista existem muitas práticas, até mesmo contraditórias, e se a mera prática as tornasse a todas verdadeiras, teríamos verdades contraditórias.

Neste sentido, para estabelecermos a verdade - sempre relativa - de uma teoria, precisamos de outros critérios mais, como sua solidez teórica e lógica, sua capacidade de objetivação, sua adequação histórica e assim por diante. Mas, é correto afirmar que, se uma teoria não leva a prática, nunca foi sequer teoria, porque será um discurso irreal ou alienante, de outro mundo.

Aí já temos uma característica fundamental da prática: é sempre uma opção da teoria que a fundamenta por trás. Da mesma bíblia produzem-se muitas seitas. Não é possível imaginar que de uma mesma teoria se derive uma única prática, a não ser sob o peso do dogmatismo e do fanatismo. O fanatismo é precisamente isto: parte da necessidade de interpretação única, da qual derivam uma prática exclusiva, fora da qual não há salvação.

A partir daí, outra característica da prática é seu traço concreto, ao contrário da teoria, que é generalizante. Assim, não se pratica toda a teoria, mas versões concretas dela, o que quer também dizer que a prática tem de ser exclusivista, porque opcional. A teoria usa conceitos universalisantes, mesmo porque esta é uma marca própria (1) P. DEMO, Introdução à Metodologia da Ciência, op.cit.cap."Teoria e Prática"

de qualquer conceito em sentido logico. É uma abstração e que, por isto mesmo, diz respeito a todos os casos concretos cobertos por ele, mas não é em particular nenhum deles.

O conceito de democracia aplica-se a todos os casos concretos históricos, aos quais imaginamos poder ajustar seu conteúdo teórico, mas não se esgota nos momentos particulares subsumidos. Assim, podemos dizer que a democracia americana é tão somente um caso possível do conceito geral de democracia. Seria obtuso pretender mostrar que o caso concreto da democracia americana esgote a potencialidade do conceito geral de democracia.

Quando, porém, optamos pela democracia, não praticamos a democracia, pois isto seria mera abstração ou fuga teórica, mas uma versão historicamente condicionada dela, ou seja, a versão grega, suíça, brasileira, ou do capitalismo liberal, ou outra qualquer, e assim por diante. Que cada democracia em particular levante a pretensão de ser a única possível, isto já é uma questão ideológica de autojustificação, buscando manter-se e impor-se.

À sombra desta característica, aparece outra que é o caráter limitante da prática, face à teoria. Toda prática apequena a teoria, porquanto não ultrapassa a condição histórica de uma versão dela. E é neste sentido que a prática sempre também trai a teoria. É comum ouvirmos que na prática a teoria é outra. Uma coisa é a realidade teoricamente estruturada e sistematizada, outra é a realidade como se dá efetivamente no mundo real.

Assim, toda prática, "ao mesmo tempo que realiza a teoria, também a limita, no sentido de que não consegue esgotar todas as potencialidades teóricas. A teoria contém geralmente elementos utópicos, quer dizer, irrealizáveis historicamente. Quando dizemos que a democracia é o "governo do povo, pelo povo e para o povo", trata-se de uma afirmação teórica, já que na prática, não se constata que o povo, em pessoa, chegue ao governo. Chega somente através de representantes que, pretensamente, o representam. Na prática, pois, a democracia não é governo do povo, mas de seus possíveis representantes, o que introduz inúmeras limitações conhecidas dos processos democráticos.

uma coisa, para tomarmos outro exemplo, seria o socialismo como se deseja na teoria; outra coisa é o socialismo como é viável na prática. A ditadura do proletariado não passou até hoje de uma pretensão teórica; na prática a ditadura é do partido. É interessante notar, por esta ótica, a evolução do socialismo ao tempo de Lenin. Em teoria, o socialismo deveria ser universal, o partido deveria ser apenas órgão da massa, a superação das necessidades materiais através da produção ilimitada deveria ser condição prévia e assim por diante. Na prática, Lenin introduziu a modificação do "socialismo num só país", abandonou a idéia de espontaneidade da massa (desentendeu-se, por exemplo, com Rosa Luxemburg) e teve que virar-se num país subdesenvolvido. Por isto mesmo, o socialismo soviético é somente uma versão possível. A idéia de que a única interpretação possível do socialismo deva ser a soviética, é dogmatismo primário e excrescência ideológica.

. Ademais, toda prática é necessariamente ideológica, porque realiza-se dentro de uma opção política. Não é que a teoria não seja também ideológica, porquanto o próprio distanciamento para com a prática significa um tipo de compromisso ideológico. Mas a teoria pode imaginar-se pura, isenta, objetiva, enquanto que a prática sequer se realiza sem a imiscuição ideológica. Na verdade, assume diretamente a ideologia e é a realização de uma ideologia. Por isto é um traço típico das ciências sociais, que possivelmente não se aplica nas ciências naturais. A física, por exemplo, tem o problema de sua utilização social, mas não é uma prática intrínseca. Embora faça parte do projeto de sociedade, porque é um produto também social, a ideologia aparece no tratamento dado à realidade física, não nela mesma. Ao passo que a realidade social é fundamentalmente prática, e por isto intrinsecamente ideológica. A ideologia não aparece somente na opção de tratamento científico dado à realidade social, mas na própria constituição da realidade social, porque está inevitavelmente polarizada entre opções históricas e políticas possíveis. Não é somente dada, como a realidade física é; é também produzida, interpretada, conflituosa e potencial.



A prática é condição de historicidade da teoria; caso contrario, nao acontece. A mera teoria é uma fuga da realidade. Mesmo que a prática limite a teoria, a traia e a deturpe, nao há "historia real precisamente sem limi tações, sem traições e sem deturpações. Aí está toda a grande za da prática: de ser realização histórica concreta.

Recompõe-se nisto a qualidade diale -tica do relacionamento entre teoria e prática. Ambos os termos se necessitam e se repelem, numa identidade de contrarios. Quer dizer, um não existe sem o outro, mas cada um possui den sidade própria, o que possibilita um relacionamento dinâmico. De um lado temos a propensão absolutizante da teoria. Somente era teoria podemos imaginar uma ciência totalmente evidente , verdadeira, acabada. Na prática, é um produto histórico, ou seja, limitado, relativo, processual, infindável. A teoria po de ser absoluta, abstrata, utópica, universal; a prática, por sua vez, é relativa, concreta, realizada, particular.

O conteúdo fundamental da história é sua incompleição, não como defeito, mas como marca própria. A tradução mais concreta desta incompleição é o conflito, enten dido como fenômeno intrínseco e normal. A história é dinâmica, produtiva, criativa, nova porque é contraditória. O factual nunca esgota o possível. O realizado não consome a utopia.

Dizemos que é mister "sujar as mãos com a prática", porque usa-se a idéia de que a prática nos le va a compromissos atacáveis. Mas isto não é um defeito; é característica da historicidade dialética. Porque não há outra maneira de se fazer história, a não ser comprometendo-se com opções políticas concretas. como, porém, tôda história é in -trinsecamente defeituosa - e é por isto que se mantera históri ca -, os compromissos históricos possuem consequentemente defeitos. Tôda prática histórica pode ser condenada, diante de outras opções adversas. Porquanto a prática nao esgota a história, mas a realiza relativamente.

O teórico foge muitas vezes da prática, porque tem medo da condenação histórica, do compromisso a atacável. Prefere criticar a propor, porque tôda proposta, se for prática, é também atacável, pois não representara a perfeição histórica, mas uma versão dela. Todavia, a fuga da práctic

é, à revelia, uma prática, um tipo de compromisso político, geralmente conservador. Assim, ao querermos não sujar as mãos, sujamo-las mais ainda, ou por malandragem, quando escamoteamos compromissos escusos e que não gostamos de revelar, ou por inocência útil, quando não chegamos a tomar consciência do compromisso latente que é a falta de compromisso.

Não existe verdade absoluta. Na prática, é relativa, histórica; quer dizer, superável. Nem por isto o conceito de verdade absoluta perde seu sentido. Ao contrário, faz parte integrante do processo científico, sem o qual nos satisfaríamos com os produtos relativos. Para não recairmos no simplismo de que uma determinada versão científica se erija em parâmetro final, é mister voltar à teoria, que, em sua pretensão absoluta, encontra sempre suficientes defeitos históricos, para a declarar superável. É precisamente este o papel da utopia; não é historicamente realizável, mas faz parte da história. Onde não há utopia, solidifica-se uma situação dada, como se já não houvesse alternativa.

- Assim, não podemos sacrificar a teoria em nome da prática, nem a prática em nome da teoria. Na prática faz tão bem à teoria como sua prática, e vice-versa. A prática, por estar exposta a todas as fragilidades históricas naturais, não deixa de ser importante, assim como a teoria, por ser uma construção abstrata, não é inutilidade vazia.

A discussão em torno da consciência verdadeira coloca adequadamente este problema. Como sabemos (que uma consciência é ou não verdadeira? Por exemplo, ao atribuímos ao proletariado consciência verdadeira, e aos burgueses consciência falsa, que argumentos se usam?

Esta questão não tem solução fechada, porque na prática não existe a consciência absolutamente verdadeira, mas uma consciência relativamente verdadeira, dentro do espaço e do tempo em consideração. Não temos argumentos cabais, mas há os relativos. Por exemplo, o proletariado perfaz a maioria da sociedade; é quem realmente produz, embora não tenha a posse da produção; é quem representa a contradição da sociedade capitalista e a potencialida-

de da mudança; são os excluídos do processo; e assim por diante. Tudo isto não é argumento cabal, porque a maioria não precisa ter razão, porque os marginalizados também sofrem de alienação social, porque o burguês também pode apreender criticamente a realidade, etc. Mas são argumentos relativamente válidos e que possuem sua verdade histórica.

Se a questão for fechada, perde-se a tônica do argumento e passa-se à submissão à autoridade. No socialismo, atribui-se normalmente consciência verdadeira ao partido, que a define em seu conteúdo concreto. Isto pode ser justificado, em nome de uma prática histórica, no sentido de autodefesa ideológica. Mas é claro que prevalece o "argumento" de autoridade. Tal característica pode facilmente ser apreendida nos momentos em que se põe em questão a condição do partido como representante legítimo do proletariado. No caso da Polônia, quem tem consciência verdadeira, o partido, ou o povo contrário à condução partidária?.

Assim, parece claro que: a) pelo simples fato de ser prática, uma teoria não precisa ser verdadeira; b) não se define a consciência verdadeira fora de uma prática ideológica, ou seja, não há somente argumentos, mas opções políticas concretas. Quando se assume uma prática, opta-se por ela, com virtudes e defeitos. Lança-se mão da ideologia para justificar a prática, para enaltecer as virtudes e para encobrir os defeitos. Tudo isto é simplesmente histórico. Quem não tiver coragem de assumir também, os defeitos da prática, jamais chegará à prática.

Por outra, fica patente que toda prática possui tendência exclusivista, porque é uma marca própria da ideologia, a busca de autodefesa. Duas dimensões são aqui vitais: em teoria defendemos facilmente o pluralismo ideológico; na prática, praticamos nossa ideologia. Por ser opção política, excluímos as demais; caso contrário, seria indiferente qualquer prática. Assim, não há decisão histórica prática, sobretudo aquelas mais ostensivas e contestatórias, sem pelo menos um pouco de fanatismo, porque é em nome dele que se chega a dar a vida por um projeto político determinado. Querer passar a vida "encima do muro", não faz história, ou é tragado por ela. Por medo do compromisso, inutiliza sua passagem pela história, ou serve a compromissos escusos. Isto significa, de novo, que não há como fazer história.

sem "sujar-se" com ela.

Todavia, por causa disto, é importante demais sempre voltar à teoria, para aperceber-se do fanatismo, para aprender de outras práticas, e para, se for o caso, até mudar de prática. Quem não volta à teoria, deixa de ser crítico e autocrítico, submergindo no ativismo fechado e obtuso, e passa a condenar tudo que não esteja de acordo com sua teoria ou com sua prática.

Em ciências sociais, a dialética entre teoria e prática é condição fundamental da pesquisa e da intervenção na realidade social. Se admitimos que estamos de qualquer maneira comprometidos, já não levantamos a pretensão tola de isentar-se de qualquer compromisso, mas vamos logo àquilo de que se trata de fato: que tipo de compromisso vamos justificar?

Ao mesmo tempo, a prática é elemento metodológico integrante do processo científico, tanto no sentido de servir de constante teste para a validade da teoria, quanto no sentido de assumir que a própria pesquisa é uma intervenção na realidade. Assim, em ciências sociais, a prática é uma forma de conhecimento, porque através dela testamos conhecimento vi gente e produzimos novo, bem como dialogamos dinamicamente • com a realidade e conosco mesmos, na medida que também fazemos parte da realidade social.

Sem o componente da prática, nossa teoria não fica histórica; produzimos a típica alienação acadêmica, de ver o mundo através da sala de aulas. Ao mesmo tempo, recebemos uma formação alienada, porque não nos serve na manipulação da realidade, nem temos noção clara daquilo que é viável, daquilo que é possível, daquilo que é realizável.

O senso de relativa inutilidade que assola hoje as ciências sociais se deriva em grande parte do ab-senteísmo prático. A título de rigor lógico e de objetividade, montamos a farsa de espectadores de um estranho circo, do qual, contudo, somos necessariamente atores. Não adianta escamotear a ideologia, e melhor discutir qual é a preferencial.

A prática traz novas dimensões ao conhecimento científico social, que são essenciais para sua construção. Em primeiro lugar, obriga à revisão teórica, porque na

prática toda teoria é outra. Em segundo lugar, leva o cientista a "sujar" as mãos, tornando-o concretamente histórico, ou seja, ao mesmo tempo aproveitável e condenável. Em terceiro lugar, as sume a opção ideológica e pratica a decência de se submeter ao julgamento histórico aberto. Em quarto lugar, pode colaborar no controle ideológico, na medida que não se dá ao escamoteamento de suas justificações políticas. Em quinto lugar, torna a teoria muito mais produtiva, porque a obriga a adequar-se a uma realidade processual, inquieta, conflituosa, que pouco tem a ver com uma visão muito arrumada e estereotipada da realidade social. Em sexto lugar, submete a, teoria ao teste saudável da modéstia, por que em contato com a realidade concreta e política descobre-se facilmente que, uma coisa é o discurso, outra é a prática. Não esgotamos a realidade, nem temos toda a verdade na mão; somos apenas pesquisadores, ou seja, gente que duvida, que erra, que deturpa, mas que, sabendo disto, quer reduzir o desacerto. Em sétimo lugar, leva ao questionamento constante da formação acadêmica, centrada em superficialidades e irrelevâncias, que divertem a alienação universitária, mas que não consegue tornar as ciências sociais baluartes concretos de realização humana, de salvaguarda da democracia, de vigilância indomável contra as desigualdades sociais. Em oitavo lugar, repõe a importância do componente político da realidade, que não somente acontece, mas pode, pelo menos em parte, ser conduzida, influenciada, redirecionada; a prática traz a oportunidade histórica de construirmos, até onde possível, nossa própria história, para que o projeto político seja expressão da sociedade desejada, ou pelo menos tolerada.

Não conseguimos, a pretexto de objetividade e isenção analítica, nos colocar fora de história, acima dela, ou ao lado dela, imaginando que isto nos daria condições melhores de a conhecer. Nós mesmos somos produto histórico. Por isto estamos imersos na prática, também quando desejássemos fazer pura teoria. Porquanto a alienação é uma maneira de fazer história, mas é péssima, porque sequer, sabe disto. Não conseguimos ser meros observadores de uma trama que é necessariamente nossa.

Por outro lado, a prática não pode ser a porta escancarada da devassidão ideológica. Se for prática no contexto científico, há de "predominar o argumento sobre a ideologia. Ao dizermos que a prática é necessariamente ideológica, não quer dizer que seja só ideologia cientificamente apreendida e contralada. Se não perdermos o relacionamento dialético entre teoria e prática, fica mais fácil evitarmos o ativismo e o fanatismo de uma prática que já desfez a sensibilidade pela teoria crítica(2).

## 2. Postura dialética

É praticamente impossível a PP fora de uma postura dialética. Sua forte crítica à pesquisa tradicional acaba coincidindo com a reivindicação de uma metodologia própria para as ciências sociais, que não tenta imitar tacanhamente as ciências naturais. Tal postura pode vir maculada pelos excessos mais ingênuos, desde imaginar que a dialética acabe com a lógica e a experimentação, até imaginar que a dialética seja a tábua de salvação das ciências sociais e da humanidade(3).

De todos os modos, é preciso visualizar algo da dialética para entender muitas das pretensões da PP. Todavia, temos aqui um problema logo de partida: a dialética: como qualquer outra metodologia', não é unitária. É um erro primário supor que a única dialética possível ou aceitável seja o materialismo dialético. Por isto, torna-se difícil compor elementos gerais da dialética, no sentido de serem bem comum de todas as versões praticadas, mesmo porque há as antagônicas. Seja como for, levantamos aqui alguns elementos para início de discussão e que são necessários para apreendermos certos rumos da PP.

- (2) A.S. VASQUEZ, *Filosofia da Praxis*, Paz e Terra, 1977. F. CHATELÉ, *Logos e Praxis*, Paz e Terra, 1972. K. KOSIK, *Dialética do Concreto*, Paz e Terra, 1976.
- (3) H. LEFEBVRE, *Lógica formal/lógica dialética*, Civilização Brasileira, 1975. J.P. SARTRE, *Questão de método*, Difel, 1972. M. HARNECKER, *Los conceptos elementales del materialismo histórico*, Siglo 21, 1972. A. CHEPTULIN, *A dialética Materialista*, Ed. Alfa-Omega, 1982. E.M. LAKATOS & M. de A. MARCONI, *Metodologia Científica*, Atlas, 1982.

Num primeiro momento, vale dizer que a dialética é vista como a metodologia própria das ciências sociais. Isto não precisa coincidir com exclusivismos, como se as ciências sociais não pudessem lançar mão das metodologias das ciências naturais. Porquanto não há pureza metodológica, mas relativa especificidade. O que permite uma definição própria, mas igualmente a convivência com outras, ainda que conflitos também.

Não é fácil mostrar que as ciências sociais trabalham com uma realidade tão específica, que merecem ser tratadas especificamente do ponto de vista metodológico. Mas não é problema muito diferente aceitar que a realidade é unitária, devendo-se pois aplicar a ela metodologia unitária, retira da dos cânones das ciências naturais. Na verdade, isto depende da concepção de realidade, que pode ser explicitada, mas não propriamente demonstrada. Não dá para mostrar dialeticamente que a realidade é dialética. Temos, pois, aí um ponto de partida, já que não há partida sem ponto, mas que é um pressuposto no sentido lido do termo: supomos que seja assim, pelo menos como hipótese de trabalho. Em todo caso, a PP supõe que assim seja e por isto lança mão da metodologia dialética (4).

Ao mesmo tempo, desiste-se da idéia de que a dialética seja metodologia unitária para todas as realidades. Ela serve para captar fenômenos históricos, caracterizados pelo constante devir, não para captar fenômenos naturais, que são dados (5).

Caracteriza profundamente a dialética a idéia de que toda formação social é suficientemente contraditória, para ser historicamente superável. Embora nem todas aceitem isto, serve como ponto de partida. Privilegia-se na realidade seu lado conflituoso, não como defeito, mas como característica histórica natural. No fundo, entende-se o histórico como conflituoso. A superação histórica é um fenômeno natural, porque predominam conflitos, não somente conflitos de menor porte, mas igualmente conflitos que não conseguimos resolver e que decretam o término de um sistema dado. Tais contradições não são extrínsecas, embora as possa haver; são intrínsecas ,

- (4) H. MARCUSE, Zum Problema der Dialektik, in: Die Gesellschaft 7 (1930). H. FREYER, Sociologia ciencia de la realidad, B. Aires, 1944.
- (5) Assim, a idéia clássica de Engels de construir uma "dialética da natureza" estaria em decadência. A natureza possui talvez cronologia, mas não propriamente história; está estruturalmente dada, e por isto não é propriamente produzida na e pela história.

no sentido de que fazem parte constituinte da realidade.

A história é irrequieta, incabada, supe rável, porque é contraditória. uma história não contraditória coincidiria com uma história parada, tranquila, onde já nada acontece. Ou seja, não é um fenômeno histórico.

A pedra de toque da dialética é o conceito de antítese. Do seu entendimento surgem as mais variadas versões dialéticas, inclu sive contraditórias. De modo geral, antítese significa a vigência de contradições dentro de determinada formação social, ou seja, a convivência num todo só de polos contrários, o que resulta na i-dentidade de contrários..Se a antítese for radical, leva à superação do sistema, porque reflete um conflito que o sistema já não consegue absorver ou resolver. Se a antítese não for radical, deter mina a manutenção do sistema, ainda que introduza modificações internas.

Simplificando as coisa, as superações históricas-são trabalhadas por antíteses radicais que levam a mu -danças do sistema. Antíteses não readicais induzem mudanças dentro do sistema ou a relativa manutenção da situação dada. De todos os modos, a realidade histórica é uma polarização intrínseca e nisto exercita sua dinâmica própria de uma totalidade em infindável processo de mudança. A história é uma sucessão de fases. O conceito de fase introduz cs dois movimentos típicos da antítese: existe a persistência histórica relativa sem a qual a fase não se institucionaliza; mas nao passa de fase, ou seja, é provisória, porque na história tudo nasce, cresce, vive e morre.

Embora seja correto que a dialética pri vilegia o fenômeno da transição histórica, ela faz parte da visão metodológica da ciência ocidental, ou seja, também é nomotética Concebe-se como esquema explicativo de mudanças históricas, mas nao desaparece com o desaparecimento dos sistemas. Contém, pois, formalizações e é, no fundo, um tipo de lógica. Elabora, senão leis do devir, pelo menos regularidades do acontecer. Ao aplicarmos a certo tipo de fenômeno histórico o conceito de revolução, supomos que embora se trate de mudanças radicais, muita coisa aí se repete, tanto que se aplica o mesmo conceito.



Ao mesmo tempo, se aceitamos que a história pode também ser feita e planejada, isto somente é possível se a admitimos pelo menos regular, para ser previsível e manipulável. Decididamente, não sabemos trabalhar com uma realidade que fosse irregular, imprevisível, caótica, ou totalmente subjetiva. Pelo menos um laivo de determinismo é "típico" de nosso modo de fazer ciência. Mesmo a história não acontece de qualquer maneira, mas é condicionada, de tal sorte que tudo o que acontece na história é historicamente explicável. Por mais que o salto seja qualitativo e radical, foi causado por fatores antecedentes. Não cai do céu, nem é puramente decidido pela vontade humana.

Há também um modo próprio de ver o relacionamento entre sujeito e objeto, derivado da concepção específica de realidade social, não apenas fisicamente dada, mas também construída na história. A consciência histórica e a possibilidade de intervenção humana são constituintes centrais deste processo. Entre sujeito e objeto não há mera observação por parte do primeiro, nem imposição evidente por parte do segundo, mas interação dinâmica e dialética. Acabam-se identificando, sobretudo quando os objetos são sujeitos sociais também, o que permite desfazer a idéia de objeto, que caberia somente em ciências naturais.

Ao mesmo tempo, dentro do quadro da teoria e da prática, admite-se como central o componente político, definido como a participação e intervenção do homem nos acontecimentos históricos, o que determina a ideologia intrínseca da realidade social, que nunca é apenas dada objetivamente, mas também construída socialmente. Embora objetivamente condicionada, o fato de que nossa história se desenrole da maneira que aí está, é uma das opções políticas possíveis.

Colocados tais elementos esparsos, surgem já algumas divergências, o que ocasiona versões diversificadas na prática. Algumas dialéticas são mais "objetivistas", porque acentuam os condicionamentos objetivos, é o caso do materialismo histórico, que admite a intervenção política humana, mas determinada em última instância pela infra-estrutura econômica. Outras são mais subjetivistas, do tipo hegeliano, que vêem a história mais feita pelo homem, do que acontecida objetivamente. E outras procuram um meio termo, atribuindo ao elemento político o

mesmo peso dos elementos ditos infra-estruturais.

Ademais, a visão da antítese histórica é variada. No materialismo histórico predomina a tendencia de considerar o capitalismo o último modo contraditório de produção, que baseia a idéia constante de entender a história até ao capitalismo como pré-história. É incisivo este texto da Contribuição à Crítica da Economia Política: "A traços largos, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. com esta organização social termina, assim, a pré-história da sociedade humana"(6).

Destarte, depois do capitalismo teríamos outra ótica da antítese, já não mais radical, porque não contraditória. A idéia de que toda formação social seria suficientemente contraditória para ser historicamente superável, valeria até ao capitalismo. As condições econômicas novas, capazes de satisfazer a todas as necessidades materiais, superando o reino da necessidade, produziriam as condições suficientes do reino da liberdade, radicalmente diverso.

Parece muito discutível esta postura, porque tende a, camuflar os conflitos de socialismo, ou de qualquer fase que venha após o capitalismo. Não seria o socialismo simplesmente uma fase histórica como qualquer outra, também conflituosa, também superável? Se superarmos o conflito de classes capitalista, superamos também somente a maneira histórica própria do capitalismo de o conflito acontecer, mas não se supera a característica específica conflituosa da história. Se o dinamismo dela provém de suas contradições, que história seria esta já sem contradições radicais?

Neste desdobramento, os soviéticos inventaram a "dialética não antagônica", correspondente precisamente a uma situação histórica já sem conflitos radicais, porque não apresentaria o conflito de classes. Certamente não apre

(6) K. MARX, Contribuição para a Crítica da Economia Política, Estampa, 1973, P. 28-29.

senta o conflito de classes como no capitalismo, porque não existia mais-valia. Mas apresenta o conflito da desigualdade, instrumentalizado não mais pela posse ou não-posse dos meios de produção, mas pelo acesso à elite burocrática e partidária. Por isso mesmo, continua histórica, ou seja, conflituosa e superável (7).

O conflito, teoricamente considerado, não é um problema capitalista, mas da história como tal; é problema do capitalismo o conflito de classes, somente.

Trava-se, então, uma polêmica forte entre dialéticas de inspiração marxista e outras ditas histórico-estruturais. Estas admitem que a história tenha estruturas dadas, como a própria infra-estrutura econômica. Sobretudo, porém, a desigualdade social é uma estrutura histórica, no sentido de que não há história que não contenha esta característica. E mais: são históricas, por causa desta característica. Tais estruturas, porém, não esfriam a história, como no caso da metodologia estruturalista, mas são precisamente a fonte do dinamismo histórico(8).

As superações históricas se concentram sobre a questão da desigualdade social, que é um conflito tipicamente insuperável: conseguimos reduzir, não eliminar. Por causa dela, continua a sociedade inquieta, precária, problemática, superável. Por mais que a sociedade possa sonhar com a utopia da igualdade, a realidade, por ser histórica, realiza formas concretas de desigualdade. O fenômeno da desigualdade seria, assim, ao mesmo tempo, a "desgraça" e o dinamismo histórico.

(7) Ch. BETTELHEM, A Luta de Classes na União Soviética, Paz e Terra, 19-76. R. BAHRO, Die Alternative - Zur Kritik des real existierenden Sozialismus\*, Rororo; 1970.

(8) Cfr. sobre a questão histórico-estrutural, P. DEMO, Sociologia - uma introdução crítica, a sair pela Atlas, 1983.

O materialismo histórico, por conter a noção de que a história contraditória vai até ao capitalismo, imagina uma história posterior não contraditória, sem a "dominação do homem pelo homem"; embora persistam conflitos, seriam não antagônicos(9). Já não se colocaria a superação histórica. Pode-se perguntar: como pode uma história contraditória gerar outra não contraditória? É claro que, apelando-se para as potencialidades históricas, consideradas praticamente inesgotáveis e nunca totalmente conhecidas, é permitido levantar a hipótese de uma história profundamente diferente da conhecida. Mesmo porque a história passada não é parâmetro definitivo para a futura. Mas a hipótese contrária, de que a desigualdade social é estrutural e disto a história retira seu dinamismo próprio social, também é válida e tem a seu favor a história conhecida. A hipótese anterior está mais próxima do mito, do que a segunda.

Por estas razões, existem divergências sobre a profundidade das superações históricas. Não parece possível defender a revolução total, no sentido de que o consequente já não seria explicável pelo antecedente. Retomando o texto anteriormente citado de Marx, diz ele: "Assim como não se julga um indivíduo pela idéia de que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela sua consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que às condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isto que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-a que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer"(10).

(9) Visão típica de F. ENGELS, Do socialismo utópico ao Socialismo científico, Estampa, 1972: "O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será 'abolido'<sup>1</sup>, extingue-se" - p. 98.

(10) K. MARX, op. cit., *ib.*

à luz deste texto, parece claro que a superação histórica não produz o novo total, mas o novo relativo, ou seja, predomina o novo sobre o velho. Seria uma colocação a -histórica aquela que previsse um salto de tal ordem, que já não fosse historicamente explicável. Por isto, a idéia de que a história futura, pós-capitalista, já não seria antagônica, nos parece uma expectativa possível, na ordem da utopia, mas praticamente infundada, e, no fundo, uma concessão mítica.

O materialismo histórico pode igualmente exceder-se em sua acentuação objetivista, secundarizando o lado da intervenção humana. A questão do poder não nos parece super-estutural, embora seja facilmente condicionada pela infraestrutura material. Dificilmente a mudança nas estruturas da desigualdade se faz sem a intervenção dos desiguais. Para a PP, que insiste muito nesta possibilidade de participação histórica, o "objetivismo" excessivo acaba desestimulando, mesmo porque não há revolução sem ideologia revolucionária.

Não se trata, por outra, de privilegiar aspectos políticos da intervenção humana na história sobre condições materiais. Nossa posição tenderia a ver os dois fatores no mesmo pé de igualdade. O lado material circunscreve precisamente os limites e possibilidades da ação humana. Concretamente falando: mera conscientização política não adianta, porque não interessa mera pobreza participada. É mister a produção, na mesma importância. Todavia, a capacidade de assumir, pelo menos em parte, seu destino histórico, elaborando a opção política que mais pareça conveniente à comunidade, é a fonte da energia humana, que não se contenta em esperar, em observar, e muito menos em se conformar. Porquanto história humana é aquela feita pelo homem a serviço do homem, não aquela que acontece à sua revelia. O equilíbrio entre o objetivo material e o subjetivo político é complicado, mas é preciso obtê-lo.

Não cremos que a questão do poder se já uma questão capitalista e que, superando-se o capitalismo, superasse o problema do poder. O fato de podermos considerar o capitalismo como a fase histórica mais perversa jamais conhecida, é outra coisa. É uma visão curta descrever o capitalismo como o resumo de todos os males, tanto porque supervalorizamos a importância apenas relativa de uma fase histórica, como porque facilmente isentamos fases posteriores da crítica, como se fossem necessariamente melhores.

Temos de reconhecer a complexidade desta discussão, bem como seus reflexos ideológicos. E é uma pena que a PP não a tome a sério, supondo-se muitas vezes ingenuamente dialética, ou imaginando que a única dialética possível seja a versão do materialismo histórico. Em nossa concepção, preferimos uma visão de tipo maoísta, de estilo histórico-estrutural, e que é a mais próxima das pretensões da PP (11). Em primeiro lugar, ao aceitar-se uma revolução cultural e não somente ao nível da mudança do modo de produção, fica superado o esquema tendencialmente monocausal de uma única infra-estrutura que determina em última instância. Abre-se o espaço para o político, não para substituir o econômico, mas na mesma ordem de importância. Se conservássemos a linguagem da infra-estrutura, nela colocaríamos pelo menos mais a questão do poder, que é certamente condicionada pelo econômico, mas que existe em qualquer sociedade, mesmo quando não havia um modo organizado de produção (12).

(11) O.. WEGGEL, Der ideologische Konflikt zwischen Moskau und Peking, Beilage zur Wochenzeitung "Das Parlament", B 28/70, 11.07.1970.

(12) As sociedades ditas "primitivas" conheciam o fenômeno do poder, embora não possuísem um modo organizado de produção. É claro que havia o condicionamento da sobrevivência material, mas o acesso ao poder era instrumentalizado fundamentalmente pelas crenças, míticas. Ao mesmo tempo, não é possível imaginar que a desigualdade política possa ser extinta pela superação da carestia material. Ela existe na carestia e na abundância, porque possui raízes no próprio relacionamento social entre os homens, grupos, comunidades e sociedades, e não apenas no relacionamento dos homens com sua realidade externa. Assim, se, por hipótese, pudessemos dominar os condicionamentos objetivos da desigualdade, restariam ainda os subjetivos.

Ao mesmo tempo, ao aceitar-se a revolução permanente, monta-se a idéia mais realista de que é preciso abalar a história de forma permanente, de tempos em tempos, já que não existe uma história não antagônica. Por exemplo, é estrutural na história a tendência do partido de distanciar-se da massa e de tornar-se uma burocracia privilegiada. Não é uma problemática capitalista, mas simplesmente social: em toda sociedade existe poder e ele caracteriza-se principalmente pela desigualdade entre grupo dominante e maioria dominada. Para recompor a transição na rota de uma organização cada vez mais democrática da sociedade, é preciso, de tempos em tempos, conchamar uma revolução para restabelecer a oportunidade dos dominados e submeter a seu juízo o processo social.

Esta ótica, que pode ferir crenças do materialismo histórico, parece-nos muito mais realista. É fácil demais nos trair que o revolucionário de hoje poderá ser o reacionário de amanhã. Se chegar ao poder, verá a sociedade de cima para baixo, e procurará instaurar uma ordem social, que esperamos seja preferível, mas será certamente uma ordem institucionalizada. E 'isto é profundamente histórico, porque não há somente transição,' mas também institucionalização histórica. uma revolução que se institucionaliza, ao mesmo tempo se realiza e envelhece. O conceito de antítese prevê as duas modalidades: o movimento radical que leva à transição histórica e o movimento não antagônico que produz a permanência histórica.

Assim, é uma ótica apressada imaginar que a PP deva somente-produzir efeitos transformadores, porque pode produzir efeitos reformistas, quando não produz efeitos conservadores e até reacionários. Depende da ideologia política.

### 3. como se entende a PP

Tentaremos agora fazer um rápido percurso sobre a auto definição da PP; para posteriormente avaliarmos sua adequação como pesquisa.

Segundo Hall, "a PP é descrita de modo mais comum como uma atividade integrada que combina investigação social, trabalho educacional e ação. A combinação destes elementos num processo interrelacionado ocasionou tanto estímulo, quanto dificuldade para quem se engajou na PP ou experimentou entendê-la. Algumas das características do processo incluem:

a) o problema se origina na comunidade ou no próprio local de trabalho.

b) A finalidade última da pesquisa é a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos. Os beneficiários são os trabalhadores ou o povo atingido.

c) A PP envolve o povo no local de trabalho ou a comunidade no controle do processo inteiro de pesquisa.

d) A ênfase da PP está no trabalho com uma larga camada de grupos explorados ou oprimidos: migrantes, trabalhadores, populações indígenas, mulheres.

e) é central para a PP o papel de reforço à conscientização no povo de suas próprias habilidades e recursos, e o apoio à mobilização e à organização.

f) O termo "pesquisador" pode referir-se tanto à comunidade ou às pessoas envolvidas no local de trabalho, como aqueles com treinamento especializado.\*

g) Embora aqueles com saber/treinamento especializado muitas vezes provenham de fora da situação, são participantes comprometidos e aprendizes num processo que conduz



mais a militância, do que ao distanciamento"(13).

Este texto é bastante ilustrativo, por que procura combinar o problema da participação com o da pesquisa, acentuando - o que é típico - o compromisso político talvez mais do que o compromisso com a pesquisa. Mas existe consciên -cia da descoberta da realidade, o que pode- ser visto, por exemplo, na idéia de "transferir poder ao povo através do processo de conhecimento"(14), preocupando-se muito com o problema de que o pesquisador treinado não substitua o povo. Ao mesmo tempo, a PP significa a repulsa contra a manipulação das comunidades , buscando produzir o saber através da análise coletiva e mantendo o controle nas suas mãos. Assim, criar saber popular é um dos objetivos da PP, porque acredita-se que o domínio do saber é uma fonte de poder, o que colaboraria no projeto de transformação social(15).

Hall reflete uma posição crítica face ao materialismo histórico, reconhecendo sua utilização possível, mas de forma não dogmática, para respeitar a criatividade própria da PP, que pode ser gerada dentro de outras versões dialéticas, e ainda usando outros métodos possíveis. Todavia, é clara a insistência sobre o problema do poder, no sentido do compromisso transformador. "A PP pode somente ser julgada a longo prazo se ou não possui a habilidade de servir aos interesses específicos e reais da classe trabalhadora ou das populações oprimidas" (16) . Daí a importância da criação do poder popular, que Fals Borda chega a denominar "ciência do povo"(17), dentro de um novo paradigma de conhecimento, cujos traços poderiam ser:

- (13) Budd. L. HALL, Participatory Research, Popular Knowledge and Power: a personal reflection, in: Convergence, XIV, Nº 3, 1981, p. 7-8.
- (14) Id., ib., p. 11. Rajesh TANDON, Participatory Research in the Empowerment of People, in: Convergence, XIV, Nº 3, 1981; usa-se o termo "empowerment of people".
- (15) R. TANDON, ib.. "Knowledge, has been and will continue to be ,a source of power. Participatory research has been an attempt to shift this balance of power in favour of the have-nots" -p. 21.
- (16) B. HALL, op. cit., p. 13.
- (17) Id., ib., p. 14. O. FALS BORDA, Science and the Common People, International Forum on Participatory Research, Yugoslavia , 1980.

- a) "Retornar a informação ao povo na linguagem e na forma cultural na qual foi originada;
- b)" estabelecer o controle do trabalho **pelo povo** e pelos movimentos de base;
- c) popularizar técnicas de pesquisa;
- d) integrar a informação como base do 'intelectual orgânico';
- e) manter um esforço consciente no ritmo ação/reflexão do trabalho;
- f) reconhecer a ciência como parte do dia a dia de toda a população;
- g) aprender a escutar"(18).

Em trabalho anterior, Hall desenvolveu uma série de pontos, na ótica da pesquisa. Segundo sua visão, os princípios da PP seriam: todos os métodos de pesquisa estão impregnados de implicações ideológicas; o processo de pesquisa não pode esgotar-se num produto acadêmico, mas representar benefício direto e imediato à comunidade, ou seja, deve ter alguma utilidade prática social; a comunidade ou a população deve ser envolvida no processo inteiro, até à busca de soluções e à interpretação dos achados; se a meta é mudança, deve haver envolvimento de todos os interessados nela; "o processo de pesquisa deveria ser visto como parte de uma experiência educacional total, que serve para estabelecer as necessidades da comunidade, e aumentar a conscientização e o compromisso dentro da comunidade"; "o processo de pesquisa deveria ser visto como um processo dialético, um diálogo através do tempo, e não como um desenho estático a partir de um ponto no tempo"; a meta é a liberação do potencial criativo e a mobilização no sentido de resolver os problemas(19).

(18) D. HALL, op. cit., p. 14:

(19) B. L. HALL, Participatory Research: an approach for change, in: Convergence, VIII, 1975, p. 28-31.

Em outro momento, acentuava, ao falar do envolvimento da comunidade: "Aqui chegamos" ao princípio fundamental talvez da PP, e a seu ponto mais radical de diferença tanto dos enfoques ortodoxos de pesquisa, como dos enfoques teóricos melhorados. O processo investigativo deve estar baseado em um sistema de discussão, investigação e análise, em que os investigados formam parte do processo ao mesmo nível do investigador. As teorias não se desenvolvem de antemão para serem comprovadas nem esboçadas pelo investigador a partir de seu contacto com a realidade. A realidade se descreve mediante o processo pelo qual uma comunidade desenvolve suas próprias teorias e soluções sobre si mesma" (20).

Tandon constrói as seguintes características da PP.

- a) É um processo de "conhecer e agir. A população engajada na PP simultaneamente aumenta seu entendimento e conhecimento de uma situação particular, bem como parte para uma ação de mudança em seu benefício".
- b) É iniciada na realidade concreta que os marginalizados pretendem mudar. Gira em torno de um problema existente. Caso haja consciência suficiente, a própria população inicia o processo e pode até mesmo dispensar o perito externo..- Mas, ainda começando pelo perito, o envolvimento da população é essencial.
- c) Variam a extensão e a natureza da participação. No caso ideal, a população participa do processo inteiro: proposta de pesquisa, coleta de dados, análise, planejamento, e intervenção na realidade.

- (20) B. HALL, La Creación de Conocimiento: la ruptura del monopolio, métodos de investigación, participación y desarrollo, in: Crítica y Política en Ciencias Sociales, Simposio Mundial de Cartagena, Ed. Punta de Lanza, Bogotá, vol. I, 1978, p. 6. Id., Participatory Research: expanding the base of analysis, in: International Development Review 1977/4, p. 23-26.

- d) A população deve ter o controle do processo.
- e) Tenta-se eliminar ou pelo menos reduzir as limitações da pesquisa tradicional. Pode-se empregar métodos tradicionais na coleta de dados, mas enfatiza posturas qualitativas e hermenêuticas, e a comunicação interpessoal.
- f) É um processo coletivo.
- g) É uma experiência educativa(21).

O elemento educativo é muito acentuado, tal vez porque o movimento da PP tenha sido profundamente marcado por educadores, principalmente no campo da educação de adultos(22). MacCall une a trilogia: pesquisa, educação/treinamento, e organização, o que na verdade enfatiza a ligação entre teoria e prática, entre conhecer e agir, entre pensar e intervir(23).

Também o retorno da pesquisa ao povo é um elemento constante(24), o que é denominado frequentemente de retroalimentação. Le Boterf visualiza a PP ligada a certo "processo experimental", que é assim montado: formulação da problemática provisória (conceitos, objetivos, hipóteses); escolha das variáveis a observar e dos instrumentos de pesquisa; observação das variáveis; análise e síntese dos dados; elaboração (afinação, transformação) de uma nova problemática. A PP utiliza-se destes passos, e é construída em três fases:

- a) 1ª fase: "exploração" geral da comunidade(25)
  - 1. fixação dos objetivos
  - 2. seleção de variáveis e dos instrumentos de pesquisa.

(21) Rajesh TANTON, op. cit., p. 24-26.

(22) um dos veículos mais importantes de divulgação tem sido a revista Convergencia, que traz o subtítulo: "An International Journal of Adult Education".

(23) Brian MACCALL, Popular Participation, Research and New Alliances, in: Convergence XIV, Nº 3, 1981, p. 66-70.

(24) John GAVENTA, A Citizens Research Project in Appalachia, USA, in: Convergence, XIV, nº 3, 1981, p. 35 ss.

(25) o termo "exploração" significa levantamento exploratório, e por isto colocamos entre aspas.

3. realização da pesquisa
  4. síntese
- b) 2- fase: identificação das necessidades básicas(26).
1. elaboração da problemática da pesquisa
  2. nova seleção das variáveis e dos instrumentos
  3. realização
  4. análise e síntese
- c) 3- fase: elaboração de uma estratégia educativa
1. elaboração de estratégias hipotéticas
  2. elaboração de dispositivo de comprovação
  3. discussão com a população
  4. comunidade assume estratégia
  5. execução.

Neste processo de três fases há também momentos de retroalimentação: ao terminar a primeira fase; ao terminar a segunda fase; e na altura da discussão com a população da terceira fase. com este processo consegue-se: identificar as necessidades; formular estratégia de ataque; levantar os recursos disponíveis; partir para soluções(27). Le Broterf é dos autores que mais caracterizam o aspecto de pesquisa da PP. Uma pesquisa, com formação e ação, encima de alguns postulados: potencialidade do grupo; para se chegar à ação é preciso a participação do interessado; é necessária a confrontação crítica com os resultados (retroalimentação); o técnico é educador; é pesquisa e é ação; a população tem expectativas, recursos, reações.

- (26) O autor fala de necessidades educativas básicas (NEB), porque se refere a um projeto educacional; mas poderia ser aplicado a qualquer projeto sobre necessidades básicas.
- (27) Guy Le BROTERF, Descripción del Método de "encuesta participativa" utilizada: Una Investigación sobre Necesidades Educativas Básicas de la población de seis comunidades rurales en el área centroamericana, Projeto PNUD/UNESCO, Brasília, 1978, p. 12-15.

Num encontro em "Toronto, de 1977, foi formulada uma definição de PP, que Grossi assim expressa: "é um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes, que são oprimidos. Portanto, é uma atividade de pesquisa, educacional e orientada para a ação". "Em certa medida, a tentativa da PP foi vista como uma abordagem que poderia resolver a tensão contínua entre o processo de geração do conhecimento e o uso deste conhecimento, entre o mundo 'acadêmico' e o 'irreal', entre intelectuais e trabalhadores, entre ciência e vida"(28).

Embora com possíveis exageros, a PP constituiu-se num ato de fé na potencialidade da comunidade. Por mais pobres que possam ser as comunidades e ainda que nunca tenham todos os recursos necessários, são dotadas de criatividade, que as torna capazes de visualizar o desenvolvimento que lhes convém(29). Busca-se, ademais, fundamentar a idéia de que o "conhecimento não nasce nos cérebros de uma parte da sociedade, mas é socialmente produzido através de um processo compartilhado por todas as partes. "Não há diferença qualitativa entre conhecimento teórico e prático; pertencem a diferentes finalidades do mesmo contínuo"(30).

Himmelsstrand, ao lado de críticas relevantes, conota a PP "como uma combinação inseparável de teoria, pesquisa e prática, caracterizadas pelo diálogo entre atores e pesquisadores, iluminando os atores, bem como os pesquisadores acerca do significado da ação pretendida, e resultando eventualmente numa autonomia aumentada dos atores em relação aos pesquisadores e à emancipação de crenças questionáveis e restritivas na inevitabilidade da ordem dada das coisas"(31). Retomando um esquema de Moser, organiza três passos da PP: coleta de informação no contexto da ação; discussão da informação entre atores, e entre atores e pesquisadores, para clarificar problemas e intenções, e para trabalhar diretivas da ação social; ação social. Es

te três passos são vistos, ademais, dentro da circularidade sis-

- (28) F. V. GROSSI, Socio-political Implications of Participatory Research, in: Convergence, XIV, Nº 3, 1981, p. 43.
- (29) Nat J. COLETTA, Participatory Research or Participatory putdown? Reflections on the research phase of an Indonesian experiment in non-formal education, in: Convergence IX, Nº 3, 1976, p. 43 ss.
- (30) Michael ETHERTON, Peasants and Intellectuals: an essay review, in: Convergence, XIV, Nº 4, 1981, p. 20, onde cita Swantz. Marja L. SWANTZ, Research as an educational Tool for Development, in: Convergence, VIII, 1975, p.44 ss.
- (31) Ulf HITTMELSTRAND, Innovative Processes in Social Change: theory, method and social practice, in: Sociology: the state of the art, University of Uppsala, p. 44.

têmica da retro-alimentação, já que O terceiro passo pode engatar no primeiro.

A postura mais interessante, talvez, seja a apreensão de que a PP une os enfoques objetivista e hermenêutico. De certa forma, o paradigma científico tradicional pre ocupa-se mais em "entender como somos produzidos pela sociedade, mas tem pouco ou nada a dizer como produzimos ou poderíamos pro duzir a sociedade"(32). Entende que o materialismo histórico per faz esta combinação: "o enfoque objetivista indaga pelas características objetivas inerentes aos diferentes modos de produção, e o enfoque hermenêutico ilumina as implicações destas caracterís\_ ticas objetivas para a formação da consciência de classe e para a auto-realização humana"(33). Por vezes parece que Himmelstrand confunde o enfoque objetivista com a pesquisa tradicional e, por outra, esquece que para o materialismo histórico clássico, por mais que se unam os enfoques, prevalece o primeiro, já que a determinação e conômica é mais fundamental. Mas é pertinente a idéia em si: a PP combina o tratamento de condições objetivas dadas com nossa capacidade histórica de intervir nelas, recolocando a importância da participação política humana na história.

Da ótica do educador, acentua-se persistentemente a idéia de "aprendizagem coletiva". "Em seus traços gerais, tal estratégia se desenvolve com base na realidade, vivências, experiências e interesses dos membros de um grupo, se sustenta sobre uma horizontalidade e diálogo entre os que partipam do ato de aprender, se operacionaliza através de métodos de trabalho grupai e aprendizagem coletiva e se orienta para o fortalecimento organizacional dos grupos menos privilegiados. Portanto, se vincula estreitamente com as ações que têm por objetivo estabelecer linhas de trabalho e organização que redundem em benefício coletivo"(34). Emergem, assim, três passos fundamentais: o diagnóstico comunitário, "primeira fase de um trabalho de educação participativa"; "a retro-alimentação no processo de

(32) Id., ib., P. 60. Heinz MOSER, La Investigación-Acción como nuevo paradigma en las ciencias sociales, in: Crítica y Política en Ciencias Sociales, Simposio Mundial de Cartagena, Ed. Punta de Lanza, Bogotá, vol.I, 1978, p.117 ss.

(33) U. HIMMELSTRAND, Investigación-Acción y Ciencia Social aplicada: valor científico, beneficios prácticos y abusos, in: Crítica y Política en Ciencias Sociales, op. cit., p. 174-175.

(34) Marcela GAJARDO & Jorge WERTHEIN, Educação Participativa-alternativas metodológicas, in: Educação e participação: Alternativas Metodológicas, J. Werthein & M. Gajardo (orgs.), Paz e Terra, 1982, a sair p. 19.

PP, ou seja, a análise dos dados com participação comunitária", e a organização de grupos instrumentais que assumem a ação (35). É mister reconhecer que as comunidades podem assumir responsabilidades e desejam isto, ao mesmo tempo que se constata que a ação exclusiva do Governo não resolve os problemas (36). De modo geral o diagnóstico inicial prevê três coisas importantes: o levantamento dos principais problemas que a comunidade enfrenta; a especificação dos recursos humanos e materiais disponíveis e o provimento de outros possíveis; a detecção de componentes organizacionais formais e não formais já existentes para a solução de problemas (37).

Também na ótica do educador, acentua-se com força o objetivo da conscientização, ao qual se liga o nome de Paulo Freire. Inclui pessoas, tais como: "crítica da realidade social vigente; mobilização coletiva para a transformação social; revisão crítica da ação implementada, replanejamento da ação futura; reavaliação do diagnóstico prévio da realidade social" (38).

Também é utilizada a expressão "observação" ou "pesquisa militante", seja no sentido de distinguir do conceito clássico de "observação participante", típico da antropologia, mas que significa somente a convivência<sup>1</sup> de perto com o objeto de pesquisa, seja sobretudo no sentido de "instrumento e estratégia da pesquisa-ação" (39), ou da insistência sobre o aspecto do envolvimento político.

(35) Id., ib, p. 20 ss.

(36) Grace HUDSON, Participatory Research by Indian Women in Northern Ontario Remote Communities, in: Forum of Participatory Research, Yugoslavia, 1980: "The key to changing this unsatisfactory situation is for government to

. recognize that Indian people and communities have the capacity and the desire to provide for their own needs, and to make available the necessary responsibility and resources so that Indian people are free to develop and provide the services that they themselves choose" - p. 25.

(37) M. GAJARDO & Jorge WERTHEIN, op. cit. p. 20.

(38) F. F. GROSSI, Popular Education: concept and implications, in: International Council for Adult Education, Trinidad, May 1981, p. 71.

(39) M. GAJARDO, Evolución, Situación actual y Perspectivas de las estrategias de investigación participativa en América Latina, FLACSO, Santiago, mimeo., p. 21. OBSERVAÇÃO MILITANTE, artigo da revista publicada pelo Institut d'Action Culturelle, N° 5, Suíça, 1978.



A tônica básica, todavia, do ponto de vista metodológico é a união entre conhecimento e ação. "Conhecimento e ação são dois aspectos inseparáveis- da atividade humana. O conhecimento não é mera contemplação, nem a prática mera atividade; se parada da prática, a teoria se reduz a meros enunciados verbais ; separada da teoria, a prática não é mais que um ativismo inconducente. Não há, pois autêntico conhecimento e autêntica ação, se não se expressam numa permanente inter-relação' unitária" (40) .

A autodefinição da PP insiste em certos traços que são, ao longo desta sumária revisão, característicos. É patente a filiação educativa, a idéia de superação dos procedimentos tradicionais de conhecimento, a opção crítica e política, a união entre teoria e prática, o envolvimento comunitário. Em certos autores, a preocupação com o aspecto da pesquisa mantém-se vivo, e, de modo geral não chega a ser abandonado. Porquanto, sempre resta pelo menos interesse em diagnósticos, avaliações, planejamento, levantamento de dados pré-existentes etc, mesmo no maior ativismo. Mas é patente igualmente que a teoria é frequentemente sacrificada em favor da prática, tratando-se já de questões mais propriamente educativas e participativas, do que de pesquisa.

Se aceitarmos o relacionamento dialético entre teoria e prática, não seria possível negar que a prática é componente essencial também do processo de conhecimento e de intervenção na realidade. Ao mesmo tempo, a metodologia que cabe à PP é certamente a dialética, porque é a que assume o contexto histórico, privilegia a apreensão e o tratamento dos conflitos sociais , propugna a transição histórica e acredita no fator humano como capaz de interferir em condições objetivas dadas. É essencial à PP o reencontro com a capacidade criativa humana, sobretudo dos humildes, dos oprimidos, dos carentes, que, à primeira vista, tendemos a estigmatizar como impotentes.

(40) Luis RIGAL, Sobre el Sentido y Uso de la Investigación-Acción in: Crítica y Política en Ciencias Sociales, op. cit., p. 3.

Do que foi visto, pode-se igualmente concluir que a fundamentação dialética da PP é incipiente. Isto já denota que é impulsionada por pesquisadores marcados, ou pela saturação teórica e empírica de estilo tradicional, ou pela desvalorização da atividade acadêmica, ou mesmo pela ilusão do ativismo. Cremos que vai nisto frequentemente o equívoco de querer superar um erro com o erro oposto. A crítica, muitas vezes brilhante, contra a ciência clássica não é seguida da necessária fundamentação do novo paradigma. É disto que resulta a constante insinuação de que a PP já seria o único gênero válido de pesquisa.

É preciso entender que a PE, por maiores limitações que tenha, tem elaborado uma fundamentação extensiva e frutífera ficou uma plêiade de técnicas dignas de nota. Assim, não resta dúvida de que o discurso sobre quantificação está mais adiantado que o discurso sobre propostas qualitativas. Nestas prolifera ainda a "conversa fiada", por vezes como refúgio de pesquisadores que não teriam condições de enfrentar o mínimo rigor lógico e empírico.

Assim, embora devendo-se reconhecer que a PP seja um gênero válido de pesquisa, criativo, potencial e promissor, está cercada de banalizações excessivas, que o simples entusiasmo não pode superar. É o que veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV: USOS E ABUSOS DA PP

O abuso não tolhe o uso. Apesar da atitude necessariamente crítica, nossa atitude é francamente favorável a PP. Por ser ainda teórica e metodologicamente pouco fundada, não quer dizer que não possa ser. Levada a sério é uma promessa importante. Quando não fosse por outras razões, a revisão de nossos paradigmas usuais a que somos obrigados por ela já seria uma justificativa ponderável. Mas não é somente isto. É especificamente um gênero válido de pesquisa.

Todavia, não pode levantar idéias exclusivistas de único gênero válido. Como qualquer forma de pesquisa, possui virtudes e defeitos. Pode ser usada e abusada. Embora o movimento seja relativamente recente, já permite alguma avaliação de sua potencialidade,

Sendo uma forma de pesquisa que assume ideologia explícita, a discussão se complica por esta razão já que não seria possível - se quisermos ser coerentes - fazer uma crítica não ideológica à ideologia. O que salva aí é a crítica e a autocritica abertas, para que seja possível preferir fundamentações a imposições. No calor da batalha, ou seja, na prática, facilmente esquecemos nossos compromissos teóricos com o pluralismo ideológico, sobretudo quando o projeto político é de vida ou morte. Mas precisamente por causa disto é preciso sempre voltar à teoria, à discussão tranquila impiedosamente crítica; mas não crítica era primeiro lugar contra os outros •• os adversários; crítica - isto sim - consigo mesmos, ou seja, lidamente autocritica (1).

Felizmente, não falta o espírito crítico entre os defensores da PP, como veremos a seguir. Embora haja os dogmáticos inacessíveis, há outros pesquisadores incrivelmente abertos, que discutem suas dúvidas com a maior liberdade possível. Pode-se perfeitamente praticar a vigilância crítica, mesmo quando enterrados na ação comprometida. Porquanto é difícil imaginarmos a PP como processo educativo naquele pesqui

.". (13 A preocupação da autocritica está algo desenvolvida em:

- P. DEMO, Intelectuais e vivaldinos - da crítica acritica Aimer, S. Paulo, 1982.

sador que já nao-admite mais aprender de ninguém. Assim como a teoria que mata a ação é vazia, a ação que destrói a teoria é suicida. Falta maior substrato teórico e metodológico, mas é possível fazê-lo. há banalizações quanto à pesquisa e quanto à participação, mas são contornáveis.

### 1. Validade da PP

A PP não é somente possível, mas necessária ... para repormos a inter-relação dinâmica entre teoria e prática. Assim como podemos certamente afirmar **que** o surgimento da PE foi um santo remédio, no contexto de uma ciência excessivamente marcada pelo discurso especulativo e irreal, podemos igualmente dizer que a PP é um santo remédio, no contexto de uma ciência social bastante inútil em termos práticos.

Se voltarmos aos passos do capítulo anterior, sobre teoria e prática, a PP realiza as marcas típicas deste relacionamento dialético: traduz a teoria numa opção concreta, não somente testando-a com a realidade concreta, mas sobretudo realizando e explicitando a opção política e ideológica contida.

Constrói um contexto adequado em termos do relacionamento dialético entre teoria e prática, porque não precisa "afogar a teoria. É muito possível manter a propriedade de cada polo, e estabelecer entre eles a contrariedade dialética típica criativa. Ao mesmo tempo, produz o efeito substancial de "acontecer na história". O conhecimento torna-se útil, histórico, realizado, se for prático.

É preciso reconhecer igualmente as limitações da prática, assim como as há na teoria. Ela não esgota a potencialidade teórica. É sempre ideológica e comprometida. Neste sentido, é sempre também atacável por opções adversárias. Mas é histórica, e isto a justifica sobremaneira.

Não se faz história fora da ideologia, fora do envolvimento com opções históricas políticas, sem sujar as mãos. Em grande parte o drama das ciências sociais, que se sentem vazias e inúteis, se resume nisto: não detêm um papel relevante na história. não a influenciam, não são decisivas. E pior que isto: assim fazendo, escondem um compromisso ainda maior com a opção vigente dos dominadores. Para enfrentar a condição de instrumento tendencial de controle social, é preciso assumir-se como tal, não escamotear esta propensão histórica, e, a partir daí, por-se a reduzi-la. Ainda **que**

realizasse pouco, já e alguma realização.

Ao mesmo tempo, obriga à revisão teórica, também do modo como estamos constituindo as ciências sociais e a forma como é reproduzida na Universidade. Força à criatividade de, procurando superar o marasmo mimético da simples transmissão das lorotas consadas. já não se ilude com discursos infinitos, porque a realidade é finita. Mais que o desejável, é mister realizar o possível. Todavia, não há realização que satisfaça em tu do, devendo ser criticada e a partir de certo momento superada.

Assim, é possível concorrer para um controle ideológico maior, na medida que a ideologia for explícita. Não é um efeito necessário, porque o exclusivismo dogmático é certamente mais possível. Mas é de todos os modos coerente não escamotear pretensões ideológicas.

Embora sempre ligada ao elemento participativo, a PP não precisa perder a noção de pesquisa. É difícil conseguir um meio termo visível, mas é preciso colocar claramente que já não se trata de pesquisa, caso este componente não exista. Se quiséssemos aguar os termos, é possível ver pesquisa também no mero ativismo, porquanto qualquer contato com a realidade pode produzir sua descoberta. Assim, não é qualquer experiência participativa que se pode denominar PP, se não quisermos a dispersão incontrollável ao nível do senso comum, da predominância ideológica, da ação acrítica etc.

No fundo, pesquisa participante pode ser vista como participação baseada na pesquisa. Não atrapalha a posição de instrumento, porque não faríamos a pesquisa pela pesquisa, exceto como exercício acadêmico. Embora se possa querer conhecer por conhecer, em ciências sociais esta postura é muito discutível, porque na sociedade concreta o conhecimento não pode ser inocente.

Neste sentido, poderíamos dizer que o específico da PP é a fundamentação científica da opção histórica política. Portanto, esta fundamentação científica deve sempre existir. Caso contrário, banaliza-se o termo pesquisa e já não poderia ser considerado um gênero válido de pesquisa. Não se pode dispensar a PP do rigor lógico, da fundamentação teórica e metodológica, bem como da base empírica, sempre que possível.

A fundamentação científica da opção política é que salvaguarda o efeito de pesquisa ou de descoberta da realidade, de seu questionamento, de sua manipulação mais adequada, e assim por diante. Precisamente busca-se, ao contrário dos métodos clássicos, quando viciados, que a PP funde a prática e possibilite a realização histórica pela qual gostaríamos de optar. A ciência perde a postura de finalidade em si, de deleite acadêmico, e torna-se útil, embora também submetida ao veredicto histórico.

Ao mesmo tempo, a PP realiza-se no contexto dialético, colocando de partida uma decisão metodológica importante. Para visões outras, geralmente filiadas ao paradigma das ciências naturais, aparece como algo espúreo. Somos da opinião de que não existe uma solução objetiva para esta circunstância, precisamente porque a realidade social é intrinsecamente ideológica. A dialética não é evidente. É uma opção metodológica, que se sustenta em teoria e se comprova na prática. A prática da PP reforça, certamente, sua propriedade dialética.

Encaixa-se na dimensão histórica e reflete adequadamente o quadro contraditório da realidade. Não o vê como expectadora, mas como atora comprometida. Ademais, restaura a presença do homem na história, que não somente é tangida por fatores objetivos dados, mas é igualmente, pelo menos em parte, constituída por nós. Não haveria sequer possibilidade de discutir opções históricas, se não acreditássemos que as pudessemos tomar, em que pesem todas as determinações objetivas.

Visualiza a relação entre sujeito e objeto na maneira conveniente às ciências sociais, nas quais, em última instância, sujeito e objeto se identificam. É sempre dinâmico, polarizado e produtivo, o relacionamento entre pesquisadores e atores da comunidade, bem como entre pesquisador/comunidade e a realidade circundante. Na linguagem já proposta, une-se o enfoque objetivista com o hermenêutico. No fundo, equilibra a relação entre o econômico e o político, sem conceder a nenhum lado determinação maior. Mesmo que tivéssemos que aceitar que a determinação de fatores objetivos é muito maior que fatores subjetivos, o homem não vai desistir de influenciar seu destino; e isto é em grande parte participação. O fato de podermos constatar uma capacidade ainda muito limitada de intervenção na realidade objetiva, não significa importância menor. Ao contrário, voltamos precisamente para a busca

ca de influência maior, realizando o que é objetivo pelo menos implícito da ciência: dominar os fatores em nosso benefício.

A PP esta fazendo descobertas em si óbvias, mas nem por isso menos monumentais. Constatou que a pesquisa, de modo geral, favorece ao pesquisador. No caso da pesquisa da pobreza, esta ainda não emergiu da condição de objeto e está servindo como campo proveitoso de realização profissional. Em termos de redução do problema, muito pouca coisa aconteceu.

Caracterizou a relativa inutilidade das ciências sociais atuais, cujo produto acadêmico não tem proporção com a capacidade de enfrentar os problemas e arranjar soluções reais. Em muitos momentos não existe sequer produção acadêmica, mas mera repetição de conhecimento importado e inadequado. A formação universitária é caricatural, porque a falta de prática leva no máximo à indigestão teórica. um dos resultados típicos desta situação é a convivência tranquila entre discurso radical e prática conservadora.

Descobriu que as populações carentes possuem reais potencialidades, dentro do mundo cultural "pró prio, que as capacitam a assumir, pelo menos parcialmente, seu destino. A arrogância da formação acadêmica tende a impedir que aprendamos delas, porque isto seria considerado humilhante. Elas não são tabula rasa, pelo próprio fato de estarem sobrevivendo a um processo duro de opressão. Há energias, há recursos, há disposição. Não quer dizer que a simples conscientização política resolva a questão? ao contrário, não interessa miséria participada. é mister também produzir, crescer, superar as carências materiais. Mas é muito preferível sustentar o desenvolvimento possível, que nós mesmos podemos construir e pagar, a arrastar-se nas migalhas dos outros (2).

- (2) O encontro da Yugoslavia apelava para revisões importantes: A definição de participação "apela, inter alia, para o envolvimento da população na contribuição ao esforço de desenvolvimento, participando de modo equânime nos benefícios daí derivados, e na tomada de decisão com respeito à fixação de metas, formulação de políticas e planejamento e implementação dos programas de desenvolvimento econômico e social". "O objetivo fundamental do desenvolvimento é o incremento sustentado do bem-estar da população total, na base de sua participação plena no processo de desenvolvimento e de uma distribuição honesta dos benefícios aí gerados" - cfr. REPORT OF THE INTERNATIONAL SEMINAR ON POPULAR PARTICIPATION, Ljubljana, Yugoslavia, 17-25 May 1980, United Nations, Department of Technical Co-operation for Development, June 1980, N. York, p. 4 e 5. Cfr. também David C. KORTEN, Communi-

O diálogo com as comunidades pobres foi aperfeiçoado, o que resultou em mudanças perceptíveis de grande envergadura. Do lado do pesquisador perito passou-se a valorizar o respeito pela comunidade, a modéstia de quem também vai aprender e de quem era, o cuidado em não impor ou em impor menos, a preocupação em torno da seriedade de um processo extremamente complicado e frágil, e assim por diante. Do lado da comunidade, passou-se a entender para que existe ciência, o que faz de bom a universidade, para que serve uma pesquisa, ao mesmo tempo que sentiu-se envolvida no processo de definição e tratamento das necessidades básicas. Como co-sujeito do processo de tratamento da realidade, pode avaliar o pesquisador, influir nas propostas, redirecioná-las, procurando basear cientificamente a opção histórica política. Se bem possa haver aí muita farsa, pode ser um fenômeno de grande densidade humana, 'no qual a ciência se regenera como arte, como estética, como realização comunitária' (3)..

(2) Continuação da página anterior.

ty Organization and Rural Development: a learning process approach, in: Public Administration Review, Sep./Oct. 1980 - "a-distribuição de comida é muito mais rápida do que ensinar as pessoas a produzi-la" - p. 7. Nat. J. COLLETTA, The Sarvodaya Experience, in: International Development Review, 1979/3, p. 15-18. EDUCAÇÃO RURAL INTEGRADA, A experiência de pesquisa e planejamento participativos no Ceará, Abril de 1982, IICA/Secretaria de Educação do Ceará, min.

- (3) Na linguagem de Paulo Freire, que sempre é lembrado neste contexto, sobre tudo por pesquisadores que se definem como educadores: "Na perspectiva libertadora em que me situo, pelo contrário, a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta. Quanto mais, em uma tal forma de conceber-se prática a pesquisa, os grupos populares vão aprofundando, como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a sua realidade, tanto mais vão podendo superar ou vão superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos. Deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para por em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento" - P. FREIRE, Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação, in: Carlos R. Brandão (org.), Pesquisa Participante, Brasiliense, 1982, p. 35-36. P. FREIRE e o., Vivendo e Aprendendo - experiências do IDAC em educação popular, Brasiliense, 1980.



Descobriu-se também que não existe a isenção ideológica. Não se trata de distanciamento, mas de envolvimento preferenciais. Se as ciências sociais foram até hoje sobretudo técnica de controle social a favor dos dominantes, em vez de escamotear este compromisso "histórico cuidadosamente conservado oculto sob a capa da objetividade científica, é preferível discutir um compromisso social mais aceitável. Aí nasce a "opção pelos pobres", que, a par de poder ser uma grande mentira, pode ser igualmente uma grande opção. Mesmo que não se destrua a estrutura de dominação, investe-se na sua redução ao mínimo possível. Se pudéssemos simplificar as coisas, diríamos que a PP traz o desafio essencial de conclamar as ciências sociais a serem uma salvaguarda teórica e prática da democracia.

Se o saber é fonte de poder, e se se trata de atirar gir estruturas de poder, é preciso que os oprimidos tenham acesso ao poder. Esta postura justifica a identificação ideológica entre pesquisadores e "comunitários, ainda que complicada e arriscada. A PP é, sem dúvida, uma rota de democratização do saber.

Mas não é somente uma via de tratamento do saber já acumulado. Mais que isto, gera saber, porque é um gênero válido de pesquisa. Principalmente gera saber dialético, aquele construído na turbina da história, no calor das contradições sociais, no repto da potencialidade humana.

## 2. Algumas críticas e autocríticas

uma das autocríticas mais interessantes pede ser encontrada em Grossi, num trabalho de 1981, onde reconhece sobretudo três problemas possíveis: a redução da PP à participação formal, a abordagem manipulativa, e o ativismo de aproximações ingênuas (4). A participação formal significa confundir "observação participante" com PP. Desde muito tempo as ciências sociais praticam a observação participante, introduzida geralmente pelos antropólogos, que descobriram a utilidade de o pesquisador conviver com seu objeto. Guiados por esta percepção, tornou-se comum que o antropólogo, dedicado a entender a vida dos índios, passasse a viver algum tempo numa determinada tribo ou em estreito contato com ela. Em outras áreas das ciências sociais aconteceu algo semelhante. Constatando que o questionário seco e formal, da pergunta e da resposta estereotipada, não traduzia maior profundidade, começou-se a praticar um relacionamento mais direto e dinâmico, até ao convívio com o objeto da pesquisa. O questionário formalizado permitia tratamento estatístico mais adequado, aplicava-se a grandes números e tinha manipulação facilitada. A "observação participante" dedica-se somente a pequenos grupos, levanta características qualitativas mais difíceis de manipular, pede ser muito demorada, mas, em compensação, é mais profunda.

Todavia, a "observação participante" não supunha identidade ideológica com o grupo estudado. Supunha apenas proximidade de convivência, para fins de um conhecimento mais aprofundado. Grossi aceita que muitas PP não vão além disto. Na verdade, trata-se de um tema muito importante que não desdobraremos neste momento, mas posteriormente. um dos maiores riscos da PP é a banalização, não só da pesquisa, mas também da participação.

(4) Francisco V. GROSSI, Socio-political Implications of Participatory Research, in: Convergence XIV, Nº 3, 1981, p-43 ss

À sombra deste desafio, Grossi estigmatiza a possibilidade de vender sob o discurso participativo nova prática de manipulação. "Fazer com que o objeto acredite que ela ou ele é um sujeito, é uma nova e mais sofisticada maneira de manipulação. De novo, o intento é imposição e dominação a-través de idéias e conceitos não bem entendidos pelos seus objetos" (5). Pode esconder-se, pois, uma transferência sibilina das idéias do pesquisador, dentro de um pacote sabiamente rotulado de participativo.

Enfim, o entusiasmo pela PP levou a muita ingenuidade. A transformação social pretendida não decorre de meras intenções. Nada impede que uma prática reacionária se já enfeitada por um discurso revolucionário. Ademais, a participação pode ser usada em muitos sentidos, também para contornar conflitos, não para enfrentá-los.

Sob a conotação de muitas ambigüidades teóricas e práticas", a PP mostra por vezes posições confusas. De um lado, é clara a intenção de "abolir a distância tradicional entre objeto e sujeito da pesquisa, entre saber popular e científico. Não somente implantamos uma reavaliação do saber acumulado do povo, mas estabelecemos também que o processo de geração do conhecimento poderia ser um contínuo desde o saber popular até ao científico", rejeitando-se o positivismo lógico. "A PP não é, nem nunca quis ser um novo sistema ideológico e científico de caráter holístico, uma alternativa ao materialismo histórico. Ao contrário, busca começar a pesquisa a partir da realidade concreta e específica, incorporando o ponto de vista do povo, com o intuito de contribuir a um tipo de transformação social que elimine a pobreza, a dependência e a exploração. Esta asserção requer ulterior análise de seus componentes. O materialismo histórico foi instuído como um método de investigar a realidade com vistas a revelar as principais tendências de mudança para orientar a ação. Nunca foi imaginado ser um compêndio completo de respostas finais ou 'instruções' permanentes para a ação, seja qual for o contexto regional, social ou político. É um modo de ver a realidade com vistas a transformá-la" (6).

(5) Id.. ib., p. 44.

(6) Id., ib., p. 45-46.

É interessante notar que Grossi, no fundo, identifica dialética com materialismo histórico, como se fosse expressão exclusiva da metodologia dialética. Mas, por outro lado, relativiza sua presença, para não lhe atribuir dogmatismo.

Ademais, "a sabedoria popular não deve ser idolatrada", porque a comunidade não tem todas as respostas, do mesmo modo que o pesquisador não as tem. . Se assim fosse, não haveria necessidade da PP. Ambos os aspectos, o investigativo e o participativo, são essenciais. "O aspecto 'investigativo' da PP colabora na aplicação do método a uma realidade específica; o componente 'participativo' contribui para realizar este começo a partir do ponto de vista do povo ou do estágio de desenvolvimento, tanto quanto possível"(7).

Também o conceito de transformação social precisa ser aprofundado. "Não é qualquer ação, mas somente aquela que se liga especificamente a atividade, que leva à mudança social estrutural"(8). Sobre este assunto há muito que discutir, porque o efeito participativo não precisa ser somente revolucionário. Neste sentido, a crítica de Grossi é correta apenas em parte, quando pede que se distinga entre ações transformadoras e não transformadoras. Mas é defeituosa, quando pretende excluir a PP na rota da superação estrutural. Falta aqui fundamentação teórica.

Aponta ainda algumas dificuldades relevantes no processo da PP. De um lado, ela pressupõe a existência da organização popular, sem a qual não se pode conduzir e controlar o processo. Quem esquece disto, acaba designando como participativa a consulta esporádica a um grupo humano disperso, sem condições de se expressar e de assumir a co-autoria da pesquisa. De outro, é incrivelmente complicada a relação entre pesquisador e população. Ele tende fortemente a falar pela comunidade, o que revela que não se apagou a distinção entre sujeito e objeto, entre trabalho intelectual e manual. Também aqui a problematização de Grossi é meritória, mas simplifica a identificação com a comunidade, de certa maneira, escamoteando o conceito de classes. O pesquisador não é povo e não deve escamotear isto(9).

(7) Id., ib., p. 46.

(8) Id., ib.

(9) "This dynamic will also teach that, in due time, a new right will emerge for the 'researcher': to speak for the community"-in: Id., ib., p. 47.

Rejeita ainda a idéia, muitas vezes espalhada, de que dentro do sistema é impossível praticar a participação. Há sempre alguma margem de manobra, mesmo porque também há contradições possíveis no grupo dominante. E termina com uma consideração, que mostra bem que pairam ainda muitas imprecisões teóricas "Parece difícil para nós ir além dos limites que decrevi aqui. Sabemos que temos duas alternativas principais: ou continuar debatendo sobre reformas estruturais, como se estivéssemos demonstrando que o saber por si mesmo é capaz de transformar a realidade, ou agir coletivamente sobre a realidade, fazendo uso de sua potencialidade e superando suas limitações, com vistas a completar, antes mais cedo do que mais tarde, a vitória final"(10). O que seria vitória final? uma realidade social sem oprimidos? Sem contradição? Existe vitória final?

Himmelstrand preocupa-se, como outros, com o aspecto investigativo, e chega a conceder que muitos movimentos chamados PP nada mais são que processos políticos de mobilização da base. A pesquisa aparece quando muito incidentalmente(11). É também questionável a suposição de que não haja antagonismo entre os comunitários sobre as opções políticas possíveis/ Dialeticamente falando, poderíamos supor muito mais que se encontrem conflitos de liderança, conflitos entre influências externas (pesquisadores do Governo, de partidos da oposição, da Igreja etc), e também conflitos entre a comunidade e os pesquisadores. Seria muito imaginável que a comunidade, se for capaz de suficiente autonomia, dispense o pesquisador.

Conchelos e Kassam, fazendo uma breve revisão de críticas recebidas, levantam alguns pontos pertinentes:

- (10) Id., p. 50. Cfr. Grace HUDSON, Participatory Research by Indian Women in Northern Ontario Remote Communities, in: International Forum on Participatory Research, Yugoslavia, 1980, p. 24: "Government welfare and social programs have never been adequate to raise our standard of living to that of southern Canadians of European descent. Since European contact our people have lived in conditions of poverty and powerlessness". Cfr. também Horacio M. de CARVALHO, A ideologia do planejamento participativo, Semina • rio de Políticas Agrícolas, Maringá, Outubro de 1982, mimeo. Id., As ambiguidades da comunicação participativa: notas para um debate, Recife, Novembro de 1982. Id., Planejamento e 'Estado nas sociedades capitalistas, Seminário "Estado, Burocracia, Participação", 18 a 21 de outubro de 1982.
- (11) Ulf HIMMELSTRAND, Innovative Processes in Social Change: Theory, Method and Social Practice, in: Sociology: the state of the art, University of Uppsala, 1981, p. 44.

- a) há críticas sobre se a PP é pesquisa; para muitos não passa de ativismo solto sob a máscara de pesquisa(12);
- b) alguns querem que o materialismo histórico seja a metodologia própria da PP; outros não. Aliando-se a Grossi, afirma que nenhum método vigente (mesmo o materialismo histórico) deve ser assumido como único;
- c) há quem diga que a PP contrabandeia elementos estranhos ao conceito de pesquisa e dá o nome de pesquisa, por exemplo, a meros processos de aprendizagem(13);
- d) de todos os modos, a PP é "um tipo de pesquisa"(14);
- e) a mera intenção não garante participação efetiva; há abusos claros nesta parte; ademais, uma mudança dentro do sistema não precisa levar a uma mudança do sistema(15);
- f) enfim, pode-se Problematizar a participação dos comunitários e do pesquisador; este nem sempre se compromete indefinidamente; aqueles dificilmente chegam ao controle real do processo(16)

(12) Greg CONCHELOS & Yussuf KASSAM, A Brief Review of Critical Opinions and Responses on Issues Facing Participatory Research, in: Convergence XIV, Nº 3, 1981, p. 50. Cfr. também Guilherme BRIONES, Sobre Cuestiones de Objeto y Método en la investigación militante: notas para discusión, in: Crítica y Política en Ciencias Sociales, Simposio Mundial de Cartagena, Ed. Punta de Lanza, Bogotá, Vol. I, 1978, p. 162: "como la teoría y la práctica política son, en gran medida, teoría y la práctica del partido político, la investigación militante así como ha sido presentada hasta hoy, encuentra, a poco de avanzar, el límite impuesto por sus concepciones y acciones individualistas, con la correspondiente desviación voluntarista". Leve-se, contudo em conta que a visão de Briones é althusseriana.

(13) CONCHELOS & KASSAM, op. cit., p. 56.

(14) Id., ib., p. 59.

(15) Id., ib., p. 61

(16) Id., ib., p. 61-62.

Esta última preocupação encontra-se vivamente formulada em Kramer e outros. "O investigador segue sendo investigador e suas possibilidades de introduzir mudanças na vida diária de jovens, pressos e grupos marginalizados são reduzidas. O fato de que se produza uma relação no transcurso da investigação entre sujeito e sujeito, e não mais entre sujeito e objeto não deve nos enganar sobre o fato de que as possibilidades das ciências sociais, para melhorar a situação de vida dos homens, são sumamente limitadas"(17). Talvez seja pessimista esta postura, mas fundamentaria que há uma diferença de classe entre pesquisadores e comunitários, que geralmente é ignorada.

Nesta linha, é muito autêntica a autocrítica do encontro de Yugoslávia em 1980, quando admitiu que o avanço em matéria de participação foi pouco. No fundo, "we still do not know how to participate"(18) -não sabemos ainda como participar'

Chega a ser veemente a preocupação de Colletta, numa experiência na Indonésia, quando coloca entre as lições aprendidas no processo de pesquisa, a consciência aguda de que o perito externo exerce influência sobre a comunidade. E se pergunta, se isto foi participação ou imposição. "Agentes externos de desenvolvimento atualmente não incrementam sua autoridade e dominação criando uma ilusão de relações participativas em processos de desenvolvimento?"(19).

E voltando a Grossi, é preciso reconhecer que, concebendo-se a PP como processo educativo, a educação pode agir nos dois lados: matando ou superando o status quo(20). O que

(17.) D. KRAMER/ H. KRAMER, S. LEHMANN y H. ORNAUER, Investigación-acción: investigación social y realidad, in: Crítica y Política en Ciencias Sociales, Simposio Mundial de Cartagena, Ed. Pontificia de Lanza, Bogotá, vol.1, 1978, p. 149.

(18) REPORT OF THE INTERNATIONAL SEMINAR ON POPULAR PARTICIPATION, op. cit., p. 6.

(19) Nat J. COLLETTA, Participatory research or participation put-down? Reflections on the research phase of an Indonesian experiment in non-formal education, in: Convergence IX, Nº 3, 1976, p. 44.

(20) F.V. GROSSI, Popular Education: concept and implications, in: Internacional Council for Adult Education, Meeting of Trinidad, May 1981, p. 70.

leva a refletir com Etherton, citando Bryceson, que a mudança social pretendida não precisa ser necessariamente revolucionária ; pode ser reformista, e mesmo reacionária (21).

Nesta breve seqüência de críticas e auto - críticas nota-se que existe suficiente vitalidade no movimento da PP, o que já é garantia de um processo válido. Mas não se esconde que existem muitos problemas, que passaremos a aprofundar, incipientemente. Continua pequeno o amadurecimento teórico e metodológico e há fortes banalizações do conceito de participação, bem como de pesquisa.

Todavia, é mister reconhecer que o movimento internacional da PP tem um mérito incontestável: ao lado de ter-se organizado por si mesmo, embora com ajudas várias, os encontros constantes traduzem a busca de reflexão teórica, para não se sucumbir ao pragmatismo. Os produtos, sobretudo do encontro de Cartagena e da Jugoslavia, refletem intenso espírito crítico, num contexto de constante busca e de vigilância teórica-sobre a prática.

### 3. Precariedades teóricas e metodológicas

a) Seria certamente injusto supor uma excessiva destituição teórica na PP, sobretudo se pensarmos que se remete frequentemente ao materialismo histórico, às propostas de Paulo Freire, sem falarmos nos trabalhos de Fals Borda e outros . Mas há visíveis precariedades", que precisamos levantar.

uma postura típica pode ser considerada a de Tandon, que resume tudo, muito rapidamente na discriminação entre os que possuem e os que não possuem (entre "the haves and the have-nots")(22). Em última instância, cremos que a posição é correta e acaba coincidindo com a visão histórico-estrutural, mas a postura é muito simplificada.

- (21) Michael ETHERTON, Peasants and Intellectuals: an essay review, in: Convergence, XIV, Nº 3, 1981, p.20. D. BRYCESON, L. MANICOM, . Y.O. KASSAM, The methodology of the Participatory Research Approach, African Regional Workshop. on Participatory Research, Mzumbe, Tanzania, 1979. D. BRYCESON & K. MUSTAFA, Participatory Research: redefining the relationship between theory and practice, African Regional Workshop on Participatory Research, Mzumbe, Tanzania, 1979.
- (22) Rajesh TANDON, Participatory Research in the Empowerment of People, in: Convergence XIV, Nº 3, 1981, p. 21-22.



Tal simplificação pode ser percebida, entre outras coisas, pelo conceito muito fluido de transformação social. Se fôssemos pela via marxista, ela supõe a mudança de modo de produção. Pergunta-se, até que ponto a PP, geralmente feita em comunidades restritas e carentes, se coloca este objetivo de forma realista. E mais que isto: o elemento participativo não provoca sozinho tamanho efeito. Seria inclusive uma contradição no materialismo histórico, que privilegiaria os condicionamentos objetivos, mais que a consciência política.

De modo geral, percebe-se com suficiente realismo o núcleo da questão. Há um fenômeno fundamental de desigualdade, gerado sobre a figura do poder: um grupo dominante minoritário e um grupo dominado majoritário. Ademais, a pesquisa tradicional propende a proteger o grupo dominante. Todavia, não se reflete com a necessária profundidade sobre as condições de transformação desta realidade. De um lado, é possível aceitar que a PP pode estar entre estas condições, embora não seja jamais suficiente sozinha. De outro lado, é preciso discutir o tipo de transformação imaginado. Facilmente comete-se a simplificação implícita de que a PP levaria a destruir a história e a relação entre dominantes e dominados, esquecendo-se completamente que a transformação social, se bem sucedida, necessita a seguir de institucionalização. Aí volta a questão do poder. Se a comunidade antes oprimida chegar ao poder, poderá instaurar uma ordem social mais justa - e é o que ardentemente esperamos -, mas não se pode escamotear que se faz mister poder para organizar tal sociedade.

Seja como for, mesmo que alguém acredite numa ordem histórica totalmente nova, precisa explicitar teoricamente isto, para não ficar apenas no jogo de palavras ou na dispersão mítica. A reflexão em torno deste ponto deixa a desejar. Em termos práticos isto redonda facilmente na ilusão que se transmite sobre os resultados da participação ou na camuflagem de imposições sofisticadas.

Creemos que a transformação social é possível, e, dialeticamente falando, é simplesmente passo normal da história. Mas não acontece por entusiasmo. Ademais, geralmente sucede que perdemos o fio da história concreta, quando fantasiemos sociedades futuras destituídas de contradição. Afinal, trata-se de democratização do poder, ou de eliminação do poder?

Ao mesmo tempo, lança-se sobre o capitalismo uma condenação histórica que certamente merece, mas que não substitui o senso crítico de considerá-lo simplesmente uma fase. A opressão como tal não é um fenómeno capitalista. É um fenómeno social, que, pelo menos até hoje, encontra-se em todas as sociedades.

Certamente é possível construir a visão, segundo a qual a história contraditória vai até ao capitalismo; depois viria uma história não contraditória. Todavia, como sem -pre, a prática sobretudo vai demonstrar se esta expectativa teórica faz sentido. E se a prática dos socialismos vigentes insinua alguma coisa, certamente insinua que é contraditória.

Não vamos aqui defender explicitamente esta ou aquela posição. Apenas é preciso reclamar das simplificações excessivas que pululam na PP. Do mesmo modo, não é sustentável fechá-la na ótica revolucionária, como se somente fosse PP aquela que gere transformação social. Porquanto, nem o conceito de pesquisa, nem o conceito de participação estão necessariamente ligados à transformação social. A descoberta da realidade pode ser instrumentada em favor do reacionarismo, bem como da participação. Trata-se da mesma simplificação que espera do compromisso político que seja sempre de esquerda.

O envolvimento político é inevitável. Reconhecendo isto, a PP o assume explicitamente. Mas que seja de direita ou de esquerda, é outra questão. O reacionário não se compromete menos e pode ser muito explícito. Bem como pode haver revolução apenas no plano das expectativas e das idéias, enquanto que a prática é outra. Entre intelectuais é fenómeno comum: a maioria se diz revolucionária em teoria; na prática uma ínfima minoria é revolucionária efetivamente.

Esta problemática está extremamente escamoteada na PP. Se fôssemos rigorosos, diríamos até que está servindo de autodefesa para pesquisadores que vendem, com isto, uma face charmosa, sem precisar mudar a prática. E isto leva a outra precariedade, que consideramos central: a banalização da posição de classe.

Assume-se, com demasiada pressa, a possibilidade de identificação entre pesquisador perito e a comunidade. Em primeiro lugar, o perito não é povo, se aceitarmos que povo é a parte dominada da sociedade. O perito pertence a uma das elites sociais, embora não a mais importante, que é a elite intelectual. A

própria formação superior o impede de se identificar materialmente com a classe baixa, porque já não lhe cabe a situação de proletário que vive de um salário de estrita sobrevivência, nem a situação de exército de reserva. É claro que pode ocorrer um processo de empobrecimento do perito, até chegar a tal situação; mas isto não é o caso geral.

Marx deu, por isto mesmo, importância ao conceito de pequena burguesia, que não é classe alta, nem classe baixa. No processo histórico esperava-se sua queda na classe baixa. Mas certamente subestimou-se a força do saber especializado na sociedade, que é de fato fonte de poder. De todos os modos, a pequena burguesia pertence ao setor privilegiado da sociedade e ideologicamente tende a identificar-se muito mais com a burguesia, da qual depende em seus privilégios, do que com o proletariado(23).

Ademais, segundo o materialismo histórico, conta mais a posição objetiva no sistema sócio-econômico, do que a intenção e a consciência. Se a posição do pequeno burguês não é de proletário, não terá tendencialmente consciência de proletário. Por isto mesmo, sua identificação com os proletários é de extrema dificuldade. Não é impossível, mas é muito problemática.

De modo geral, acontece a identificação ideológica, no sentido de que o perito assume na prática o projeto político da comunidade. Mas isto não desfaz sua característica de pequeno burguês, porquanto continua intelectual e privilegiado no sistema. Mas é suficiente a identificação ideológica, se for prática.

Cremos ser extrema mistificação, quando se dá-se à comunidade como proletário. Não é pelo escamoteamento que se reduz a desigualdade, mas reconhecendo-a criticamente e pondo-se a enfrentá-la. Por mais que a comunidade seja alçada à condição de sujeito da pesquisa, sempre há diferença entre perito e comunitários. Isto não coíbe a participação, nem a superação da condição de objeto por parte da comunidade. Apenas, torna realista o relacionamento e não escamoteado.

(23) Sobre o conceito de pequena burguesia, veja P. DEMO, *Intelectuais e Vivaldinos*, Aímed, 1982, p. 42 ss: O intelectual como pequeno-burguês.

Esta problemática é a fonte principal das farsas típicas da PP. Quando em teoria se brinca de participação, a prática será ou ingênua, ou maliciosa. Quando distinguimos a sociedade entre os que possuem e os que não possuem, o pesquisador não está no segundo caso, embora possa possuir pouco. Se for coerente com este esquema, o pesquisador deverá reconhecer-se entre as causas da desigualdade, mais do que entre as vítimas. A consciência pesada não cura o problema, a não ser a identificação ideológica prática.

Por outra, é grande banalização supor processos participativos com tamanha facilidade. Se partimos da dureza crua da discriminação entre dominantes e dominados, é incrível que não se tome a sério a questão prática da dominação. Participação permanece um conceito vago, muito mais um desejo, do que uma proposta fundamentada.

Creemos que participação é um processo histórico de conquista, de sentido dialético. Não há participação dada, nem outorgada, nem pré-existente. Também não há participação suficiente. Existe somente na medida de sua conquista. Assim, o pesquisador não traz participação; no máximo a motiva, assessora, apoia; nunca pode substituir o oprimido. Tendencialmente, está mais na ordem dos obstáculos, do que dos apoios. E mais: não tem nenhuma condição de ser pesquisador participante aquê" que não se reconhece opressor. Neste sentido, a identificação ideológica prática é uma árdua conquista, que muito poucos sabem fazer(24).

Confunde-se participação com consulta intermitente às bases. O pesquisador, de vez em quando, vai à comunidade e busca legitimar seu trabalho ouvindo algumas pessoas. Em primeiro lugar, se não houver algum nível de organização da comunidade, não acontece processo participativo. Não existem representantes legítimos, nem consciência política suficiente. Em segundo lugar, a identificação ideológica prática supõe uma dedicação profunda e exigente, que não passa apenas pelo ouvir a comunidade, mas sobretudo pelo submeter-se ao julgamento e ao controle dela. E por isto que em muitas PP, há mais auto-justificação, do que participação.

(24) P. DEMO, Participação é Conquista - noções de política social participativa, UnB/INEP, Brasília, 1982, mimeo.

Se assim olharmos as coisas, podemos perceber que a PP não pode ser identificada apenas como instrumento de libertação dos dominados. Ela pode colocar-se à disposição dos dominantes, e é o que mais sucede. O fato de que exista um movimento explícito em favor de uma PP ligada ao destino dos oprimidos, não esgota o conteúdo histórico do que chamamos PP. E mais: a existência de um tal movimento não garante que a PP seja de fato participante e opte definitivamente pelo pobre. Mesmo porque, da posição de pequeno burguês, o pesquisador propende mais para o outro lado.

E extrema banalização imaginar que o pesquisador que se diz participante tenha algo que pudesse ser chamado de vocação para se identificar com o pobre. A vocação tendencial é precisamente a contrária. Por isto mesmo, a universidade constitui-se numa das instituições mais reacionárias do sistema e as ciências sociais são relativamente inúteis aos pobres, embora muito úteis aos dominantes.

Coisa semelhante ocorre com a expectativa de efeitos participativos por parte da educação. A insistência sobre a educação comunitário-participativa pode muito bem ser formulada; mas pode igualmente ser banalizada. De um momento para outro, após anos de ênfase sobre a propensão da educação em ser reprodução do sistema, passa-se a admitir um compromisso exclusivo com os pobres. Se o enfoque da reprodução foi unilateral, porque na dialética do poder existe igualmente o outro lado da medalha, ou seja, a ótica contestadora do oprimido, torna-se do mesmo modo unilateral o enfoque exclusivo da transformação social em educação. Vale aqui também: somente torna-se educador participativo quem souber passar pela dura ascensão de se assumir, em primeiro lugar, como opressor, e a seguir conquistar a identificação ideológica com o oprimido. Porquanto, participação não é de graça, nem pré-existe, nem é dada ou outorgada; mas é essencialmente conquista.

b) Em termos metodológicos a PP parece mais amadurecida, mesmo porque o debate sobre as deficiências da pesquisa tradicional, clássica ou ortodoxa clarificou muitos componentes importantes. Todavia persistem notáveis peculiaridades.

É preciso de partida reconhecer que em muitas PP o componente de pesquisa aparece de forma esporádica e intermitente. Em algumas chega-se a ter muita dificuldade em sur preender o que haveria propriamente de pesquisa, porquanto trata-se simplesmente de um processo de aprendizagem, onde mais se transmite do que se produz conhecimento, ou de mobilização participativa, no qual o elemento pesquisa aparece somente na medida da necessidade.

é importante fixar a PP como gênero vá lido de pesquisa. Pelo menos dois componentes precisam ser constatados. De um lado, a preocupação com a descoberta e com o tratamento da realidade social, mesmo que seja usando técnicas tradicionais, mas sob forma participada. De outro, a fundamentação científica do compromisso ideológico-político. Deste modo, quando prevalece o ativismo, nao somente se lesiona o aspecto inves-t-igativó, como sobretudo quebra-se a dialética entre teoria e prática.

Houve já um cuidado específico em torno de como construir os passos da PP. Esquemas como o de Le Bro-terf e de outros são elucidativos, bem montados e criativos. Embora a penetração na esfera qualitativa(25) ainda seja incipiente, é bem concebida esta colocação e pode dar muitos frutos. Seja como for, a PP está tirando aqui alguns frutos naturais da prática e mostrando no concreto que a prática pode ser forma vá lida de pesquisa.

.• Todavia, persiste certa tendência a considerar a PP cómo gênero único, senão como salvação da humanidade, o que certamente é substituir uma ingenuidade por outra. Nes\_ te particular, emerge uma precariedade muito típica, com respei to à manipulação ideológica. Quem assume que a realidade social é intrinsecamente ideológica, não pode estabelecer isto apenas co mo direito pessoal, negando-o aos outros, É preciso entender que tôda crítica ideológica é também ideológica, se não quisermos re cair na isenção de compromisso, sacralizando comprimissos escusos

(25) J.WERTHEIN, S. KLEES & P. ESMANHOTO, Educational Evaluation: trends towards more participatory approaches, in: A proposal for research on participatory evaluation strategies for rural education systems in Brazil, IICA, Brasilia, Sep. 1982, p. 11 ss: "The resurgence of qualitative methods".

É um efeito natural que a prática política tenda ao exclusivismo e até ao fanatismo, porque isto apenas mostra que o compromisso político é para valer. Não obstante isto, o direito ao engajamento ideológico que defendemos para nós é o mesmo que o adversário pode defender para si mesmo. Por mais que seja difícil realizar o pluralismo ideológico, é uma decorrência necessária da participação democrática. Pelo menos em teoria, é necessário defendê-lo. E isto decreta a importância vital de voltarmos sempre à teoria, para não sucumbirmos ao dogmatismo sectário.

Aí coloca-se igualmente a necessidade do controle ideológico. Se a PP significar devassidão ideológica, perde sua característica de pesquisa científica, porque já não predomina o argumento sobre a justificação. " A pesquisa não pode ser reduzida a mero instrumento de autojustificação política, já que isto não somente sacrificaria a teoria no altar da prática, como também destruiria a característica central de descoberta da realidade social e de manipulação cientificamente fundamentada dela. Para não recair no erro vituperado em outros métodos, a PP precisa instaurar como passo metodológico insubstituível o agarramento à postura crítica e autocrítica.

Ademais, parece-nos por vezes precário o uso do materialismo histórico, ao lado da exacerbação política. É um componente relevante e criativo a acentuação da capacidade histórica de intervenção humana na realidade. Todavia, o materialismo histórico ortodoxo privilegia, como se sabe(26), os condicionamentos objetivos sobre os subjetivos. A exacerbação política torna-se aí ainda mais incompreensível, embora não devesse existir em qualquer postura, porque não se trata de substituir a infra-estrutura econômica por uma pretensa infra-estrutura política, mas de equilibrar os dois componentes em patamares iguais. Pode-se certamente redefinir o materialismo histórico, puxando-o para tendências de caráter maoísta, mas isto precisa ser explicitamente feito, e não apenas suposto.

(26) A título de mero exemplo, cfr. M. HARNECKER, Los conceptos elementales del materialismo histórico, Siglo 21, 1972.

Em termos de dialética, é geralmente deficiente a postura, seja porque facilmente se sacraliza o materialismo histórico como forma única de dialética, seja por -que se usa dentro de uma terminologia vaga. O conceito de antítese inclui não somente transformações sociais, ainda que estas sejam privilegiadas em nome do fenômeno básico da transição histórica, mas igualmente as persistências históricas, que certamente são reais também. Pertence ao caráter histórico da transformação social que ela se institucionalize.

A intervenção na realidade não precisa somente produzir revoluções. Ao contrário, provindo de pesquisadores, produz muito mais atitudes reformistas, ou conservadoras, ou mesmo reacionárias. Quanto mais o movimento é sustentado pelos oprimidos, mais terá consequência revolucionária. Ademais, muitas ações são, consideradas em si reformistas, mas alcançam impacto revolucionário a longo prazo. A transformação social pode ser obtida dentro de um trajeto crescente de reformas sempre mais profundas.

Talvez tenha sido muito importante a fase inicial em que a PP esforçou-se em mostrar-se alternativa com relação à pesquisa tradicional. A partir de certa altura, no entanto, é mais importante o diálogo crítico com os outros métodos, até mesmo porque são usados. Geralmente aparece, por exemplo, algum momento em que a PP lança mão de levantamentos empíricos, de mensurações estatísticas, de testes experimentais. A PP nada tem a perder se usar com criatividade (sem mimetismo) as facetas muito aproveitáveis da PE, da PT e da PM.

É preciso, além do mais, aprofundar facetas consideradas próprias, como o aprofundamento qualitativo da realidade social. Já existem muitas idéias interessantes, como a avaliação através da expressão crítica da comunidade, do diálogo aberto entre pesquisador e comunidade, da redução de formalizações desnecessárias, do aumento de controle do processo de investigação por parte da comunidade, e assim por diante. Mas há muito mais o que fazer.

uma das sugestões interessantes passa pela idéia de pesquisa "iluminativa", por exemplo. Falando de avaliação "iluminativa", dizem Parlett e Hamilton: "Avaliação iluminativa não é um pacote metodológico standardizado, mas uma estratégia geral de pesquisa. Busca ser simultaneamente adaptável e



eclético. A escolha das táticas de pesquisa decorre, não de uma doutrina da pesquisa, mas das decisões em cada caso no sentido das técnicas mais adequadas: o problema define o método usado, não vice-versa. Igualmente, nenhum método (com suas limitações de coisa pré-fabricada) é usado exclusivamente ou isoladamente; técnicas diferentes são combinadas para lançar luz sobre um problema comum. Além de visualizar o problema a partir de um número de ângulos, esta abordagem "triangulada também facilita o teste cruzado, de outros achados tentativos" (27).

Esta proposta é muito interessante, mas contém impropriedades metodológicas flagrantes. Por exemplo, é difícil manter a posição de que o problema faz o método, porque já não se trata de uma visão eclética, mas ecleticista. No fundo, é falta de método. A alternativa, para método pré-concebido, não é método nenhum. É muito importante superar o pacote standardizado, mas mesmo uma estratégia geral contém diretrizes de pesquisa. Sem um mínimo dela, não há estratégia! Ao mesmo tempo, tomando-se ao pé da letra, a idéia de que o problema faz o método é redondamente empirista.

Não se pode desconhecer que estamos buscando alternativas metodológicas, e não acabar com a metodologia. "Planejamento sem plano" não significa falta de planejamento, mas uma postura alternativa de planejamento. Assim, a antimetodologia é essencialmente a busca de uma metodologia alternativa. Bem como, uma ciência "sem receitas", sugere, nisto mesmo, uma "receita". A questão não é receita ou não-receita, mas a qualidade da receita (28).

(27) M. PARLETT & D. HAMILTON, *Evaluation as Illumination: a new approach to the study of innovative programmes*, in: D. Hamilton et al. (eds.), *Beyond the numbers game: a reader in educational evaluation*, London, Macmillan, 1977. Cfr. também J. WERTHEIN, S. KLEES & P. ESMANHOTO, op. cit., p. 17.

(28) J. D. BORDEN AVE & H. M. CARVALHO, *Comunicação e Planejamento* Paz e Terra, 1980; veja "Planejamento sem Plano", p. 207 ss.

#### 4 . Alguns Abusos

Mais no intuito de resumir a problemática, agregamos ainda algumas idéias referentes a certos posicionamentos precários.

O abuso mais típico da PP será, sem dúvida, a exacerbação política e ideológica, em detrimento do componente científico. Em outras palavras, o ativismo. Como já se verificou anteriormente, a PP aproxima-se da banalização da pesquisa, tornando-se facilmente armadilha da ingenuidade ou da malandragem. No caso da ingenuidade, trata-se do posicionamento ideo-lógico-prático apressado, sem interesse pela reflexão crítica, imaginando que a consciência substitua fatores objetivos da realidade social. No caso da malandragem, trata-se do escamoteamento do controle social sofisticado, sob a capa da participação.

Não se há de responder a uma mediocridade com outra. Se a teoria sem prática claudica e é insatisfatória, outra coisa não acontece com a prática sem teoria. Não se pode igualar a PP com mobilização social participativa. Com referência ao problema da participação, a PP entra aí como passo possível e desejável, como componente. Nem toda pesquisa é participante. Nem toda participação é pesquisa.

Ao lado do componente pesquisa, existem outros problemas de igual envergadura: a organização da comunidade; a formação da representatividade legítima; os exercícios democráticos; os canais de reivindicação e de influência para fora; o problema da avaliação, do planejamento, do acompanhamento, da execução de políticas; etc.

Ademais; é mister considerar uma questão sempre crucial nesta discussão, e que é a atividade sistêmica. É comum a postura, segundo a qual não poderia haver planejamento e pesquisa participativas dentro do capitalismo. Encontra-se esta crença mesmo entre técnicos de Governo.

De fato, se alguém constrói a visão teórica da impossibilidade total de políticas realmente favoráveis aos oprimidos e por eles conquistadas, é difícil aceitar, tanto que possam ser propostas e executadas, quanto que se possa continuar dentro do sistema. Posturas que se querem marxistas assumem facilmente e compreensivelmente esta tendência. Todavia ,

pode-se ponderar o seguinte:

- a) é excessivamente moralista a visão conspiratória do capitalismo, porque, como qualquer sistema, possui suficiente farô pela sobrevivência, para também ceder, quando necessário; foi o que aconteceu na Europa;
- b) dentro do capitalismo o problema da participação não se coloca de modo totalmente diverso de outros sistemas: precisa ser conquistada; o capitalismo pode ser qualificado como profundamente avesso à participação econômica, mas se admitimos que a
  - participação é conquistada, a posição adversa do capitalismo não é tanto problema, quanto ponto de partida;
- c) a idéia de que não exista espaço algum de participação ou que não possa ser construído, não é dialética, porque supõe uma história totalmente fechada; o capitalismo também se rã superado, não, porém, por acaso, mas por conquista;
- d) ademais, a atitude de que nada se pode fazer de decente é profundamente contraditória, porque somente favorece a manutenção da ordem vigente, além de dispensar o crítico da ação prática;
- e) sobretudo técnicos de Governo não vão além de ações reformistas, que, consideradas em si, são sistêmicas, mas consideradas na trajetória histórica, podem levar ao amadurecimento do sistema; o exemplo da educa -

ção é claro: lutar, na teoria e na  
prática, pela universalização do  
1º Grau é uma proposta  
reformista

em si, mas pode plantar a transfor-  
mação social no tempo;

f) por fim, é preciso tomar crítica -  
mente a idéia de estar fora do sis-  
tema; não é coerente a crítica do  
intelectual de oposição, segundo a  
qual tudo no Governo é indecência,  
porque retira seu próprio tapete se  
chegar ao Governo; o problema não é  
Governo, mas sua qualidade; ademais,  
partido de oposição é tam bem  
sistêmico e produz tendencial-mente  
reformas, no máximo;

g) coisa semelhante vale para o inte-  
lectual da universidade publica;  
possui distanciamento maior, mas  
não deve esconder que trabalha nu-  
ma das instituições mais reacioná-  
rias do sistema e ainda é pago pe-  
lo Governo.

A crítica, porém, é pertinente, quando  
se quer vituperar a convivência, a co-optação, o entreguismo. É  
válida Contra a tecnocracia. é sobretudo válida com vistas a  
reforçar a luta pela democratização do poder. Nisto a PP tem seu  
mérito incontestado.

Por outra, a PP pode abusar da aura qua-  
litativa de seu campo de ação, assim como a PE pode tripudiar so bre  
a virtuosidade estatística. O discurso sobre dialética, sobre  
qualidade, sobre ideologia, sobre engajamento político, sobre al-  
ternativa histórica, sobre reinvenção da humanidade, não está lon ge  
da "conversa fiada". AÍ, pode acontecer, mutatis mutandis, a mesma  
vingança metodológica: assim como na PE o excesso de zelo estatístico  
pode tornar-se ridículo porque não estabelece causalidade des-  
explicativas nem transforma um dado mal coletado em bom, na PP o  
excesso de zelo pela prática e a dispersão qualitativa serão

testados precisamente pela prática e pela qualidade do enfoque. Se  
rá implacavelmente julgada pela redução da opressão científicamen-  
te fundada. Não fora do óbvio  
exagero; diríamos: o resto é papo.

A PP tem, compreensivelmente, os traços de  
moda.

Isto não espanta, mesmo porque é consequência natural de  
fenôme-  
nos dotados de capacidade política. Mas não deve ceder a modismos,  
como se o simples desprezo por outros gêneros de pesquisa  
fosse  
condição de criatividade alternativa, como se a perspicácia histó-  
rica fosse tratada como data oportuna e  
lidade, como se o entusiasmo  
substituisse o aprofundamento  
científico .

Em ciência somente sobrevive a engenhosidade crí-  
tica. Por isto, a PP deve precaver-se do discípulo fiel, porque é  
a expressão mais concreta do mimetismo parasitário. Sem dúvida, a PP  
já está se tornando uma cantilena monótona. Logo mais, será monótona,  
tanto quanto um relatório repleto de quantificações sofis-  
ticadas, herméticas e inúteis.

## Conclusão

Não será errado afirmar que a PP, de forma correta ou incorreta, espera a transformação social. Faz parte do sinal dos tempos, no sentido de aperceber-se da necessidade de transição histórica estrutural. Para onde iríamos?

Os sistemas se defendem fortemente. Nisto ficaram muito mais argutos. A capacidade de manejar conflitos foi refinada. E o espaço da mudança estrutural parece difícil, a não ser por cataclismas nucleares e outras violências físicas. Investiu-se muito na comprovação de que

o capitalismo, principalmente na versão do Terceiro Mundo, não presta. Embora não seja o resumo de todos os males, é um sistema ex-

cessivamente desigual para ser tolerado. Todavia, se a meta deva ser alternativa, não servem como parâmetro nem o capitalismo nem o socialismo. Com

o mesmo espírito crítico, com que analisamos o capitalismo, é preciso analisar o socialismo, não só em teoria, mas também na prática. Sempre é possível dizer que este que aí está, não vale. De des

culpa em desculpa, acabamos nos contentando com muito pouco. Seria mais importante, tentar elaborar alternativas para além do que existe e já experimentamos. Mesmo que pudéssemos mostrar que os socialismos reais são preferíveis ao capitalismo, não satisfaz trocar "roto" pelo "rasgado".

Se não for brincadeira, cremos que experiências comunitárias participativas precisam inventar outras saídas, ainda que seja na sua pequenez. Porque é no pequeno que fun-

ciona a comunidade. Em vez de "grande vitória", que não passa de resposta mítica a outros mitos, seria preferível recompor o espaço possível para a experiência humana comunitária de sentido profundamente democrático, para extrairmos a proposta de um relacionamento alternativo entre dominantes e dominados.

Isto é em si reformista. As melhores idéias da humanidade, como democracia, comuna, autogestão, autopromoção, igualdade de oportunidade, não funcionam em patamares demasiadamente complexos de sua organização. Funcionam propriamente na comunidade. Assim, se for permitido propor, a utopia da sociedade é a comunidade. As ações comunitárias não sacodem o mundo; são pequenas. Mas carregam

em si a potencialidade de alternativa, mais que todas as outras propostas trabalhadas na megalomania do progresso. A qualidade da história está na realização comunitária, coisas que nem o capitalismo, nem o socialismo nos garantem. Pouco e bom, lento e profundo, denso e qualitativo, é o ritmo que a comunidade pode cristalizar. E se **é possível falar em felicidade, não está nas coisas que, de tão grandes, nos descaracterizam, mas naquilo que cabe na palma da mão.**

A transformação social que desejamos não pode ser igual a nada do que está por aí, porque tudo saiu da mesma forja. Traz o vício de origem. Não inventamos do começo, porque não saímos da história. Mas basta de imitação. A sociedade desejável não está na rota do sistemas vigentes. Quem Quer novidade, não busca nesta velharia. Há mais sabedoria em experiências co-munitárias por vezes simples, ingenuas, inocentes, do que no torvelinho do progresso planetário. Estas ações são pequenas. Nelas mesmas não dizem muito. Mas na trajetória histórica, é o que há de mais transformador.

Não se doma de todo a desigualdade, porque nossa história é contraditória. Mas será tanto mais su-portável, quanto for experimentada comunitariamente. A democra-cia mais profunda é a pequena, porque este é o tamanho do ho-mem. E é, por isto que pretendemos pressentir que a rota comuni-tária deve estar correta. Neste sentido, a PP é uma colaboração válida